

Realização

USP – Universidade de São Paulo

Reitor: Adolpho José Melfi

Vice-reitor: Hélio Nogueira da Cruz

Pró-reitor de Graduação: Sônia Teresinha de Sousa Penin

Pró-reitora de Pós-graduação: Suely Vilela

Pró-reitor de Pesquisa: Luiz Nunes de Oliveira

Pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária: Adilson Avansi de Abreu

CECAE – Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais

Coordenador – Sérgio Muniz Oliva Filho

Rede SACI - Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação

Avenida Professor Luciano Gualberto, Travessa J, 374, sala 20, térreo

05508-900 São Paulo, SP tel. (11) 3091- 4155 www.saci.org.br

Parceria	Fundação Telefônica
Coordenação	Marta Gil
Pesquisa e organização do conteúdo	Ana Beatriz Teixeira Iumatti
Referências	Aline Gomes Medina
	Camilla Juliana Gonzalez
	Gislaine Alves Cruz
Redação	Lia Crespo
Ilustrações	Ricardo Ferraz
Coordenação de editoração	TEC ART Editora
Design de capa	Mário Francisco Alves
Diagramação	Carolina Martins de Menezes Teixeira
Revisor	Webster Gomes

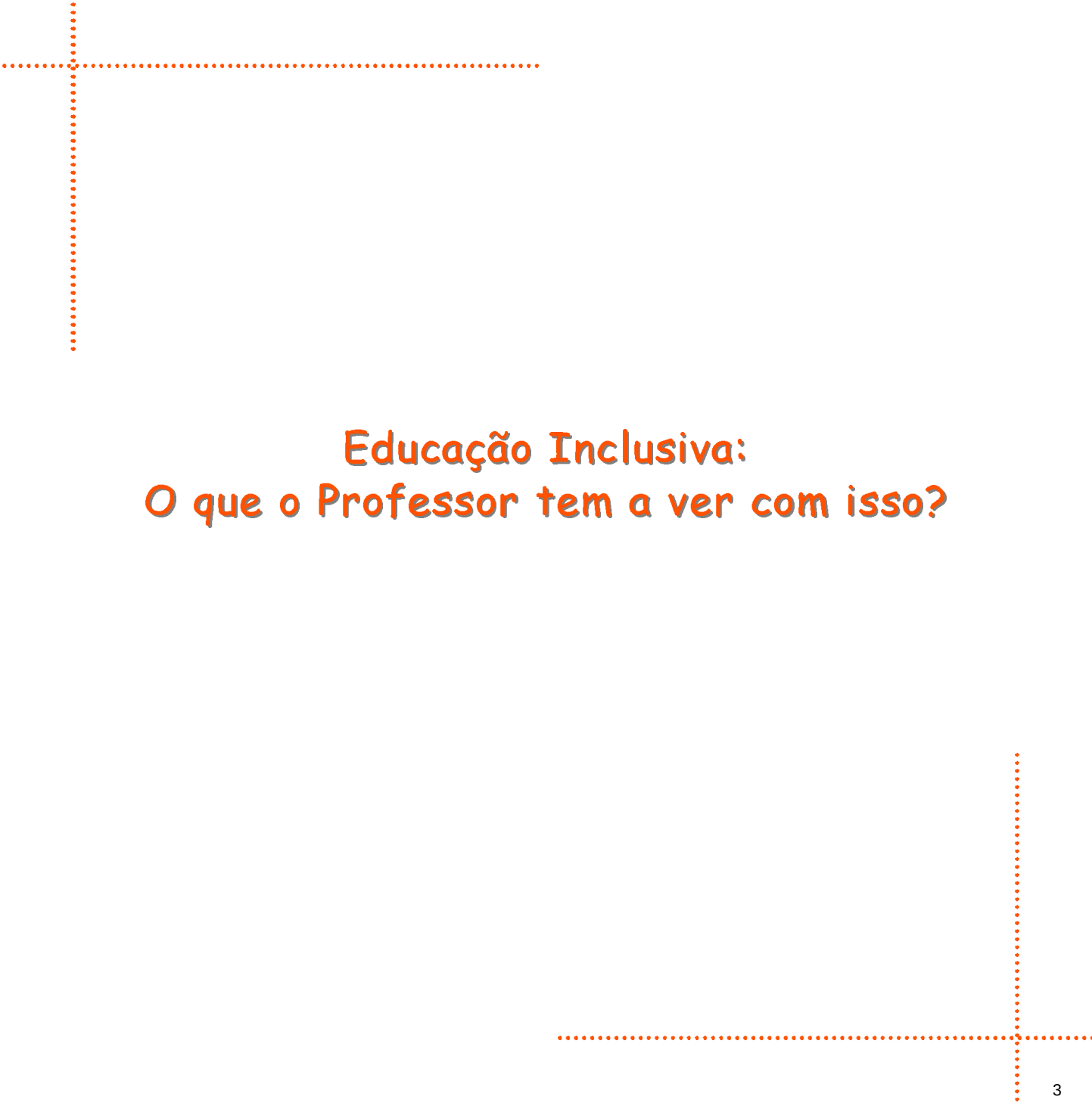
Agradecimentos

Aos colaboradores e usuários que generosamente permitiram a divulgação de seus depoimentos: Ana Carolina Queiroz Rodrigues, Ana Cristina Fagundes Souto, Anna Luiza Ferreira Abdalla, Cristian Elvis Fernandes, Elizabet Dias de Sá, Laura Battaglia, Leandra Migotto Certeza, Luiz Alberto M. de Carvalho e Silva, Mara Cassas, Maria Aparecida da Silva Guedes, Mariangela G.P. Ferreira, Maurício Oliveira Sá, Rita de Cássia Niess Pokk, Shirley Maia e Terezinha Aparecida Sávio

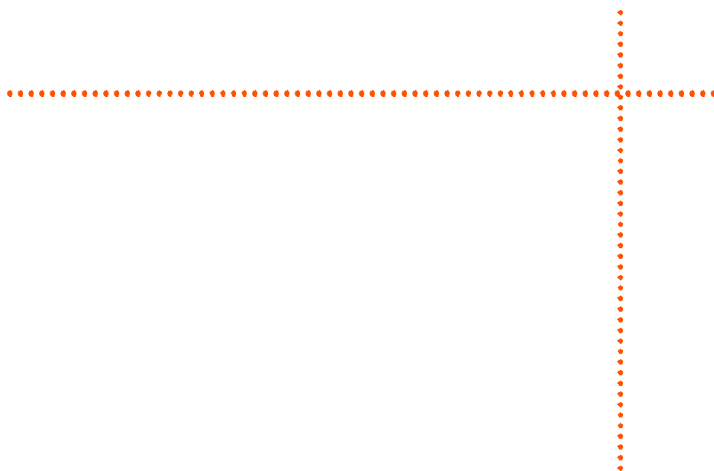
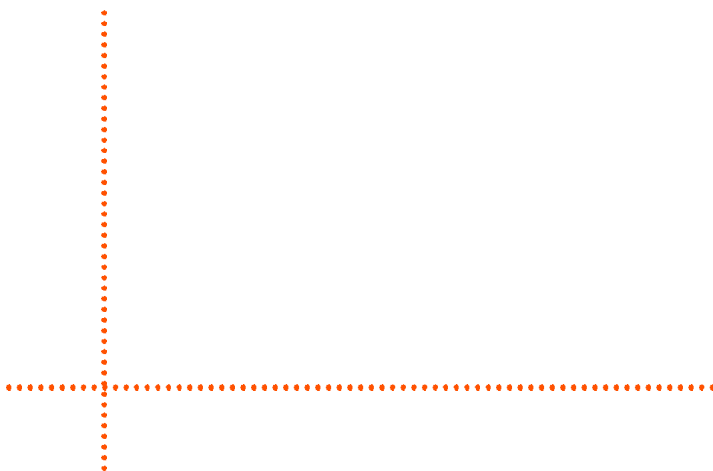
Esta Publicação foi possível graças
a um programa de ação social da

imprensaoficial

nº de exemplares



Educação Inclusiva: O que o Professor tem a ver com isso?

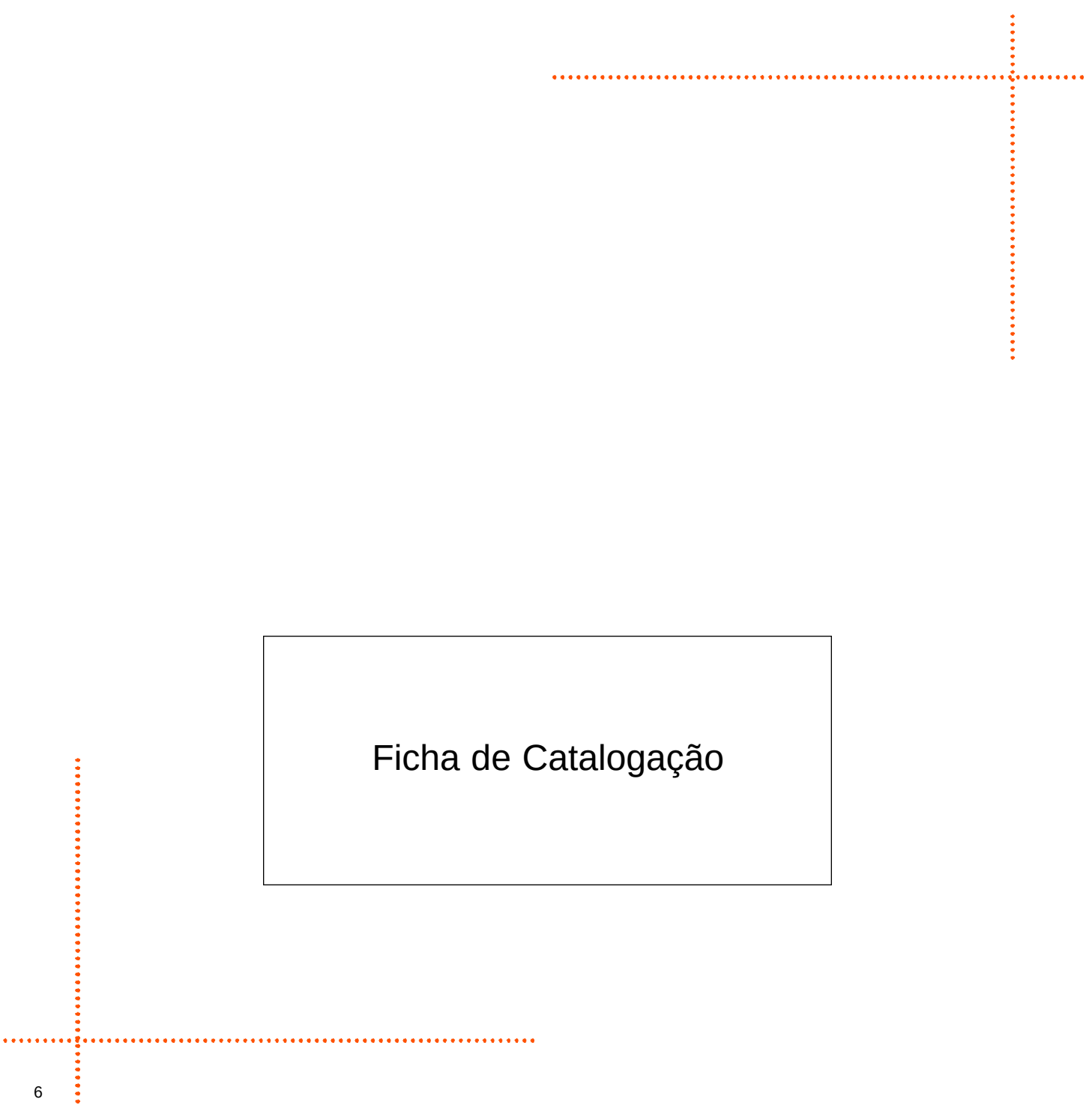


Educação Inclusiva: O que o Professor tem a ver com isso?

Marta Gil
(Coordenação)



São Paulo, 2005



Ficha de Catalogação

SUMÁRIO

Quem somos nós?	10
Este material é para você, Professor	12
Educação: alicerce fundamental da sociedade	14
Educação Inclusiva: construindo uma sociedade para todos	14
Documentos internacionais	15
Cada um de seus alunos tem características diferentes	18
A Educação Inclusiva e a legislação brasileira	19
Legislação Nacional	20
Parcerias são fundamentais	23
O primeiro passo para a concretização da Educação Inclusiva	24
Quem ganha com a inclusão de crianças com deficiência?	25
Quem são as pessoas com deficiência?	26
Integração versus Inclusão	30
Por que temos preconceitos?	31
Por que as pessoas com deficiência quase não são vistas nas ruas?	32
Como a escola pode se preparar para receber um aluno com deficiência?	33
• Adaptações arquitetônicas	33
• Biblioteca escolar ou sala de leitura	34
• Parques infantis acessíveis a todas as crianças	35
• Mobiliário escolar para todos	36
Estratégias de sala de aula	37
• Aprendizagem cooperativa	38
• Ensino Cooperativo	41
Seus alunos conhecem o tema da diversidade?	44
Tecnologias e recursos materiais que podem ser utilizados	51

• Formas de aprender e de avaliar o aprendizado	53
• Equipamentos que todos podem aprender a usar	56
• Os alunos surdos baseiam-se também nas pistas visuais	57
• a criança surda e a comunicação	58
• Recursos para crianças com deficiência motora	58
Computadores e salas de informática	60
• Softwares que auxiliam a pessoa com deficiência a utilizar o computador	61
Parcerias: família e recursos da comunidade	67
• A família e o professor	67
• Envolvendo a comunidade escolar	70
• A escola precisa ter especialistas?	72
Uma escola com qualidade forma pessoas felizes e cidadãos conscientes	75
• Sugestões para ensinar todos os alunos da classe	76
A voz dos alunos	77
A voz dos professores	88
Dúvidas freqüentes	94
Sugestões para a convivência com pessoas com deficiência	98
• Deficiência visual	99
• Deficiência auditiva	103
• Deficiência Física	107
• Deficiência Múltipla	110
• Deficiência Mental	111

INFORMAÇÕES NA INTERNET114

Bibliotecas Virtuais	114
Sites com informações sobre Tecnologia Assistiva	116
Indicações de Instituições Especializadas, por regiões do Brasil	118
Instituições de atuação nacional	119
Região Norte	126
Região Nordeste	129
Região Centro Oeste	135
Região Sudeste	137
Região Sul	143
Locais que desenvolvem Tecnologias Assistivas	147
Livros e teses	150

ANEXOS152

Legislação Brasileira	152
Constituição Federal – República Federativa do Brasil 1988	152
Lei de Diretrizes e Bases	152
Documentos internacionais	154
Declaração de Salamanca	154
Declaração da Guatemala	157
Declaração Mundial sobre Educação para Todos	160
Índice Remissivo	162

Quem somos nós?

A Rede SACI – Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação é uma rede de informações sobre deficiência, que existe desde 1999, graças a um bem estruturado plano de ação de seus idealizadores, os profissionais da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (CECAE), da Universidade de São Paulo, e do apoio da Fundação Telefônica, braço social do Grupo Telefônica no Brasil, e da Vitae - Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, além de parcerias com a UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro, a RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa e o Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas. Gradualmente, outras parcerias, colaborações e apoios foram sendo estabelecidos, dentre os quais se destacam a Fundação Banco do Brasil, a IBM/Brasil – Comunidade e a Futurekids do Brasil.

O papel da Rede SACI é atuar como facilitadora da comunicação e da difusão de informações sobre a deficiência, visando a estimular a inclusão social e digital, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência.

Promover a inclusão social por meio da inclusão digital é também a missão da Fundação Telefônica, que foi criada em 1999 e definiu como público-alvo de suas ações, os grupos sociais menos favorecidos, prioritariamente crianças e jovens, a quem atinge por meio de projetos próprios ou financiando iniciativas da sociedade civil. As ferramentas para essas ações são, na maior parte das vezes, as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), aplicadas a áreas como educação e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

O apoio da Fundação Telefônica a esse tipo de iniciativa reflete a política global da corporação nos países onde opera: investir e apoiar projetos e atividades de cunho social levando a competência da empresa para a melhoria da qualidade de vida da população.

Grande parte da atuação da Rede SACI acontece através da Internet, no site www.saci.org.br. Nele há informações sobre todos os tipos de deficiência (física, mental, auditiva, visual e múltipla) e sobre todos os assuntos relacionados à deficiência (legislação, lazer, esporte, sexualidade, arquitetura, informática e reabilitação, entre outros), principalmente sobre Educação e Trabalho, pois essas são áreas fundamentais na vida de qualquer pessoa.

Parte de sua atuação é presencial, nos CICs – Centros de Informação e Convivência, que funcionam em parceria com instituições e entidades. Neles, a pessoa com deficiência aprende a usar o computador e a navegar na Internet.

No site estão disponíveis, gratuitamente, notícias, softwares, listas de discussão, vagas de emprego, local para colocar currículo, anúncios classificados, atendimento a usuários, entre outros serviços.

Um desses é o Observatório de Práticas Inclusivas na Educação, que também nasceu com o apoio financeiro da Fundação Telefônica, em 2001, que destacamos aqui, por ser de seu interesse, professor.

O que é o Observatório de Práticas Inclusivas na Educação

O Observatório de Práticas Inclusivas na Educação da Rede SACI coleta, analisa e dissemina informações e, desse modo, contribui para a compreensão desta temática e para a construção de um projeto de inclusão social mais amplo.

A idéia deste Observatório se inspirou no observatório astronômico, lugar para reflexões e análises, a serem compartilhadas com a sociedade. Daí termos adotado a luneta como símbolo, no nosso site.

Como funciona o Observatório?

A atuação do Observatório acontece predominantemente no espaço virtual da Rede SACI, dentro do Canal Educação. Isto permite a coleta e a disseminação de informações por todo o Brasil.

Para que o Observatório cumpra o seu papel, contamos com a Rede de Observadores Voluntários. As pessoas que compõem esta rede têm ligações com a área da Educação e perfil de multiplicadores de informação. São como “radares”, detectando

informações relevantes sobre experiências de inclusão em sua região e levando a informação para suas redes de relacionamento.

A comunicação e o fluxo de informações entre a Rede SACI e a Rede de Observadores Voluntários também acontece via Internet. As informações são processadas de forma dinâmica e geram discussões virtuais, idéias, eventos, parcerias. Esta forma de funcionamento faz com que o Observatório esteja em processo de constante construção por todos os participantes.

Através desta publicação, esperamos que o conhecimento construído pelo Observatório, através da coleta de práticas de inclusão escolar espalhadas por todo território nacional, chegue até os professores e possa ajudá-los a construir a Educação Inclusiva no Brasil.

Convidamos você a fazer parte do Observatório, enviando suas experiências e discutindo com outros professores sobre o processo da inclusão nas escolas. Este material é para você, professor

Este material é para você, professor

Esta publicação foi feita para você, professor, que quer saber mais sobre essa tal de Educação Inclusiva da qual você, certamente, muito tem ouvido falar. Mas afinal de contas, o que ela significa?

A Educação Inclusiva é um sistema de educação e ensino em que todos os alunos com necessidades educacionais especiais¹, incluindo os alunos com deficiência, frequentam as escolas comuns, da rede pública ou privada, com colegas sem deficiências. Para tanto, as escolas comuns precisam prever recursos e apoio para atender às necessidades destes alunos.

Este material foi preparado para ser usado como fonte de consulta sobre como melhor ensinar alunos com deficiência. Aqui, você encontra depoimentos de professores e alunos com deficiência que enfrentaram e venceram o desafio da diversidade e ainda informações sobre materiais e equipamentos que podem ajudar seu aluno com deficiência.

Além disso, você também encontra endereços de instituições de apoio à inclusão e de sites com informações recentes e importantes sobre o assunto. Esse material pode sensibilizar colegas, alunos e funcionários a respeito das vantagens da Educação Inclusiva não apenas para a comunidade escolar, mas também para a sociedade em geral.

Não há receitas; as soluções vão sendo pesquisadas e construídas a partir de sua experiência, de observações, de conversas com familiares, especialistas e, principalmente, com o próprio aluno com deficiência. Fornecemos sugestões, indicações, material para sua reflexão.

Tudo isso acompanhado das divertidas ilustrações de Ricardo Ferraz.

Boa leitura!

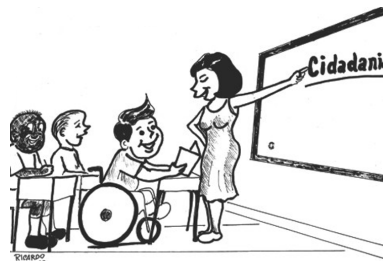
¹ Segundo o Parecer CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica) no 02/01, os educandos que apresentam necessidades educacionais especiais são aqueles que, durante o processo educacional, demonstram:

- a) dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitação no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares compreendidas em dois grupos: aquelas vinculadas a uma causa orgânica específica e aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências;
- b) dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando adaptações de acesso ao currículo com a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- c) altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os levem a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes e que, por terem condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos, devem receber desafios suplementares.

Educação: alicerce fundamental da sociedade

Como você sabe, a escola é a primeira oportunidade que a criança tem para aprender a conviver com outras crianças fora do ambiente familiar. Além disso, a escola também precisa atingir quatro objetivos muito importantes:

- Transmitir conhecimentos;
- Formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres;
- Preparar para o trabalho;
- Promover o desenvolvimento pessoal.



Infelizmente, milhares de crianças, adolescentes e jovens brasileiros com deficiência não têm acesso à escola e ficam à margem da sociedade. Você, professor, pode ajudar a mudar essa história. Muitos professores, por todo o Brasil, já estão convencidos de que a Educação Inclusiva é a melhor solução para os alunos com deficiência e para toda a sociedade.

A Escola Inclusiva respeita e valoriza todos os alunos, cada um com a sua característica individual e é a base da Sociedade para Todos, que acolhe todos os cidadãos e se modifica, para garantir que os direitos de todos sejam respeitados.

Educação Inclusiva: construindo uma sociedade para todos

A Educação Inclusiva não é uma moda passageira. Ela é o resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores, no Brasil e no mundo. Fruto também de um contexto histórico em que se resgata a Educação como lugar do exercício da cidadania e da garantia de direitos. Isto acontece quando se preconiza, por meio da Declaração

Universal dos Direitos Humanos (1948), uma sociedade mais justa em que valores fundamentais são resgatados como a igualdade de direitos e o combate a qualquer forma de discriminação. Percebeu-se que as escolas estavam ferindo estes direitos, tendo em vista os altos índices de exclusão escolar; populações mais pobres, pessoas com deficiência, dentre outros, estavam sendo, cada vez mais, marginalizadas do processo educacional. A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (1999) são alguns dos mais importantes documentos produzidos sobre esse assunto.

Documentos Internacionais

1948 - Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU) estabelece que os direitos humanos são os direitos fundamentais de todos os indivíduos. Todas as pessoas devem ter respeitados os seus direitos humanos: direito à vida, à integridade física, à liberdade, à igualdade e à dignidade, à educação.

1971 - Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas (ONU) proclama os direitos das pessoas com deficiência intelectual.

1975 – Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU) estabelece os direitos de todas as pessoas com deficiência, sem qualquer discriminação.

1980 – Carta para a Década de 80 (ONU) estabelece metas dos países-membros para garantir igualdade de direitos e oportunidades para as pessoas com deficiência.

1983-1992 — Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência para que os países-membros adotassem medidas concretas para garantir direitos civis e humanos.

1990 – Conferência Mundial sobre Educação para Todos (ONU) aprova a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien, Tailândia) e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem; promove a universalização do acesso à educação.

1993 – Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (ONU) estabelece padrões mínimos para promover igualdade de direitos (direito à educação em todos os níveis para crianças, jovens e adultos com deficiência, em ambientes inclusivos).

1994- Declaração de Salamanca - Princípios, Política e Prática em Educação Especial proclamada na Conferência Mundial de Educação Especial sobre Necessidades Educacionais Especiais reafirma o compromisso para com a Educação para Todos e reconhece a necessidade de providenciar educação para pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

1993 – Declaração de Manágua Delegados de 39 países das Américas exigem inclusão curricular da deficiência em todos os níveis da educação, formação dos profissionais e medidas que assegurem acesso a serviços públicos e privados, incluindo saúde, educação formal em todos os níveis e trabalho significativo para os jovens.

1999 – Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência – Guatemala - condena qualquer discriminação, exclusão ou restrição por causa da deficiência que impeça o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive à educação.

1999 - Declaração de Washington - Representantes dos 50 países participantes do encontro “Perspectivas Globais em Vida Independente para o Próximo Milênio”, Washington DC, Estados Unidos, reconhecem a responsabilidade da comunidade no fomento à educação inclusiva e igualitária.

2002 - Declaração de Caracas constitui a Rede Iberoamericana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias como instância para promoção, organização e coordenação de ações para defesa dos direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência e suas famílias.

2002 - Declaração de Sapporo, Japão representando 109 países, 3 mil pessoas, em sua maioria com deficiência, na 6ª Assembléia Mundial da Disabled Peoples' International - DPI, insta os governos em todo o mundo a erradicar a educação segregada e estabelecer política de educação inclusiva.

2002 – Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência proclama 2003 o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência para conscientizar sobre os direitos de mais de 50 milhões de europeus com deficiência.

2003 - Ano Europeu das Pessoas com Deficiência oportunidades iguais e acesso aos recursos da sociedade (educação inclusiva, novas tecnologias, serviços sociais e de saúde, atividades esportivas e de lazer, bens e serviços ao consumidor).

2004 - Ano Iberoamericano da Pessoa com Deficiência proclamado na última reunião da Cúpula dos Chefes de Estados dos Países iberoamericanos, realizada na Bolívia, da qual o Brasil é membro, define a questão da deficiência como prioridade, fortalecendo as instituições e as políticas públicas direcionadas à inclusão das pessoas com deficiência.

A partir desses estudos e documentos, chegou-se à conclusão de que a melhor resposta para o aluno com deficiência e para todos os demais alunos é uma educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças.

Essa é a Educação Inclusiva.

Cada um de seus alunos tem características diferentes

A Educação Inclusiva vem para substituir a escola tradicional, na qual todos os alunos precisavam se adaptar ao mesmo método pedagógico e eram avaliados da mesma forma. Quem não se enquadrasse, estava fora dos padrões considerados aceitáveis e era encaminhado para a classe especial, para a escola especial ou, simplesmente, acabava desistindo de estudar.

Na Escola Inclusiva não existem classes especiais. Ou melhor, todas as classes e todos os alunos são muito especiais para seu professor. E você sabe que isso é verdade por experiência própria. Você sabe que o Joãozinho aprende uma palavra muito melhor quando você faz um desenho na lousa. Que a Mariazinha entende mais quando você canta uma música inventada para a aula de Ciências. Que o Pedro entende melhor a tabuada quando você usa palitos de sorvete ou sementes. E por isso, muitas vezes, você passa, de carteira em carteira, explicando a mesma coisa de um jeito diferente para cada um deles.

Essa é base da Educação Inclusiva: considerar a deficiência de uma criança ou de um jovem como mais uma das muitas características diferentes que os alunos podem ter. E, sendo assim, respeitar essa diferença e encontrar formas adequadas para transmitir o conhecimento e avaliar o aproveitamento de cada aluno.

Vários estudos, no Brasil e no mundo, têm demonstrado que essa pedagogia centrada no aluno é benéfica para todos os estudantes com e sem deficiência porque:

- Reduz a taxa de desistência e repetência escolar;
- Aumenta a auto-estima dos alunos;
- Impede o desperdício de recursos;
- Ajuda a construir uma sociedade que respeita as diferenças.

A Educação Inclusiva e a legislação brasileira

No Brasil, muitas leis municipais, estaduais e federais foram feitas para defender o direito das pessoas com deficiência. Diversas Leis Orgânicas (uma espécie de constituição dos municípios) e Constituições Estaduais, inspiradas na Constituição Federal de 1988, determinam que o aluno com deficiência tem direito e deve receber, na classe comum da escola comum, todo o atendimento específico que necessitar.

O próximo desafio é concretizar as leis

As crianças e os adolescentes com qualquer tipo de deficiência, entre 7 e 14 anos, têm o dobro de chance de estar fora da escola, em comparação com as crianças e os adolescentes sem deficiência, no Brasil.

32,9% da população sem instrução ou com até três anos de estudo possuem alguma deficiência.

Os adolescentes com deficiência, entre 12 e 17 anos, que apresentam paralisia, falta ou amputação de algum membro, ou aqueles que apresentam deficiência mental têm quatro vezes mais possibilidade de estar fora da escola do que os adolescentes sem nenhuma deficiência.

Onze milhões de pessoas com deficiência, com 15 anos ou mais, não têm nenhuma ou têm uma baixíssima escolaridade.²

Legislação Nacional

1854 - Instituto Benjamin Constant (IBC) fundado no Rio de Janeiro, RJ, com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Foi a primeira instituição de educação especial da América Latina; ainda em funcionamento.

1857 - Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) fundado no Rio de Janeiro, RJ, por D. Pedro II - ainda em funcionamento.

1988 – Constituição Federal (Art. 208, III) estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino.

² *UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a infância, *Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras, Diversidade e Equidade*, 2003, baseando-se em dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Censo Demográfico 2000.

1989 — Lei N.º 7.853 cria a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n.º 8.069). No Art. 53, assegura a todos o direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º 9.394/96) assegura aos alunos com necessidades especiais currículos, métodos, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades específicas.

1998 - Parâmetros Curriculares Nacionais (Adaptações Curriculares), do MEC, fornecem as estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.

1999 — Decreto N.º 3.298 regulamenta a Lei no 7.853/89 que trata da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e estabelece a matrícula compulsória, em cursos regulares de escolas públicas e particulares, de pessoas com deficiência.

2000 — Lei N.º 10.098 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

2000 — Lei N.º 10.048 estabelece a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e determina que os veículos de transporte coletivo a serem produzidos deverão ser planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas com deficiência.

2001 – Plano Nacional de Educação explicita a responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e Municípios na implementação de sistemas educacionais que assegurem o acesso e a aprendizagem significativa a todos os alunos.

2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica endossa a necessidade de que todos os alunos possam aprender juntos em uma escola de qualidade.

2001 - Decreto n.º 3.956, da Presidência da República do Brasil, que reconhece o texto da **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência** (Convenção da Guatemala), reafirmando o direito de todas as pessoas com deficiência à educação inclusiva.

2001 – Parecer CNE (Conselho Nacional de Educação)/CEB (Câmara de Educação Básica) nº 17 aponta os caminhos da mudança para os sistemas de ensino nas creches e nas escolas de educação infantil, fundamental, médio e profissional.

2004 – Decreto nº 5296 de 02 de dezembro regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000 e, 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade em vários âmbitos.

Parcerias são fundamentais

Apesar das leis que garantem o direito dos alunos com deficiência à educação, sabemos que 40% de todas as crianças e todos os adolescentes que estão fora da escola são meninos e meninas com deficiência³. Em outras palavras, o Brasil só vai conseguir colocar todas as crianças na escola quando a educação for de fato inclusiva e a escola for realmente de qualidade para todos.

Somente com o apoio dos professores, o Brasil poderá, de fato, oferecer uma Educação de Qualidade para Todos. E você, professor, pode começar a fazer isso agora. Não é preciso cursar uma faculdade. Basta você usar sua criatividade, seu bom senso, sua vontade de ensinar, sua experiência. E os professores especializados em alunos com deficiência e outros profissionais, como pedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais estão aí para ajudar você. A Secretaria de Educação da sua cidade pode ajudar você a encontrá-los.

Além disso, uma das características mais interessantes da Educação Inclusiva é que ela deve envolver também as famílias e a comunidade. Isso significa que a Escola Inclusiva poderá beneficiar-se com parcerias com universidades, organizações não governamentais, escolas SENAI, APAEs, centros de reabilitação, entidades de pessoas com deficiência, associações de bairro, associações comerciais locais etc. Essa rede de parceiros, que inclui a participação da família, será fundamental para a escola conseguir os recursos humanos e materiais de que precisa para oferecer a melhor educação para todos os seus alunos.

³ UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras, Diversidade e Equidade*, 2003, baseando-se em dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o Censo Demográfico 2000.

O primeiro passo para a concretização da Educação Inclusiva

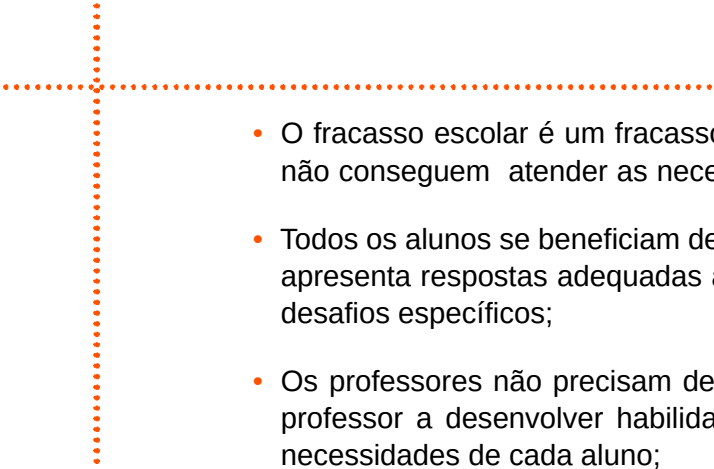
Matricular simplesmente uma criança com deficiência em uma classe comum, da escola comum, sem dúvida, é um passo importante na direção certa. Mas isso não é Educação Inclusiva.

Mesmo que algumas pessoas com deficiência tenham condições de frequentar a escola tal como ela é hoje, e possam ter o mesmo aproveitamento da maioria das crianças, ainda assim, isso não é praticar Educação Inclusiva.

Educação Inclusiva pressupõe que TODAS as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresentem ou não.

Para que isso ocorra, é fundamental que as crianças com deficiência tenham o apoio de que precisam, isto é, acesso físico, equipamentos para locomoção, comunicação (tecnologia assistiva) ou outros tipos de suporte. Mas, o mais importante de tudo, é que a prática da Educação Inclusiva pressupõe que o professor, a família e toda a comunidade escolar estejam convencidos de que:

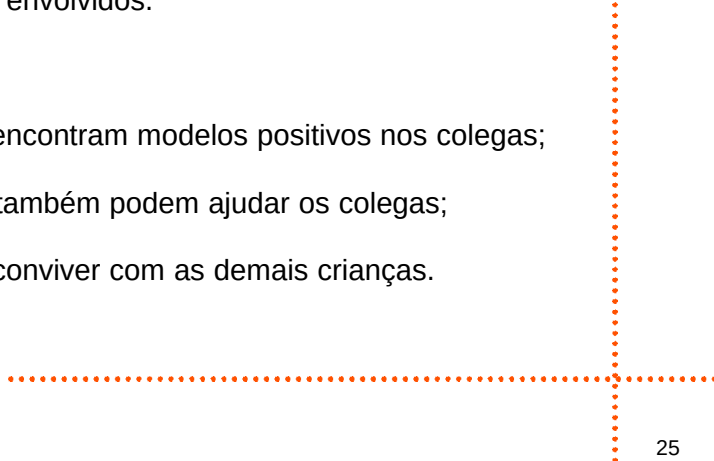
- O objetivo da Educação Inclusiva é garantir que todos os alunos com ou sem deficiência participem ativamente de todas as atividades na escola e na comunidade;
- Cada aluno é diferente no que se refere ao estilo e ao ritmo da aprendizagem. E essa diferença é respeitada numa classe inclusiva;
- Os alunos com deficiência não são problemas. A Escola Inclusiva entende esses alunos como pessoas que apresentam desafios à capacidade dos professores e das escolas para oferecer uma educação para todos, respeitando a necessidade de cada um;

- 
- O fracasso escolar é um fracasso da escola, da comunidade e da família que não conseguem atender as necessidades dos alunos;
 - Todos os alunos se beneficiam de um ensino de qualidade e a Escola Inclusiva apresenta respostas adequadas às necessidades dos alunos que apresentam desafios específicos;
 - Os professores não precisam de receitas prontas. A Escola Inclusiva ajuda o professor a desenvolver habilidades e estratégias educativas adequadas às necessidades de cada aluno;
 - A Escola Inclusiva e os bons professores respeitam a potencialidade e dão respostas adequadas aos desafios apresentados pelos alunos;
 - É o aluno que produz o resultado educacional, ou seja, a aprendizagem. Os professores atuam como facilitadores da aprendizagem dos alunos, com a ajuda de outros profissionais, tais como professores especializados em alunos com deficiência, pedagogos, psicólogos e intérpretes da língua de sinais.

Quem ganha com a inclusão de crianças com deficiência?

Estudos e experiências realizados no Brasil e no mundo demonstram que a Educação Inclusiva é benéfica para todos os envolvidos.

Os alunos **com** deficiência aprendem

- melhor e mais rapidamente, pois encontram modelos positivos nos colegas;
 - que podem contar com a ajuda e também podem ajudar os colegas;
 - a lidar com suas dificuldades e a conviver com as demais crianças.
- 

Os alunos **sem** deficiência aprendem

- a lidar com as diferenças individuais;
- a respeitar os limites do outro;
- a partilhar processos de aprendizagem.

Todos os alunos, independentemente da presença ou não de deficiência, aprendem

- a compreender e aceitar os outros;
- a reconhecer as necessidades e competências dos colegas;
- a respeitar todas as pessoas;
- a construir uma sociedade mais solidária;
- a desenvolver atitudes de apoio mútuo;
- a criar e desenvolver laços de amizade;
- a preparar uma comunidade que apoia todos os seus membros;
- a diminuir a ansiedade diante das dificuldades.

Quem são as pessoas com deficiência?

A deficiência é tão antiga quanto a humanidade. Ao longo dos tempos, desde a pré-história até hoje, as pessoas sempre tiveram que decidir qual atitude adotar em relação aos membros mais vulneráveis da comunidade que precisavam de ajuda para obter alimento, abrigo e segurança, como as crianças, os velhos e as pessoas com deficiência.

Quando pensamos em quem são as pessoas com deficiência, imediatamente pensamos naquilo que as torna diferentes das demais, isto é, obviamente, a própria deficiência. É, portanto, a partir do conceito que a deficiência tem para nós que vamos nos posicionar frente às pessoas com deficiência.

Se você considerar a deficiência como uma desgraça, provavelmente vai sentir pena de uma pessoa com deficiência. Mas, você pode pensar diferente se considerar a deficiência como uma característica como outra qualquer e considerar que as dificuldades que ela enfrenta são o resultado do ambiente despreparado para recebê-la. A tecnologia moderna é uma prova de que isto é verdade. Uma pessoa com deficiência pode não conseguir subir uma escada mas, se houver um elevador ou uma rampa, ela vai estar em pé de igualdade com as outras pessoas, não é mesmo?

No Brasil, há definições médicas sobre o que é a deficiência. É importante que você as conheça, para saber como lidar com estes alunos:

Deficiência física: Alteração completa ou parcial dos membros superiores (braços) e/ou inferiores (pernas), acarretando o comprometimento da função física.

Ter uma deficiência física não significa ter um rebaixamento intelectual. Muitas pessoas fazem esta confusão. É importante saber fazer esta diferença para não ignorar o potencial deste aluno. Geralmente, com algumas adaptações ele conseguirá acompanhar os colegas.

Deficiência auditiva: Perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis, desde uma perda leve até a perda total da audição.

Pode-se trabalhar com os resíduos auditivos nas atividades educacionais, através do uso de aparelhos auditivos, que amplificam o som da sala de aula.

Deficiência visual: abrange desde a cegueira até a visão subnormal (ou baixa visão), que é uma diminuição significativa da capacidade de enxergar, com redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades.

Logo que a deficiência é constatada, existem técnicas para trabalhar o resíduo visual nas atividades educacionais, na vida cotidiana e no lazer. Usando auxílios ópticos (como óculos, lupas etc) as pessoas com baixa visão distinguem vultos, a claridade, ou objetos a pouca distância. A visão se apresenta embaçada, diminuída, restrita em seu campo visual ou prejudicada de algum modo. ⁴

Deficiência mental: Segundo a definição adotada pela AAMR (American Association of Mental Retardation - Associação Americana de Deficiência Mental), a deficiência mental é um “funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, coexistindo com limitações relativas a duas ou mais das seguintes áreas de habilidades adaptativas: comunicação, auto-cuidado, habilidades sociais, participação familiar e comunitária, autonomia, saúde e segurança, funcionalidade acadêmica, de lazer e trabalho. Manifesta-se antes dos dezoito anos de idade.”

O aluno com deficiência mental tem um potencial, que pode ser estimulado na sala de aula e através do convívio com outros alunos. Muitas pessoas confundem a deficiência mental com a doença mental (esquizofrenia, paranóias e outras), o que não é correto. São fenômenos completamente diferentes. A pessoa com deficiência mental não tem surtos, não tem ataques e não tem convulsões. É perfeitamente possível conviver com ela.

Deficiência múltipla: É a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam conseqüências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa

Surdocegueira: É uma deficiência única que apresenta as deficiências auditiva e visual juntas em diferentes graus. A pessoa surdocega pode desenvolver diferentes formas de comunicação para entender e interagir com as pessoas, com o meio ambiente e ter acesso a informações e a uma vida social com qualidade. Para sua autonomia, a pessoa surdocega precisa de um guia-intérprete para sua orientação e mobilidade, educação e trabalho. ⁵

⁴ GIL, Marta(org.). *Deficiência visual*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação à Distância, 2001, P. 6 e 7.

⁵ Grupo Brasil, 2000

A surdocegueira não significa, necessariamente, que a pessoa seja totalmente cega ou surda. Podem existir resíduos visuais (baixa visão) e resíduos auditivos funcionais, suficientes para escutar uma conversação, especialmente quando é usado um aparelho auditivo.

Existem duas formas de classificar a surdocegueira:

- Surdocego **pré-lingüístico**: crianças que nascem surdocegas ou adquirem a surdocegueira nos primeiros anos de vida, antes da aquisição de uma língua;
- Surdocego **pós-lingüístico**: crianças, jovens ou adultos que apresentam uma deficiência sensorial primária (auditiva ou visual) e adquirem a outra após a aquisição de uma língua (Português ou Língua de sinais), ou quando ocorre a aquisição da surdocegueira sem outros precedentes.⁶

Como se comunicar com as pessoas surdocegas?

Geralmente, usa-se o alfabeto digital, formado pelos dedos. A pessoa que se comunica com o surdocego forma as palavras, letra por letra, na mão da pessoa com deficiência. Se não souber falar, o surdocego usa o mesmo método para se comunicar.

Para surdocegos que ficaram deficientes depois de terem sido alfabetizados, a variante desse sistema é “escrever” (como se fosse num papel) sobre o braço ou a mão do surdocego. Parece muito complicado; no entanto, os surdocegos se comunicam rapidamente e com muita eficiência usando esses sistemas.

⁶ Grupo Brasil e ABRASC (Org.). *O que pensamos sobre as pessoas Surdocegas e o que elas fazem para viver?* [periódico]. Brasil: São Paulo, Jul. 2003, P. 4.

Integração versus Inclusão

Até os anos setenta do século passado, a escola seguia o modelo da Integração, ou seja, aceitava somente os alunos que tivessem condições de acompanhar os métodos de ensino e o ritmo de aprendizagem da maioria dos alunos.

Considerava-se que a deficiência era um problema que estava **na** pessoa e, portanto, era a pessoa que precisava ser modificada (habilitada, reabilitada, educada) para tornar-se apta a satisfazer os padrões aceitos no meio social (família, escola, emprego, ambiente). Quem não estivesse pronto para ingressar imediatamente na escola, precisava ser “preparado”, por uma classe especial ou Escola Especial, até ser considerado aceitável.

A partir dos anos oitenta, esse modelo começou a ser questionado. Já nos anos noventa, estava consolidado o novo conceito proposto: o da Inclusão.

Por esse modelo, a deficiência não é um problema da pessoa mas, sim, o resultado da incapacidade da sociedade em atender às necessidades dessa mesma pessoa.

Portanto, pelo modelo da inclusão, é a sociedade (escolas, empresas, programas, serviços, ambientes físicos etc.) que precisa se tornar capaz de acolher todas as pessoas.

Você deve ter ouvido muita gente falar que a Educação Inclusiva é uma ilusão e que ela nunca vai funcionar. Você deve ter ouvido muitos professores dizendo que uma boa classe especial ou Escola Especial é melhor para as pessoas com deficiência do que uma Escola Inclusiva ruim.

O que você pode dizer a essas pessoas é que esse é um falso dilema. As pessoas com deficiência têm direito a uma educação de qualidade e inclusiva. As duas coisas não são e não podem ser consideradas excludentes. Esse é um direito intransferível de todas as crianças e ninguém pode negar isso a elas.

A Sociedade para Todos está em processo de construção. Hoje, vivemos um momento de transição entre modelos e idéias, por isso ainda estamos convivendo com

classes especiais e Escolas Especiais. Mas, a Escola Inclusiva e o modelo da Inclusão vieram para ficar porque se baseiam em conceitos teóricos e práticos desenvolvidos pelos melhores educadores em todo o mundo e refletem o nosso momento histórico.

Esse momento de transição é inevitável porque adotar um novo modelo nunca é fácil. Um modelo de pensamento é uma espécie de filtro através do qual o mundo pode ser interpretado. Isto significa que, ao analisarmos um modelo, não o fazemos apenas racionalmente mas, também, e sobretudo, o fazemos emocionalmente. O modelo da Inclusão exige que abandonemos preconceitos e estereótipos em relação à Educação e às pessoas com deficiência.

É difícil mudar nossas opiniões, idéias e valores. Temos dúvidas e perguntas, e muitas vezes não sabemos como fazer de forma diferente. Esta publicação vem justamente tentar ajudar você, professor, a fazer desta forma diferente. Essa publicação é uma tentativa de auxílio.

Por que temos preconceitos?

É normal ter preconceito. O preconceito faz parte da natureza humana, desde o início da humanidade. O homem desconfia e tem medo de tudo o que é diferente dele mesmo, do “outro”.

O “outro” inspira receio, temor, insegurança. Esses sentimentos eram importantes no tempo das cavernas, quando os homens eram poucos e lutavam bravamente para sobreviver em um ambiente hostil. Certamente, essa característica foi selecionada evolutivamente porque ajudava na sobrevivência da espécie.

E o homem moderno ainda é biologicamente o mesmo daqueles tempos. Diante do diferente, do desconhecido, é normal adotar atitudes defensivas ou de ataque, que se expressam pelo preconceito, pela discriminação, pelas palavras ofensivas ou por atos violentos.

A partir do reconhecimento de que temos preconceitos, é mais fácil mudar nosso comportamento e perceber que existem muito mais coisas que nos unem do que coisas que nos separam.

As pessoas com deficiência são pessoas como nós: têm sonhos, medos, esperança, raiva... Chegue perto delas e você vai comprovar isso.

Por que as pessoas com deficiência quase não são vistas nas ruas?

Desde a década de 80, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 10% da população de todo país, em tempo de paz, são constituídos por pessoas com algum tipo de deficiência.

Já o Censo Demográfico de 2000 apontou que 14,5% da população brasileira tem alguma deficiência, ou seja, este é um contingente formado por mais de 24 milhões de pessoas.

No entanto, as pessoas com deficiência, ainda hoje, quase não são vistas nas ruas, nos ônibus, nas escolas, nos cinemas, nos restaurantes, e raramente aparecem na televisão, na política etc. Por que isso acontece?

Basicamente, essa “invisibilidade” é o resultado de um círculo vicioso: não vemos pessoas com deficiência nas ruas porque a maioria dos ambientes não é acessível e a maioria dos ambientes não é acessível porque quase não vemos pessoas com deficiência nas ruas.

Como a escola pode se preparar para receber um aluno com deficiência?

Adaptações arquitetônicas

Para que o ambiente da escola seja acessível, é preciso que as pessoas com deficiência, inclusive aquelas que usam cadeira de rodas, possam usar o mobiliário (cadeiras, mesas, balcões, bebedouros, quadros de avisos, equipamentos etc), se movimentar por todo o edifício (entrada principal, salas de aula, sanitários, pátios, quadras, parques, bibliotecas, laboratórios, lanchonetes, etc) e pela vizinhança.

Isso significa que devemos observar também como está o lado de fora da escola. Olhe se há guias rebaixadas para pessoas em cadeira de rodas, travessia de pedestres sinalizada, semáforos sonoros para cegos, pontos de ônibus que permitam o embarque seguro e calçadas conservadas e livres de canteiros de flores, postes, caixas de correio, orelhões e bancas de jornal mal posicionados. Muitas vezes nem percebemos, mas estes obstáculos podem representar uma verdadeira “olimpíada” para as pessoas com deficiência.

É claro que isto é o ideal e nossa realidade está muito longe de atingi-lo. No entanto, não significa que você deve desistir de buscar o que for o possível para seu aluno. Até porque, num ambiente onde pessoas em cadeiras de rodas ou pessoas cegas e surdas circulam de maneira autônoma e segura, TODOS se beneficiam porque se locomovem com menos esforço e mais conforto.

Basicamente, o acesso pode ser facilitado com:

- portas e corredores mais largos (de 80 cm);
- construção de rampas com a inclinação adequada (segundo as Normas da ABNT), com corrimãos e mureta para impedir que a cadeira caia;
- elevadores, quando for possível;

- sanitários que permitam entrar e fazer a volta com a cadeira de rodas; com vaso sanitário da altura da cadeira de rodas; com pias que permitam o encaixe da cadeira de rodas e manuseio confortável da torneira; com a porta sem mola que abre para fora e com indicação de feminino e masculino de cor contrastante, de fácil reconhecimento e com tamanho bem visível;
- pisos antiderrapantes.

Biblioteca escolar ou sala de leitura

As bibliotecas são verdadeiros portais para o conhecimento e para a aventura. Para que elas sejam também acessíveis às pessoas com deficiência, é preciso que tenham:

- acesso físico sem desnível ou catracas;
- mesas onde se encaixam cadeiras de rodas;
- acesso virtual (via computador e Internet);
- acervo em braile, fitas cassete e CD-ROM;
- serviço de orientação estimulante e adequado às necessidades dos diversos tipos de usuários;
- prazo prolongado para devolução;
- cartões de autorização para que terceiros retirem e devolvam livros;



- assistentes para acesso ao acervo;
- assistentes para leitura (letores de livros para cegos);
- lupas ou lentes de aumento;
- intérprete de Língua Brasileira de Sinais;
- salas de vídeo com televisores com sistema de legendas ocultas para seus usuários surdos. A maioria dos novos modelos de TV já sai de fábrica com esse dispositivo de acionamento opcional chamado “closed caption”, através do qual tudo o que é dito aparece legendado na tela. Porém, ainda não são todas as emissoras de TV que oferecem o serviço de legendagem em sua programação.

Sabemos que muitas escolas infelizmente não têm bibliotecas ou salas de leitura, mas outras têm. É importante que você, professor, fique atento sobre a importância que a leitura tem para a criança com deficiência e, sempre que possível, estimule a comunidade escolar, a Associação de Pais e Mestres ou a Biblioteca Pública de sua cidade a se adaptar para acolher a criança e o jovem com deficiência.

A comunicação visual existente nas escolas deve ser compreendida por pessoas com todos os tipos de deficiência. Os quadros de avisos e placas de sinalização e orientação de usuários devem ter textos curtos, com letras grandes, acompanhados de símbolos e devem ser colocados no nível dos olhos de uma pessoa em cadeira de rodas. Devem ser instalados sinais de alerta com luz para avisar aos usuários surdos de eventuais emergências.

Parques infantis acessíveis a todas as crianças

Não deve haver barreiras arquitetônicas que possam dificultar o acesso de alunos usuários de cadeiras de rodas ou com locomoção reduzida (degraus, areia fofa em todo o solo, desníveis de um brinquedo para outro, etc.)

O ideal é que todos os brinquedos sejam acessíveis a todas as crianças; no entanto, existem poucos brinquedos desse tipo no mercado.⁷ Uma maneira de contornar esse problema é capacitar pessoas para ajudar crianças com deficiência a usarem com segurança os brinquedos existentes.

Mobiliário escolar para todos

A fabricação de assentos e mesas escolares no Brasil segue a Norma Técnica NBR 14007(1997), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). No entanto, essas mesas e cadeiras escolares não consideram a existência de estudantes com deficiência. Sendo assim, algumas adaptações são necessárias para facilitar o uso por alunos com deficiência:

Mesas para usuários de cadeira de rodas: devem ser mais altas para o encaixe da cadeira de rodas.

Apoio para os pés: É importante o aluno ter apoio para os pés quando estiver sentado, para garantir um bom posicionamento e não escorregar da cadeira. Um caixote que mantenha um ângulo de 90° de flexão no quadril e nos joelhos pode ser a solução.

Cadeiras: pode-se serrar ou aumentar a altura das pernas das cadeiras, para que fiquem de acordo com a altura da criança. Encostos e assentos adicionais, como almofadas, podem ser combinados, se necessário, com apoio de pés.



⁷ Há empresas no Brasil que têm brinquedos próprios para crianças com deficiência. Se quiser informações, faça uma busca na Internet ou escreva para a Rede SACI.

Podem ser colocados cintos que facilitem a posição ereta ou evitem que o aluno escorregue ou caia para os lados. Estes cintos podem ser horizontais, em X e/ou que saiam dentre as pernas, para manter o quadril posicionado.

Armários: as prateleiras mais baixas devem ser reservadas para os alunos em cadeira de rodas.

Pátios: devem estar livres de degraus e demais obstáculos à circulação de pessoas em cadeira de rodas. O corredor de acesso, se houver, deve respeitar a largura de uma cadeira de rodas para facilitar a mobilidade e evitar acidentes.

Banheiros acessíveis: Não existem especificações para a construção e adaptação de banheiros infantis no Brasil. Mas alguns critérios da NBR 9050 ⁸podem ser adotados nos banheiros escolares infantis, tais como: largura de portas, tipos de maçanetas, puxadores e torneiras, tipos de espelhos, local e tipo de pia, tamanho do box acessível etc.

Estratégias de sala de aula

Cada um tem o seu jeito de dar aulas, como você bem sabe. Quando recebemos um aluno com deficiência, somos estimulados a rever nossa prática e a buscar outras formas de ensinar.

A cooperação em sala de aula pode ser um fator importante para a inclusão das pessoas com deficiência, pois permite interação e troca entre os alunos. O desenvolvimento de algumas estratégias pode ser decisivo para criar um ambiente de cooperação em que aqueles alunos que têm mais habilidades em alguma matéria possam ajudar aqueles com menos habilidades.

Aqui vão algumas alternativas, que podem ser úteis a você.

⁸ <<http://www.abnt.org.br/>>.

Aprendizagem cooperativa

O professor coloca os alunos em grupos de trabalho, juntando alunos com dificuldades em determinada área com alunos mais habilidosos nesse assunto. Na aprendizagem cooperativa, os alunos trabalham juntos para atingir determinados objetivos. A descoberta de interesses mútuos permite a eles explorar assuntos junto com colegas que têm interesses comuns. As estratégias de aprendizagem cooperativa melhoram as atitudes diante das dificuldades de seus colegas com ou sem deficiência e, simultaneamente, eleva a auto-estima de todos.



Estratégias de aprendizagem criança a criança: oferecem a oportunidade de compreender melhor as pessoas que, por qualquer motivo, são diferentes (maneira de vestir, crenças, língua, deficiências, raça, capacidades). Quando as crianças compreendem que toda criança é diferente, deixam de fazer brincadeiras cruéis e podem se tornar amigos.

Ensino por colegas: método baseado na noção de que os alunos podem efetivamente ensinar os seus colegas. Neste método, o papel de aluno ou de professor pode ser atribuído a qualquer aluno, com deficiência ou não, e alternadamente, conforme as matérias em estudo ou as atividades a desenvolver. Diversos estudos demonstram que os alunos que fazem o papel de professor podem, às vezes, ser mais eficazes que os adultos para ajudar a desenvolver a leitura ou ensinar conceitos de matemática. Pode ser que isto aconteça porque eles têm mais familiaridade com a matéria que está sendo ensinada, por compreenderem melhor a frustração dos colegas ou por usarem vocabulário e exemplos mais adequados à sua idade. Além disso, a aprendizagem por intermédio dos colegas pode ser, também, positiva para as crianças que ensinam, melhorando seu desenvolvimento acadêmico e social.

Apoio entre amigos: é uma forma específica de aprendizagem através de colegas, na qual o envolvimento acontece principalmente com assuntos extra-escolares. Por exemplo, um amigo pode ajudar um aluno com deficiência física a se sentar na carteira ou pode acompanhá-lo antes e depois das aulas.

Círculo de amigos: é uma estratégia para que os alunos de uma turma recebam um novo colega com deficiência e aprendam a conhecê-lo e ajudá-lo a participar de atividades dentro e fora da escola. Inicialmente, organiza-se uma espécie de “comitê de boas-vindas”, formado por alunos que, diariamente, poderão fazer visitas ou manter conversas por telefone com o novo colega e saber das suas experiências no novo ambiente escolar. O professor funciona como facilitador para criar o círculo de amigos e pode dar apoio, orientação e conselhos, à medida que o resto da classe vai sendo agregado ao círculo inicial.

É importante deixar claro que esse grupo de amigos não é um “projeto para amigos especiais”, para alunos “coitadinhos”, nem tem a finalidade de “praticar boas ações”. Pretende, isto sim, criar verdadeiros laços de amizade que resultem num apoio real. É possível que a composição do grupo mude mas, geralmente, criam-se laços prolongados de amizade. As crianças com e sem deficiência têm a oportunidade de se beneficiar desta experiência.

O objetivo de uma rede de apoio entre colegas é enriquecer a vida escolar de todos os alunos. É sem dúvida enorme a capacidade dos alunos para se ajudarem uns aos outros na escola, mas para que esta capacidade se exerça é necessário que os professores liderem o processo, encorajando-os ⁹.

Veja a seguir um relato sobre o quanto pode ser importante esta interação entre os alunos.

⁹ Texto baseado em “Necessidades Educativas Especiais na Sala de Aula”. Lisboa, IIE (P. 173-174), UNESCO (1996).

Embora devamos procurar a independência, precisamos entender que ela é inalcançável em sua plenitude.

Por Luiz Alberto M. de Carvalho e Silva¹⁰

Isso é uma coisa de que não ouço falar, o auxílio advindo dos colegas de classe. É tão importante! Até hoje, lembro-me com gratidão dos que liam para mim e que aprenderam o braile apenas por observar-me escrever o que ditavam. Essa interação, que me foi fundamental, era incentivada, sob o ponto de vista privado, por minha mãe e, sob o ponto de vista público, pela escola de jesuítas “Colégio São Luís”, em que estudei. Os padres faziam questão que os alunos fossem solidários e ajudar-nos era uma demonstração disso. Por outro lado, éramos cobrados na exata medida dos outros. Não havia o menor privilégio. Física, Química, Matemática e Biologia eram alvo de avaliação absolutamente idêntica à empregada para os demais alunos. Eu usei curvas francesas para desenhar, sempre com a ajuda dos demais estudantes, alguns deles amigos meus até hoje. Por outro lado, fazíamos colas incríveis em braile, pois os professores nem sempre tinham ciência de que os demais estudantes também pudessem entender aquilo. Chegávamos ao cúmulo de deixar folhas em braile no tampo da mesa, sem que se dissesse coisa alguma a respeito.

Há vinte anos, quando Amyr Klink voltou de sua primeira viagem, fizemos um jantar no Clube Paulistano. Havia alguns padres e professores presentes. Começamos a contar-lhes as peripécias que fizemos a esse respeito e rimos por algumas horas. Isso é o que eu chamo de inclusão. É fazer com que os estudantes com deficiências participem da vida da escola, que estudem com os demais, viajem com eles, vão às festas deles todos e “aprontem” com todos também. Nesse colégio, aliás, estudaram muitos cegos como o músico Sérgio Sá, por exemplo. Ele estava um ano na minha frente. No salão de provas, juntavam-

¹⁰ SILVA, Luiz Alberto M. de Carvalho. *Embora devamos procurar a independência, precisamos entender que ela é inalcançável em sua plenitude*. [depoimento online]. <<http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=6903>> São Paulo, set ,2 003. O autor é economista, cego e professor de Administração da FAAP – Faculdade Armando Álvares Penteado, da cidade de São Paulo.

se muitas classes, de modo que ele sentava-se ao piano e tocava uma ou duas músicas antes de as sabatinas começarem.

Noto que todas as discussões daqui¹¹ visam uma autonomia que ninguém tem. Nunca se fala em como devemos nos relacionar com os colegas de classe ou de escritório, ajudando-os no que pudermos e pedindo ajuda para o que precisarmos. Ilustro com um caso recente: um outro professor e eu reprovamos um trabalho de conclusão de curso em que os alunos esperavam obter um prêmio. Ocorre que ele estava errado demais para que pudéssemos relevar. Como é do direito deles, pediram revisão de nota. A coordenação do departamento pediu-nos pareceres individuais. Fizemos e entregamos no prazo. Os alunos foram reprovados pelos revisores e entraram com recurso na mantenedora, que nos pediu um parecer conjunto. Combinamos então que eu redigiria e que o outro professor, por não ter todas as obras em meio digital, faria a revisão bibliográfica. Resumindo, eu fiz o que podia e ele colaborou com o que eu não podia fazer. É assim que eu entendo o bem viver. Embora devamos procurar a independência, precisamos entender que ela é inalcançável em sua plenitude, o que torna ainda mais importante aprender a viver em sociedade. Podem estar certos de que não é numa escola especializada que se vai chegar lá.

Ensino Cooperativo

Trata-se de uma estratégia em que o professor da classe comum e o professor do ensino especial trabalham em conjunto, dentro da sala de aula comum, composta por alunos com e sem deficiência. Neste modelo existem, pelo menos, três formas diferentes de organização:

- **Atividades complementares** - enquanto o professor do ensino regular assume, por exemplo, as atividades e os conteúdos da área acadêmica, o professor do ensino especial ensina alguns alunos a identificar as idéias principais de um texto, a fazer resumos - enfim, a dominar técnicas de estudo;

¹¹ Este texto foi escrito originalmente para uma lista de discussão, <<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=6903>>.

- **Atividades de apoio à aprendizagem** - os dois professores ensinam os conteúdos acadêmicos mas, enquanto o professor do ensino regular é responsável pelo núcleo central do conteúdo, pela matéria essencial, o professor do ensino especial encarrega-se de dar apoio suplementar a qualquer aluno que dele necessite, individualmente ou em pequenos grupos;
- **Ensino em equipe** - o professor da classe regular e o professor do ensino especial planejam e ensinam em conjunto todos os conteúdos a todos os alunos, responsabilizando-se cada um deles por uma determinada parte do currículo ou por diferentes aspectos das matérias de ensino.

O sucesso do ensino cooperativo depende de dois fatores fundamentais:

- Necessidade de tempo nos horários dos professores para fazerem o planejamento em conjunto;
- Compatibilidade entre os estilos de trabalho e personalidades dos dois professores.

Veja um exemplo de ensino cooperativo usado em sala de aula:

Práticas de sala de aula¹²

“Lucas tem 6 anos e possui deficiência motora. A professora de apoio e a professora do ensino regular procuravam proporcionar o maior número de atividades coletivas, como forma de interação entre os alunos e de aprendizagem cooperativa.

Na educação infantil existia o momento dos “cantos”, que eram cantinhos temáticos, divididos no espaço da sala de aula. Quando as crianças chegavam, já iam para o canto que quisessem, podendo andar entre um e outro. Estes cantos proporcionavam interação entre as crianças, pois era um momento mais livre da rotina, em que elas podiam brincar. Existia o canto da casinha, do hospital, dos jogos, do supermercado, da livraria, da pintura, do cabeleireiro, enfim muitos espaços de aprendizado e brincadeira.

¹² LUMATTI, Ana Beatriz Teixeira. *Práticas de sala de aula*. [artigo online]. <<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=8264>>. Nov. 2003.

Outra situação que permitia aprendizado e interação era no desenvolvimento dos projetos. Por exemplo: uma época as professoras estavam trabalhando os Inuits (povo que vive no Pólo Norte, popularmente chamado de esquimós). Reuniam o grupo para que inicialmente levantassem suas hipóteses sobre este povo e as coisas que gostariam de pesquisar a respeito deles. Após este levantamento prévio, iam gradualmente lendo e trazendo material a respeito. Durante este processo pediam para que se organizassem em grupos para pesquisar o material, estimulando as trocas entre eles. Como nesta classe de Infantil II eles ainda não dominavam a leitura, os textos vinham acompanhados de ilustrações que ajudavam a orientar as pesquisas. Então selecionavam um tema a ser pesquisado por cada grupo, por exemplo, vestuário. Neste momento definiam os grupos já pensando nas crianças que possuíam mais afinidades e que poderiam trabalhar de forma harmoniosa. Orientavam para que pegassem os livros e procurassem pelo tema. Eles faziam suas hipóteses em função das imagens que viam.

A professora de apoio então intervinha como escriba do grupo, se propondo a escrever o resultado da pesquisa para eles e suas hipóteses. Pedia para que cada um falasse, inclusive e principalmente Lucas, que fez, em certa ocasião, parceria com outro coleguinha que se prontificou a ajudá-lo. Ou seja: o professor de apoio não precisa ficar sempre ao lado da criança, ou como seu único parceiro de atividades. Ele deve transitar pelo grupo e atuar no sentido de favorecer as situações de interação e aprendizado. Ele não é um professor particular, de reforço da criança com deficiência, mas um profissional a serviço do funcionamento inclusivo dentro da classe.

Nas rodas de leitura, por exemplo, a professora de ensino regular escrevia uma música numa cartolina e pedia para que as crianças lessem. Na verdade, nesta idade as crianças ainda não lêem, mas possuem estratégias para lerem de uma forma “fictícia”, digamos assim, decoram as letras e as “lêem”, guiando-se mais pelo ritmo da música. No começo, Lucas tinha medo de se expor e não queria participar da roda de leitura. Aos poucos, as professoras foram estimulando sua participação. Até porque acham que o próprio Lucas foi percebendo que as pessoas se expressam de formas diferentes, realmente há diversidade na escola e na vida. Cada um se expõe de um jeito diferente, uns são mais desinibidos e rápidos, outros mais lentos, outros muito tímidos, outros exibidos, enfim, ninguém é igual a ninguém.

Seus alunos conhecem o tema da diversidade?

Você pode trabalhar em sala de aula com histórias infantis, usar músicas e brincadeiras da região, encenar peças teatrais com seus alunos e assistir filmes que discutam o tema da diversidade. A incorporação deste tema ao currículo escolar pode contribuir para o aprendizado dos alunos e também para construção de sua cidadania.

Ao discutir temas como o da acessibilidade física nas cidades (melhoria das calçadas, necessidade de rampas, respeito às vagas de estacionamento reservadas, etc) você contribui para uma maior consciência sobre o tema, ajuda a quebrar preconceitos e traz informações sobre a deficiência. A diversidade é um assunto muito amplo e abrange a deficiência, a pobreza, questões raciais e outras. Você pode trabalhar todos esses aspectos com os seus alunos.

Você também pode trazer uma pessoa com deficiência para conversar com seus alunos. Veja abaixo o quanto isto pode ser legal.

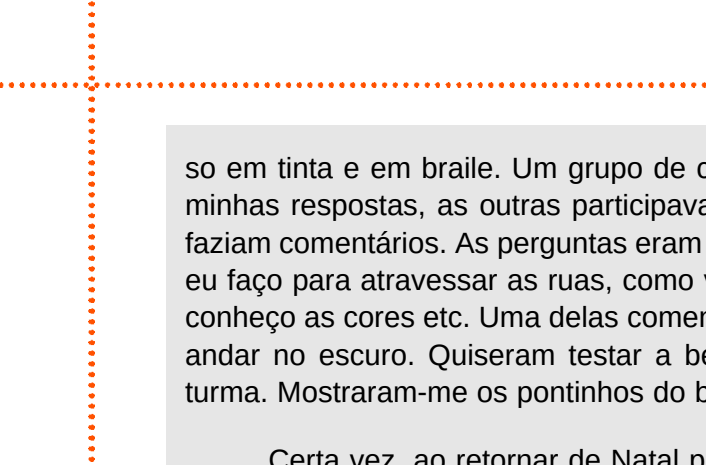
A insustentável leveza do braile

Por Elizabet Dias de Sá¹³

“Recebi um convite para participar de uma atividade com duas turmas de crianças de 6 anos em uma escola de educação infantil. A atividade consistia em uma entrevista coletiva comigo e o tema era a minha experiência de vida como pessoa cega. Tratava-se da culminância de um projeto no qual as professoras haviam trabalhado com as crianças informações básicas e elementares sobre a locomoção de pessoas cegas e o sistema braile.

As crianças foram organizadas em uma grande roda comigo ao centro e todas sentadas no chão. Cada uma delas trazia um crachá com seu nome impres-

¹³ SÁ, Elizabet Dias. *A Insustentável Leveza do Braile*. In: ANAIS DO PRIMEIRO SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE O SISTEMA BRAILLE SEESP/MEC - Secretaria de Educação Especial / Ministério da Educação. Disponível em <<http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=11117>> A autora é cega, psicóloga e consultora em educação inclusiva.



so em tinta e em braile. Um grupo de crianças iniciou a entrevista e, a partir de minhas respostas, as outras participavam espontaneamente, contavam casos e faziam comentários. As perguntas eram simples e objetivas. Queriam saber como eu faço para atravessar as ruas, como vejo televisão, como faço para comer, se conheço as cores etc. Uma delas comentou que eu devo ter muita facilidade para andar no escuro. Quiseram testar a bengala, o que provocou um alvoroço na turma. Mostraram-me os pontinhos do braile e sabiam para que servem.

Certa vez, ao retornar de Natal para Belo Horizonte, no avião, eu lia uma revista em braile, o que despertou a curiosidade de duas crianças que viajavam ao meu lado. Era uma garota de doze anos que também lia um livro e seu irmão de 6 anos. Durante uma demorada escala em Recife, elas fizeram perguntas sobre o braile e eu procurei explicar de forma simples e didática com uma breve demonstração. Elas se empolgaram, decidiram escrever seus nomes e, juntas, conseguimos esta proeza. A garota quis ir além e escreveu seu nome em braile na capa do livro que lia. Depois, pediu-me para ditar as letras do alfabeto porque ela queria mostrar ao pai o que aprendeu no avião.

Estas experiências ilustram a dimensão lúdica do sistema braile e a plasticidade da percepção infantil para incorporar e naturalizar a diferença. A projeção do sistema braile e a interação das crianças cegas e não cegas contribuem para a desmistificação da deficiência, a formação de princípios éticos, o exercício de cooperação e solidariedade, entre outros valores que possibilitam a eliminação de preconceitos e atitudes discriminatórias no presente e no futuro”.

Muitas vezes, temos dúvidas a respeito de quais estratégias utilizar para melhor proporcionar o aprendizado de nossos alunos. Veja algumas soluções adotadas pela professora Mara; elas podem inspirar outras idéias e alternativas, de acordo com sua realidade.

A utopia possível

Por Mara Cassas ¹⁴

“Recebi um aluno com Síndrome de Down em classe, que tinha completado nove anos no início de 2003 e cursou a primeira série numa outra escola comum. A classe era pequena, tinha apenas 10 alunos e duas professoras. Ele estava em processo de alfabetização, na fase alfabética e conhecia algarismos até 15 e contava até 10, respeitando a seqüência.

Ao realizar o planejamento eu ia, sempre que possível, em busca de uma estratégia que possibilitasse o envolvimento de todos os alunos e na hora de fazer os registros pensava na melhor maneira de atender o aluno em processo de inclusão.

Numa aula da disciplina de Português havia uma atividade que deveria ser realizada no livro didático. O objetivo era estudar um novo gênero textual que é **Tirinhas em quadrinhos** e suas características tais como o uso de balões para indicar diálogos, fala de narrador, expressões dos personagens etc. Para que houvesse maior envolvimento do aluno, eu trouxe para a classe uma cestinha com vários gibis da Turma da Mônica, cujos personagens faziam parte da tirinha do livro. Proporcionei um tempo para que todas as crianças escolhessem um gibi, fossem para o fundo da classe, se espalhassem pelo chão e se divertissem com sua leitura. Esperei que o aluno em questão escolhesse uma delas, visse sozinho a história e depois pedisse que alguém lhe contasse. Em seguida alguns contaram suas histórias, inclusive ele e depois retornamos às carteiras para fazer as atividades propostas pelo livro. Oralmente fui fazendo adaptações das atividades do livro, solicitei que as respostas fossem dadas de acordo com as histórias dos gibis que eles haviam lido. Dessa forma, foi mais interessante para o aluno em processo de inclusão, que se envolveu e deu respostas adequadas levando-se em conta suas dificuldades, e para toda classe que ficou mais interessada. A leitura dos gibis proporcionou um envolvimento maior.

¹⁴CASSAS, Mara Rosana. *Utopia Possível*. [artigo online]. Disponível em <<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=10702>>. A autora é pedagoga e não possui especialização na área da deficiência.

Os objetivos propostos para essa atividade foram atingidos, o aluno participou, envolveu-se e trabalhou com o conteúdo apresentado. Interagiu com todos os seus colegas, pois todos leram e compartilharam suas histórias e conteúdos com os demais.

Numa outra atividade, também de Português, o objetivo era que os alunos trabalhassem com outro gênero textual: cartas. O assunto iniciava-se pela necessidade do uso de selo para o envio de cartas. O planejamento tinha por base o uso do livro didático. Também, para maior envolvimento do aluno em questão, solicitei que as crianças trouxessem objetos de coleções de casa. Os alunos trouxeram várias coleções tais como papel de carta, tampinhas de Coca-Cola, cartões de telefone, mas o mais freqüente foi mesmo coleção de selos. O aluno também trouxe sua coleção de casa. Utilizei um selo que um dos alunos trouxera e o imprimi, fazendo parte de uma das atividades para a classe trabalhar. O envolvimento de todos foi maior e o dele foi total, pois o conteúdo ficou mais interessante.

As aulas de Ciências eram planejadas de uma forma que houvesse um maior envolvimento dos alunos como um todo. Eu apresentava os conteúdos planejando várias estratégias onde pudesse contemplar as diferentes capacidades dos alunos. Apresentava textos apenas no final do planejamento para sistematizar o que foi trabalhado durante o processo. Havia experimentos no laboratório, na classe ou no pátio, jogos e também trabalhos em grupo onde os alunos deveriam fazer cartazes colocando pesquisas, gravuras ou fazendo desenhos.

Dessa forma todos contribuíram de acordo com suas capacidades naquilo que tinham mais facilidade. Uns escreviam, outros desenhavam e outros pintavam ou recortavam. Os conteúdos, sempre que possível eram trabalhados utilizando diferentes estratégias para que envolvessem a todos os alunos, então esses conteúdos eram apresentados de forma lúdica e acadêmica para a sistematização.

Um dos temas trabalhados em Ciências foi sobre o Meio Ambiente. Além de textos apresentei filmes, excursão e aula no laboratório. Montei um jogo com dados e os alunos faziam o percurso onde todos tinham que caminhar de acordo com o número obtido nos dados e com as regras de cada número.

Esse mesmo tipo de jogo foi utilizado no desenvolvimento do planejamento de Estudos Sociais para o estudo das Regras de Trânsito.

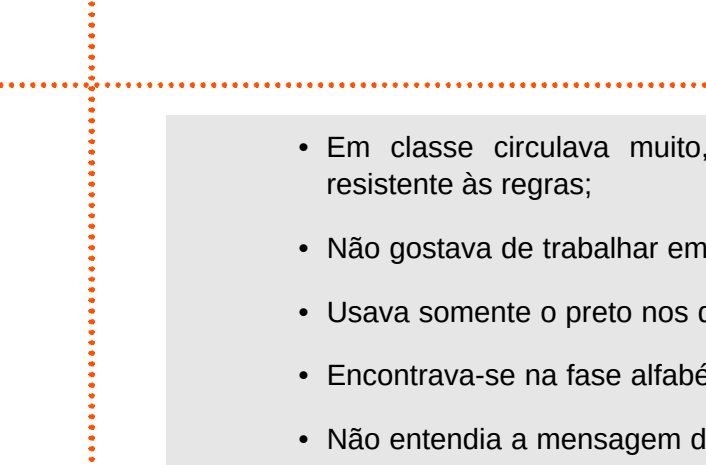
Não houve necessidade de se mudar a disposição das carteiras, pois sempre achei importante dispor a classe em duplas ou trios para que todos trabalhassem juntos. Essas duplas iam sendo alteradas com uma certa periodicidade, para que no final do ano todos os alunos tivessem trabalhado com todos os seus colegas da classe. Sempre que possível, também planejo tarefas para serem realizadas em grupo. Esses grupos também não são fixos.

O objetivo era fazer com que todos os alunos aprendessem a trabalhar com todos os colegas, respeitando as características individuais de cada um, aceitando-os como são.”

Como tive a oportunidade de fazer alterações no planejamento já existente tendo como objetivo atender a todos, foi possível atingir os objetivos propostos.

Estas eram algumas características desse aluno em fase de inclusão, no início do ano:

- Circulava muito pela escola, ficava pouco em sala de aula;
- Preferia brincar a estudar;
- Cansava-se facilmente das atividades da classe;

- 
- Em classe circulava muito, mexia com todos os colegas e era resistente às regras;
 - Não gostava de trabalhar em grupo;
 - Usava somente o preto nos desenhos;
 - Encontrava-se na fase alfabética;
 - Não entendia a mensagem das frases;
 - Elaborava pequenas frases orais;
 - Não conseguia registrar essas frases;
 - Invertia letras e números;
 - Necessitava de muito espaço para a escrita;
 - Possuía traçado irregular;
 - Necessitava contar um a um. Voltava sempre ao início da contagem;
 - Reconhecia e relacionava quantidade até 10;
 - Realizava pequenas somas;
 - Não tinha paciência para o recorte, pois era muito difícil;
 - Não havia formas no seu desenho;
 - Dependente de adulto para realizar tarefas;
 - Maior facilidade para soma do que subtração.

O aluno terminou o ano com:

- Sempre presente em todas as atividades do grupo dentro e fora da classe;
- Realizava todas as atividades sem a ajuda do adulto e não circulava mais entre os colegas;
- Ele dizia que “Se eu não fizer, como vou aprender?”;
- Aceitava trabalhar em grupo;
- Aceitava refazer tarefas quando não estavam bem feitas;
- Menos resistente às regras;
- Era escolhido para trabalhos em grupos;
- Lia com maior desenvoltura;
- Elaborava frases orais e as registrava;
- Ainda apresenta inversões de letras e números;
- Apresentava certa dificuldade em escrever palavras iniciadas com vogais;
- Gostava de atividades com recorte;
- Já apresentava formas nos desenhos;
- Reconhecia numeral até 70 e já tinha conhecimento da ordem de grandeza 92, 160, 200;
- Ainda apresentava maior dificuldade para subtração;
- Já conseguia elaborar problemas oralmente;
- Fazia desenhos com cores variadas.

Tecnologias e recursos materiais que podem ser utilizados

Quando falamos em tecnologias e recursos que auxiliam a criança ou adolescente com deficiência na sala de aula, devemos lembrar que eles não são recursos que magicamente farão o aluno superar suas dificuldades. Qualquer que seja o auxílio pensado, sempre passa pela percepção que o professor tem sobre as dificuldades e possibilidades de seu aluno. O auxílio só faz sentido a partir desta relação. Por isso, dizemos que não há regras, existem sugestões para ajudar o professor a pensar em possibilidades, mas isto sempre será posterior a este primeiro contato e conhecimento prévio do professor em relação a criança ou adolescente.

Os alunos com deficiências geralmente usam os mesmos recursos materiais que os demais alunos. Existem, no entanto, adaptações que podem ser necessárias para facilitar a realização de atividades para quem possui alguma limitação motora, sensorial ou cognitiva. Esses recursos são chamados de “**ajudas técnicas**” ou “**tecnologias assistivas**”.

Infelizmente, esses recursos são caros para a maioria das pessoas com deficiência. É aí que entra a criatividade da professora que engrossa o lápis com fita adesiva para que o aluno possa segurá-lo melhor e, sem saber, também está fazendo tecnologia assistiva, por exemplo.

Lembre-se que:

- as adaptações devem auxiliar o aluno e o professor;
- a necessidade de cada aluno com deficiência é **única**; portanto, a família e ele mesmo devem participar da criação e da escolha dos recursos que podem ajudá-lo;
- o recurso deve sempre ser reavaliado pelo aluno e pelo professor, para ter certeza de que está realmente sendo útil e como pode ser aprimorado ou substituído;
- as adaptações também podem servir para facilitar o uso do banheiro, da cozinha ou do refeitório, do pátio, das quadras, dos parques, dos auditórios,

das salas de aula e de informática, ou seja, todos os ambientes escolares freqüentados pelos alunos podem necessitar de adaptações.

Muitas vezes, nós, professores — depois de algumas tentativas frustradas com o aluno com deficiência — acabamos concluindo, erroneamente, que a criança não tem condições de aprender.

Nesses momentos, é bom lembrar que cada caso é um caso. Confie na sua criatividade, no seu bom senso e, principalmente, na opinião do aluno. Se não conseguir resolver a dificuldade, talvez seja interessante buscar a opinião de profissionais da área de reabilitação ou especializados em educação de crianças com deficiência. Pessoas com formações diversas podem abordar a dificuldade sob perspectivas diferentes, o que pode ser útil em situações mais complexas.

Ao observar um aluno, não olhe apenas as dificuldades. É importante verificar as habilidades e as formas que ele usa para vencer desafios. Se achar que vale à pena mudar ou incrementar essas estratégias, converse com o aluno e, acima de tudo, respeite a opinião dele.

Como garantir que as instruções pedagógicas sejam compreendidas e seguidas pelo aluno?

Aqui está um exemplo:

José tem 5 anos e está em uma escola regular de ensino infantil. A professora percebeu que, ao desenvolver atividades de escrita, mesmo avisado de que não deveria fazê-lo, o aluno continuava a ultrapassar os limites da folha. Depois de refletir sobre a situação, a professora percebeu que José tinha dificuldade para entender instruções verbais. Então, decidiu utilizar um recurso concreto para complementar a instrução. Colocou uma moldura de papel com textura diferente em volta da folha sulfite. O contraste de cor e a textura ajudaram José a perceber melhor os limites da folha.

Formas de aprender e de avaliar o aprendizado

Muitas vezes, você, professor, adota estratégias de aprendizagem que usam as habilidades de escrita do aluno, porém elas não são a única forma de aprender e de avaliar o aprendizado.

Para qualquer criança, incluindo as que têm algum tipo de deficiência, a utilização de diversos recursos sensoriais e cognitivos pode auxiliar a contemplar as diferentes formas de aprender dos alunos.

Por exemplo, se você está trabalhando o conceito de família e a construção da identidade de seu aluno, pode pedir que ele nomeie ou escreva a respeito das pessoas que compõem sua família, identificando nome, grau de parentesco, suas idades, etc.

Você também pode trabalhar esse conceito partindo de figuras que mostram cenas familiares em revistas, em obras de arte famosas sobre o tema, em novelas de TV que o aluno assiste, ou através de uma entrevista com uma família vizinha do aluno. Depois disso, você pode fazer, com a ajuda do aluno, uma árvore genealógica, usando diversos materiais (cartolina, lápis de cor, folhas de árvore, fotografias dele com seus familiares).

Esta é apenas uma forma de usar ao máximo o potencial de uma atividade, usando recursos sensoriais e cognitivos diversos sobre um mesmo tema.¹⁵

Práticas de sala de aula¹⁶

Lucas, de seis anos, possuía uma série de limitações físicas: estatura abaixo da média, dificuldades para andar e não tinha o polegar da mão direita. Ele estava matriculado no Infantil II, que é quando a criança começa a escrever com mais regularidade e testa suas hipóteses sobre a escrita.

¹⁵ SOUTO, Ana Cristina Fagundes, MEDINA, Aline Gomes. *Tecnologia Assistiva dentro do contexto escolar*. [artigo online]. <<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=12735>>.

¹⁶ LUMATTI, Ana Beatriz Teixeira. *Práticas de sala de aula*. [artigo online]. <<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=8264>>. Nov. 2003.

Lucas chegou ao Infantil II sabendo escrever o próprio nome, como todos os outros alunos do ano anterior. Logo se percebeu que ele escrevia com enorme dificuldade pois, apesar de possuir o polegar apenas da mão esquerda, Lucas era destro e pegava a caneta sempre com a mão direita e foi com ela que aprendeu a escrever seu nome.

Para ajudá-lo, foi tentado o uso de canetas, canetinhas e lápis de cor mais grossos. No entanto, mesmo assim, o processo do aprendizado da grafia das letras estava exigindo muito tempo e esforço.

Seus professores concluíram que, se insistissem no processo da grafia, o esforço necessário poderia desestimular Lucas, tornando o exercício da escrita uma atividade penosa e chata, ao invés de algo desafiador e estimulante. Ou seja, isto poderia prejudicar a atividade realmente importante: ajudar Lucas a pensar em como as palavras são formadas e construir suas próprias hipóteses a respeito disso.

Então, essa estratégia foi substituída pelo uso das letras móveis escritas em quadradinhos de cartolina. Assim, Lucas “deslanchou” no processo de aquisição da escrita, do mesmo modo que as demais crianças.

Depois de algum tempo, além de montar as palavras com as letras móveis, Lucas passou a escrevê-las, e, no seu próprio ritmo, passou a fazer as mesmas lições propostas aos colegas de classe.

Como saber qual é o recurso que seu aluno precisa?

Aqui vão algumas sugestões, baseadas na experiência de outros professores.

- Observe o aluno durante as aulas, o intervalo, a hora da entrada e saída e demais atividades escolares. Preste atenção nas dificuldades e soluções que ele adota para lidar com suas limitações;
- Converse com o aluno e pergunte se ele acha que precisa de outros recursos;

- Avalie e defina com o aluno quais as atividades que podem ser facilitadas com uso de materiais pedagógicos adaptados ou tecnologias assistivas para as atividades da vida diária;
- Converse com o aluno, sua família e colegas de sala para encontrar soluções. Converse com outros profissionais que também trabalham com o aluno;
- Pesquise produtos disponíveis no mercado, materiais e objetos baratos que podem ajudar a desenvolver habilidades. Pense nas formas de construir este objeto;
- Considere todas as opiniões, especialmente, as do aluno, e faça a escolha, considerando os recursos financeiros. Desenhe as propostas ou faça um modelo, se for possível;
- Faça parcerias com a comunidade: faculdades, escolas SENAI, marcenarias, oficinas de costuras, metalúrgicas, que podem ajudar a desenvolver e construir o equipamento;
- Em conjunto com o aluno, escolha o melhor processo de confecção do equipamento;
- Incorpore o recurso às atividades escolares, observe e pergunte ao aluno sobre como se sente;
- Verifique se o objeto cumpriu plenamente sua finalidade e se as condições do aluno mudam com o tempo, ou se é necessária alguma mudança.

É importante lembrar que as tecnologias assistivas vão desde uma fita crepe colocada nos cantos do papel para que a folha não escorregue com os movimentos involuntários de um aluno com deficiência motora, a criação de um jogo da memória com desenhos feitos em relevo (com cola plástica, dentre outras alternativas) até um software adaptado para que os cegos possam ter acesso ao computador. Portanto, não se assuste professor! Uma boa dose de criatividade fará com que você encontre soluções simples para facilitar o aprendizado de seus alunos.

Caso não disponha de nenhum recurso material, você pode pedir para que um outro aluno segure a folha para que a pessoa com deficiência motora possa fazer sua atividade. O importante é que, mesmo sem recursos, você encontre soluções para que seu aluno possa acompanhar as atividades da sala de aula. O que conta verdadeiramente é a sensibilidade do professor em relação ao aluno e a disponibilidade para encontrar soluções que o ajudem.

Equipamentos que todos podem aprender a usar

- Reglete (tipo de régua para se escrever em braile) - O papel fica preso entre essa régua e um pedaço de madeira. Com a punção (um pino com ponta de metal afiada) faz os buracos que formarão as palavras em alto relevo do lado do avesso. A escrita é feita da direita para a esquerda e a leitura da esquerda para a direita;
- Punção é o lápis - ou a caneta da pessoa cega;
- Máquina braile - é a máquina de escrever usada pelas pessoas cegas. Possui nove teclas. Para digitar, basta fazer as combinações de pontos em relevo, pressionando as teclas;
- Mapa tátil para ensinar geografia e informar sobre a localização de lugares para pessoas cegas. Pode ser feito recobrindo-se os mapas comuns com materiais com texturas diferentes ou com areia, argila, massinha etc.;
- Lupas, lentes de aumento e régua de leitura.
- Soroban - é um instrumento de cálculo de origem oriental, formado por contínuas de madeira ou de plástico enfiadas em arames. Ele é vantajoso como material de apoio ao ensino da matemática por ser um recurso tátil, de fácil manejo e de custo reduzido. Com ele o estudante aprende concretamente os fundamentos da matemática, as ordens decimais e seus respectivos valores, as quatro operações e mesmo cálculos mais complexos.

Um pouco de história

A primeira tentativa conhecida para desenvolver um sistema de leitura para pessoas cegas ocorreu em 1580, quando letras do alfabeto romano foram gravadas, em baixo-relevo, sobre pedacinhos de madeira.

Em 1825, Louis Braille inventou o sistema de leitura e escrita para cegos, que leva seu nome¹⁷ e ainda hoje é usado no mundo inteiro.

O sistema braille, escrito em relevo, usa 6 pontos dispostos num retângulo de 6 milímetros de altura por 2 de largura. São possíveis 63 diferentes combinações que formam todos os sinais necessários à escrita: letras do alfabeto, sinais de pontuação, maiúsculas e minúsculas, símbolos de Matemática, Física, Química e notação musical. Para facilitar sua identificação, os pontos são numerados.

O sistema braille pode ser escrito com dois tipos de equipamento: o conjunto manual de reglete e punção e a máquina de datilografia (Perkins - Braille), que começou a ser produzida no Brasil em 1999.¹⁸

Os alunos surdos baseiam-se também nas pistas visuais

A utilização de recursos visuais adequados facilita a compreensão do que está sendo ensinado. Alguns desses recursos são: objetos, filmes, fitas de vídeo, fotos, gravuras de livros e revistas e desenhos etc. A escrita e ainda o uso da língua de sinais, da mímica, da dramatização, de expressões faciais e corporais de gestos naturais e espontâneos ajudam a dar significado ao que está sendo estudado.¹⁹

¹⁷ Para se referir ao inventor do sistema, escreva Braille. Para se referir ao sistema, use a forma aportuguesada, ou seja, braille.

¹⁸ GIL, Marta(org.). *Deficiência Visual*. [livro]. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2001, P. 42 e 43

¹⁹ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez*. [livro] Brasília: MEC; SEESP, 2002, P. 49.

A criança surda e a comunicação

- Alguns pais preferem que seus filhos aprendam a falar, outros preferem que aprendam a Língua Brasileira de Sinais, chamada também de Libras. Há os que querem que seus filhos aprendam ambas as línguas;
- Não devemos esquecer que a própria criança ou adolescente tem o direito de escolher qual o tipo de comunicação que prefere utilizar. Alguns sentem-se mais à vontade para se expressarem através da língua de sinais, e outros através da língua portuguesa. Isto deve ser respeitado;
- Para que possa expressar seus desejos e suas necessidades, a criança surda deve aprender algum tipo de linguagem;
- A escola precisa preparar a criança surda para a vida em sociedade, oferecendo-lhe condições para aprender um código de comunicação que permita sua participação na sociedade;
- Jogos, desenhos, dramatizações, brincadeiras de faz-de-conta, histórias infantis ajudam a aquisição da linguagem e a aprendizagem de conceitos e regras de um código de comunicação.

Recursos para crianças com deficiência motora

As crianças com deficiência motora, que têm dificuldade para segurar o lápis e coordenar os movimentos podem ter maior independência com a utilização de algumas adaptações nos materiais escolares.²⁰

Experimente:

²⁰ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência física*. [livro] Brasília: MEC; SEESP, 2002, P. 69

- Os lápis podem ter seu diâmetro engrossado por várias camadas de fita crepe, argila, espuma, massa do tipo epóxi ou outro material;
- Evitar o uso de cadernos que são difíceis de fixar na mesa; prefira a folha solta de tamanho A4 ou papel manilha (papel de embrulho);
- Prender o papel nos quatro cantos com fita crepe larga e que suporte os movimentos de traçado da criança;
- Atividades preparadas pelo professor com traçado grosso feito com pincel atômico em tamanho grande para melhor visualização, percepção e entendimento da criança;
- Traçados de desenhos, letras, números feitos na cor preta em papel branco;
- Prancha elevatória para aproximar a folha, caderno, livro, etc e melhorar visualização e manipulação do aluno;
- Para a criança na fase de construção da escrita, faça linhas com pincel atômico e espaço entre linhas de acordo com o tamanho da letra do aluno. O espaço entre as linhas pode ser diminuído gradativamente;
- Para a criança com dificuldade de percepção espacial (não consegue encontrar determinada letra no meio de outras, perdendo-se e frustrando-se), experimente isso: numa tira de cartolina ou papel cartão nas cores branca ou preta, faça um buraco retangular de tamanho suficiente para destacar uma letra ou número. Basta deslizar a janela sobre o papel para o aluno localizar e reconhecer letra ou número. ²¹



²¹ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência física.* [livro] Brasília: MEC; SEESP, 2002, P. 69.

Computadores e salas de informática

Hoje em dia, cada vez mais escolas públicas estão recebendo computadores. Eles não substituem o professor, mas podem ser úteis para desenvolver atividades pedagógicas. Independentemente do tipo ou grau de deficiência, todos os alunos podem se beneficiar com o uso do computador.

Se sua escola já tem uma sala de informática, lembre-se:

- O acesso à sala de informática não deve ter obstáculos e a mesa do computador deve permitir o encaixe da cadeira de rodas. É importante assegurar uma boa visualização (altura e distância do equipamento) e manipulação adequada e confortável do teclado e mouse;
- É possível fazer adaptações que ajudem o uso de mouses e teclados de acordo com a possibilidade de movimentação de membros superiores do aluno. Às vezes, uma haste presa na cabeça ou na boca pode ajudar;
- Existem programas de computador que facilitam seu uso pelo aluno com deficiência. Alguns deles lêem em voz alta tudo o que está escrito na tela, outros facilitam o uso do teclado e do mouse. Estes softwares são utilizados para o acesso aos programas básicos como Word, Excel, Internet e outros. Vários desses programas são gratuitos;
- Softwares educativos ou pedagógicos facilitam o aprendizado do aluno e são bastante utilizados hoje em dia. Abaixo, indicamos alguns sites que esclarecem sua forma de utilização. A partir deles, você poderá encontrar muitos outros. Vale a pena você conferir estes sites e aprender sobre os softwares educativos.

Boa navegação!

- Comunidade Virtual de Educação Matemática
<http://www2.uerj.br/edai/comvem/html/software.htm>
- EducaRede – <http://www.educarede.org.br>
- Núcleo de Informática Aplicada à Educação da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp http://www.nied.unicamp.br/publicacoes/pub.php?classe=software&cod_publicacao=70
- Programa Braille Virtual é um curso on-line gratuito, para ensinar o sistema Braille a pessoas que vêem. Destina-se a crianças, pais, professores e funcionários de Escolas Inclusivas - <http://www.braillevirtual.fe.usp.br/>

Softwares que auxiliam a pessoa com deficiência a utilizar o computador

Eugênio – 2ª versão: Editor de Palavras. Versão 1.0. Idioma: Português (de Portugal)

Editor de palavras com objetivo de aprendizagem e aceleração da escrita na Língua Portuguesa. Destina-se a pessoas com incapacidade física ou cognitiva. Para interagir com o usuário, o programa dispõe de um agente animado. Caso o editor de palavras esteja sendo usado para acelerar a escrita, quando a palavra pretendida existir na lista de palavras do software, o usuário pode completar a palavra automaticamente. Desta forma, evita a necessidade de escrever integralmente todos os caracteres que formam a palavra. Quando usado na aprendizagem da leitura e da escrita, o aluno pode ler as várias palavras sugeridas.

Disponível gratuitamente pelo Endereço na Web: <http://www.l2f.inesc-id.pt/~lco/eugenio/>
Download: eugenio.exe (92 Kb; Programa Executável)

Pocket Voice: utilizado para auxiliar na comunicação. Idioma: Português

Uma aplicação informática que, fazendo uso da linguagem pictórica, simbólica e do simples texto, possibilita ao usuário reproduzir sonoramente o que não se consegue dizer por incapacidade física. Disponível gratuitamente no site: <http://www.pocketvoice.com>

IBM Web Adaptation Technology (WAT): Tecnologia de Adaptação à Web. Idioma: Português.

Programa da IBM Brasil que facilita a navegação na Internet para pessoas que têm limitações na visão, dificuldades motoras, ou idosos, com pouca familiaridade com a Web. Infelizmente, ela ainda não contempla pessoas cegas, apenas aquelas com visão subnormal ou com vista cansada.

Software distribuído gratuitamente através do e-mail registrowat@saci.org.br, enviando as seguintes informações: primeiro nome, sobrenome, número do telefone e DDD, endereço de e-mail, país onde está e idioma preferido. Após solicitar a inscrição, você receberá por e-mail seu login, senha e instruções detalhadas para fazer o download, instalar e utilizar o WAT.

Virtual Vision: leitor de tela. Idioma: Português

O “Programa de Informática para Deficientes Visuais”, do Bradesco Internet Banking para Deficientes Visuais, é um leitor de tela.

A Fundação Bradesco oferece cursos gratuitos para habilitar pessoas a utilizarem o programa. Para saber da possibilidade de cursos em seu Estado, entre em contato através de formulário no próprio site: <http://www.fb.org.br/index.asp> ou pelo telefone (11) 3684-3504. O software é distribuído gratuitamente aos correntistas do Banco Bradesco.

Dosvox: leitor de Tela. Idioma: Português.

Este software é um leitor de tela. É distribuído gratuitamente. Para adquiri-lo é necessário enviar um CD ROM ao CAEC (Centro de Apoio Educacional ao Cego) da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro:

CAEC

Núcleo de Computação Eletrônica (NCE)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Caixa Postal: 2324 CEP 20001-970 Rio de Janeiro, RJ

Outras formas de adquirir o programa são: download a partir do site da Rede SACI:
<http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=3846>

Ou download diretamente do Projeto Dosvox:

<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/programas/dv31b-setup.exe>

Jaws: leitor de tela. Idioma: vários, inclusive Português.

É um leitor de tela que possui um software sintetizador de voz que utiliza a própria placa de som do computador.

A versão de demonstração pode ser obtida gratuitamente no site : <http://www.freedomscientific.com>

Kit SACI I. Idioma: Português.

É uma versão condensada do software Dosvox, leitor de tela. Pode ser usado por pessoas com deficiência visual, com dislexia e outras dificuldades.

O software é distribuído gratuitamente na página da Internet:
<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=3846>

Kit SACI II. Idioma: Português.

O Kit SACI II traz um pacote de programas para pessoas com deficiências motoras. A grande novidade é o Teclado Amigo que, por meio de um dispositivo acoplado a qualquer parte móvel do corpo do usuário, proporciona o acesso ao micro. Entre os programas incluídos no Kit II estão um editor de texto e uma calculadora.

Disponível gratuitamente na página da Internet:

<http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=6897>

Motrix. Idioma: Português

O programa Motrix foi criado para permitir o acesso de pessoas com tetraplegia ou deficiências motoras severas que impeçam o uso efetivo dos membros superiores. Através dele, é possível comandar com a voz a maior parte das funções de um computador com Windows. Este software é distribuído gratuitamente pela UFRJ, através do site: intervox.nce.ufrj.br/motrix/

Dicionário de Libras – o site <http://www.dicionariodelibras.com.br/> possui dois programas para a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais, o “Aprenda Libras com palavras cruzadas” e o “Compatibilizador Libras – Português”.

Como tornar o Windows acessível

O Windows tem opções que o fazem acessível para pessoas com deficiência, nem sempre conhecidas pelas pessoas. Aqui vão algumas orientações.

- Clique em **Iniciar**. Aponte para **Configurações** e, em seguida, clique em **Painel de controle**;
- Clique duas vezes em **Adicionar ou remover programas**;

- Clique no guia **Instalação do Windows**;
- Clique na categoria **Acessibilidade** e, em seguida, clique em **Detalhes**;

Observações :

Se você não visualizar o componente relacionado na caixa de diálogo **Adicionar ou Remover programas**, significa que só faz parte da versão CD, do Windows 98. Neste caso, você pode fazer download do componente a partir de um serviço on-line, como, por exemplo, 'The Microsoft Network' ou a partir do 'Microsoft Download Service' no site da Web principal da Microsoft.

Para tornar o Windows acessível, os usuários dos sistemas Windows 95, 98 e ME devem ter em mãos o CD de instalação.

- Selecione os sub-itens: **Ferramentas de acessibilidade** e **Opções de acessibilidade**. Clique em **Ok**;
- Insira o **CD de instalação** e aguarde o término da instalação;
- Clique em **Iniciar – Programas – Acessórios – Acessibilidade**;
- Na opção **Acessibilidade** você pode selecionar **Assistente Para Acessibilidade** ou **Lente de Aumento**;
- Na opção **Assistente Para Acessibilidade**, você deve clicar em **Avançar** para determinar o tamanho do texto, usar resolução de tela menor e usar a lente de aumento. Clicando em **Avançar** novamente estarão disponíveis as seguintes opções :

A - Sou portador de deficiência visual ou tenho dificuldades em ver a tela

Nesse item clique em **Avançar**. Selecione o tamanho desejado da barra de rolagem; clique em **Avançar** novamente e escolha o tamanho do ícone desejado. Selecione as cores do sistema, clique em **Avançar** e em **Concluir** para finalizar o processo;

B- Sou portador de deficiência auditiva ou tenho dificuldades em ouvir sons do computador

Clique em **Avançar**. Selecione **Sim** ou **Não** para ser notificado por meio de avisos visuais sobre eventos do sistema. Clique em **Avançar** novamente e selecione **Sim** ou **Não** para ver textos para diálogos e sons. Clique em **Concluir**;

C - Tenho dificuldades em usar o teclado ou mouse

Clique em **Avançar**. Selecione **Sim** ou **Não** para possibilitar a execução de comandos que exigem a digitação de várias teclas simultaneamente (como Ctrl+Alt+Del). Clique em **Avançar** novamente e selecione **Sim** ou **Não** para que as teclas de repercussão ignorem o pressionamento repetido de teclas. Clique em **Avançar**. Selecione **Sim** ou **Não** para ser notificado por meio de avisos sonoros quando pressionar as teclas Caps Lock, Num Lock ou Scroll Lock. Clique em **Avançar**, selecione **Sim** ou **Não** para que a ajuda do teclado seja exibida sempre que disponível (para usuários que não utilizem o mouse). Clique em **Avançar**, selecione **Sim** ou **Não** para usar teclado numérico no lugar do mouse. Clique em **Avançar**, selecione **Sim** ou **Não** para escolher o cursor de mouse desejado. Clique em **Avançar**, selecione a maneira como gostaria que os botões do mouse funcionassem. Clique em **Avançar**, selecione a velocidade do mouse. Clique em **Avançar**, selecione **Sim** ou **Não** para que o ponteiro do mouse deixe, ou não, um rastro. Clique em **Avançar** e **Concluir** para encerrar o processo;

D - Desejo definir as opções administrativas

Clique em **Avançar** para desativar, ou não, os recursos de acessibilidade quando não estiver usando o computador. Nesta opção você pode também selecionar o tempo para desativar os recursos. Clique em **Avançar**, selecione **Sim** ou **Não** para que as configurações sejam efetivadas quando você fizer logon com seu nome de usuário; clique em **Avançar**. Salvar as configurações em um arquivo e clique em **Avançar** para concluir o processo.

Parcerias: família e recursos da comunidade

Como já dissemos, a Educação Inclusiva envolve a participação da família e da comunidade, que podem contribuir para fortalecer e multiplicar as ações inclusivas. Uma atitude positiva dos pais em relação à participação e as potencialidades do filho com deficiência é fundamental para a sua inclusão escolar e social.

A escola também deve buscar parcerias com outros setores da sociedade, para que as pessoas com deficiência possam ser inseridas nesses espaços e para que a própria comunidade se desfaça de resistências e preconceitos.

A escola pode manter diálogo com centros esportivos, de saúde, de recreação e de juventude. Quando há esta integração na comunidade todos saem ganhando, pois se estabelece um espaço de trocas e cooperação. A escola pode cumprir um papel fundamental na conquista da participação da pessoa com deficiência em outros espaços da comunidade.

A família e o professor

Aqui vão algumas sugestões sobre o que você pode fazer, ao receber um aluno com deficiência. Lembre-se: não há receitas prontas; use sua experiência, sua criatividade, seu poder de observação e verá que você ficará cada vez mais confiante para promover a inclusão.

- Entrevistas para conhecer a história do aluno (nascimento, composição familiar, desenvolvimento físico e mental, processo de escolarização anterior) e suas necessidades especiais (natureza e história da dificuldade, quais os estímulos que recebe de seu próprio meio social, esforços que foram feitos na direção de incluir esta criança em seu meio social);
- Identificar quais são as expectativas dos pais com relação ao aproveitamento e desempenho escolar do filho;

- Apresentar o que essa escola específica pode oferecer à criança;
- Envolver os pais no processo de inclusão para que este seja efetivo. A escola depende da família para haver trocas rápidas de informações sobre o que está sendo oferecido à criança e qual o seu aproveitamento, pois as soluções para as dificuldades encontradas também dependem do envolvimento e da responsabilidade dos pais.²²

Procure manter um canal de diálogo com a família, estimulando sua participação nas reuniões da escola e construindo um clima de confiança para que os pais possam manifestar as suas dúvidas e angústias sobre a escolarização dos filhos.

A socialização é um aspecto importante e deve ser estimulada: é bom que a criança com deficiência frequente as festas e as casas de seus colegas de classe. Os pais devem ser orientados sobre a importância de levarem seus filhos aos eventos sociais da escola.

Você, professor, pode orientar os pais sobre os deveres de casa. A lição de casa gera muitas ansiedades e expectativas na família. Alguns pais costumam fazer a lição pelos filhos. Além disso, a lição pode ter algumas adaptações que precisam ser comunicadas aos pais.

Queremos partilhar com vocês este texto, escrito por uma mãe que tem um filho com deficiência. Foi assim que ela conseguiu explicar para outras pessoas qual é a sensação de ser mãe nestas condições. Esperamos que esta reflexão seja útil para a sua sala de aula, também.

²² BATTAGLIA, Laura. *Inclusão Escolar: práticas e compromissos*. [artigo online]. Disponível em<(<http://www.risolidaria.org.br/index.jsp>)>.

BEM VINDO À HOLANDA! ²³

por Emily Perl Knisley

Freqüentemente sou solicitada a descrever a experiência de dar à luz uma criança com deficiência. É uma tentativa de ajudar pessoas, que não tem com quem compartilhar essa experiência única, a entendê-la e imaginar como é vivenciá-la.

Seria como...

Ter um bebê é como planejar uma fabulosa viagem de férias para a Itália! Você compra montes de guias e faz planos maravilhosos! O Coliseu. O Davi de Michelangelo. As gôndolas em Veneza. Você pode até aprender algumas frases simples em italiano. É tudo muito excitante.

Após meses de antecipação, finalmente chega o grande dia! Você arruma suas malas e embarca. Algumas horas depois você aterrissa.

O comissário de bordo chega e diz: - “BEM VINDO À HOLANDA!”

“Holanda!? diz você, o que quer dizer Holanda?!? Eu escolhi a Itália! Eu devia ter chegado à Itália. Toda a minha vida eu sonhei em conhecer a Itália.” Mas houve uma mudança de plano de vôo. Eles aterrissaram na Holanda e é lá que você deve ficar.

A coisa mais importante é que não te levaram a um lugar horrível, desagradável, cheio de pestilência, fome e doença. É apenas um lugar diferente. Logo, você deve sair e comprar novos guias. Deve aprender uma nova linguagem. E você irá encontrar todo um novo grupo de pessoas que nunca encontrou antes.

²³ Trecho extraído do texto de Sandra Mary Mansueti Ribeiro. *Sandra comemora o aniversário de 10 anos de seu filho Gabriel*. [depoimento online]. Disponível em <<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=3054>>. Out. 2002.

É apenas um lugar diferente. É mais baixo e menos ensolarado que a Itália. Mas, após alguns minutos, você pode respirar fundo e olhar ao redor... e começar a notar que a Holanda tem moinhos de vento, tulipas e até Rembrandts e Van Goghs.

Mas, todos que você conhece estão ocupados indo e vindo da Itália. .. e estão sempre comentando sobre o tempo maravilhoso que passaram lá. E por toda a sua vida, você dirá: “Sim, era onde eu deveria estar. Era tudo o que eu havia planejado.” E a dor que isso causa, nunca, nunca irá embora. Porque a perda desse sonho é extremamente significativa.

Porém... se você passar a sua vida toda remoendo o fato de não haver chegado a Itália, nunca estará livre para apreciar as coisas belas muito especiais... sobre a Holanda.

Este texto faz uma bela metáfora do nascimento de uma criança diferente no seio de uma família. Fala das expectativas, da decepção subsequente e da possibilidade de lidar com a descoberta de uma nova situação. Esta situação pode ser vivida pela escola, quando recebe uma criança “diferente” pela primeira vez. Portanto, é uma reflexão que se faz necessária na escola e pelo professor que está em contato com a criança. Quais os desafios e descobertas desta nova situação?

Envolvendo a comunidade escolar

É muito importante que a escola faça contatos com sua comunidade. Muitas vezes, estes contatos ajudam a elevar a qualidade do atendimento na escola. No caso do atendimento às pessoas com deficiência, uma parceria feita com uma marcenaria, por exemplo, pode proporcionar um mobiliário mais adequado a estas necessidades. Através das Associações de Bairro pode-se melhorar a acessibilidade nas ruas daquela comunidade, para colocação de guias rebaixadas, por exemplo. Nas instituições especializadas no atendimento às pessoas com deficiência pode-se conseguir: equipamentos como reglete, lupa, soroban (também chamado ábaco) para cegos e intérpretes de língua de sinais para

surdos. Uma pessoa da comunidade que saiba linguagem de sinais (Libras) já é suficiente para que este conhecimento possa ser multiplicado, e cada vez mais, compartilhado com outras pessoas. A escola pode manter um diálogo constante com os postos de saúde; seja para encaminhar as crianças, caso percebam algum sinal de deficiência, seja para trazer profissionais do posto para que possam falar, para os alunos e seus pais, sobre temas diversificados como: higiene bucal, exames de acuidade visual, importância da vacinação, etc.:



Veja como a escola e seus estudantes podem ajudar na Inclusão

Um projeto de lei complementar fez com que a cidade de Caxias do Sul (RS) fornecesse transporte com acompanhante para deficientes. Esse projeto foi motivado por uma das ações realizadas pelos alunos das escolas “Tancredo Neves” e “Angelina Comandulli”, que fizeram uma passeata para pedir a volta do atendimento no transporte escolar. A reivindicação surgiu a partir da situação vivenciada por uma aluna da escola “Tancredo Neves”. A aluna é cadeirante (expressão designada para quem usa cadeira de rodas) e não estava mais indo à escola porque precisava de ajuda para entrar, descer e se locomover no ônibus. A mobilização dos alunos, através das passeatas, resultou em um ganho real e na garantia de um direito elementar, que é o de acesso à escola. ²⁴

²⁴ Jornal Você Apita, Ano 1, nº 2, out. 2003.

A escola precisa ter especialistas?

É um engano comum pensar que a Escola Inclusiva precisa ter sua própria equipe de fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, etc. Muito pelo contrário, a criança com deficiência tem direito imediato à matrícula, que não pode ser condicionada a nenhuma avaliação preliminar e nem à existência de profissionais especialistas na escola.

Além disso, na maior parte das vezes, a inclusão de crianças ou jovens com deficiência não precisa de profissionais especializados mas sim, de uma escola e de professores comprometidos com a causa da inclusão.

No entanto, se para facilitar o processo de inclusão de determinada criança ou jovem o professor considerar importante ter o parecer ou a ajuda de um desses especialistas, eles podem ser buscados através de parcerias com órgãos públicos, faculdades, organizações não governamentais, entidades de pessoas com deficiência, como os Centros de Vida Independente (CVIs), por exemplo.

Os CVIs são entidades formadas por pessoas com deficiência que também prestam serviços para as pessoas com deficiência, suas famílias, para órgãos públicos e para a comunidade em geral, sempre com o objetivo de ajudar a construir uma sociedade inclusiva. Eles podem ajudar fazendo palestras sobre os direitos das pessoas com deficiência e dando assessoria sobre acessibilidade, por exemplo. Para saber se existe um CVI na sua cidade, entre em contato com o Conselho Nacional de Centros de Vida Independente, o CVI - Brasil²⁵.

Existem também os Centros de Apoio Pedagógico Especializado (Cape), uma iniciativa da Secretaria de Educação Especial do MEC. Os Capes estão presentes em diversos estados brasileiros e são responsáveis pela capacitação dos professores da rede pública para o atendimento do aluno com deficiência e pela produção de material didático-pedagógico (como os livros em braile) para estes estudantes.²⁶

²⁵ Página na Internet: <http://www.cvi-maringa.org.br/> e-mail: sec_cvi@uem.br

²⁶ Página na Internet: <http://www.mec.gov.br/seesp/apoio1.shtm>

Como aprender, se não há uma aposta de quem educa?²⁷

Nosso imaginário social ainda vê as pessoas com deficiência com muitas incapacidades e impossibilidades. Basta chegarmos mais perto delas para perceber que isto não é verdade.

Fui conhecer Anna Luiza, que tem Síndrome de Down e está com 9 anos. Ela está na segunda série do ensino Fundamental I, em uma escola particular em São Paulo. Chegando em sua casa, ela me contou que estava voltando de uma aula de reforço na escola. Comecei a perguntar se ela gostava da escola, respondeu que sim. Me contou que adora praticar esportes: a cama elástica é um dos seus preferidos. Com seu entusiasmo de criança me contou que quer fazer aula de vôlei, basquete, futebol e natação no clube. Disse que o que mais gosta em sua escola são das aulas de artes. Me descreveu um trabalho que havia feito, em que teve que recortar vários triângulos, colá-los em uma folha de papel, colorir o fundo da folha e depois colar purpurina. Na hora do recreio chama seu irmão, que tem 7 anos para comprar o lanche com ela. Muitas vezes ele não quer ir, pois prefere brincar com seus amigos. Então ela vai com suas amigas, compra o lanche e em seguida vai brincar. Ela conta que no recreio brincam de pega-pega, esconde-esconde e pula corda, mas do que ela mais gosta é do pega-pega. Existem vários tipos de pega-pega. Anna Luiza me descreveu vários deles: o pega-pega Gelo, Vela, Avião, Fogo, Hello Kitty, Americano e o inédito 007 em que o pegador é, imaginariamente, o lendário James Bond. Me mostrou seu caderno de matemática em que está aprendendo a tabuada, além de sua mais recente lição; o milhar. Disse que já havia aprendido a unidade, a dezena, a centena e agora, o milhar. Me viu escrevendo à caneta e lamentou que a professora não deixe ninguém escrever com caneta, apenas a lápis. Disse que na próxima semana começam as provas e que neste final de semana terá que estudar.

Sua mãe me conta que a matéria que ela tem mais dificuldade é a matemática. No português ela escreve muito bem com letra bastão, mas atualmente aprendeu a escrever com letra cursiva, porque quer escrever como todos os seus amigos. Ela é muito ativa e se coloca muito nas situações. Sua mãe relata que uma vez ela chegou chorando, disse que um colega a chamou de retardada. Ela respondeu para a filha:

²⁷ IUMATTI, Ana Beatriz. Como aprender, se não há uma aposta de quem educa? [artigo online]. Disponível em: <<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=12737> > set.2004.

- Por que você não se defendeu? Por que não disse que retardado era ele?

Quando isto tornou a acontecer na escola, ela já tinha a resposta na ponta da língua e não deixa mais que ninguém a diminua ou ofenda. Defende também seu irmão. Uma vez ele foi xingado por um coleguinha e ficou muito triste. Anna Luiza foi conversar com a diretora da escola, explicou o que havia ocorrido e pediu para que ela tomasse uma providência.

Tanto a Escola quanto a Família têm um papel fundamental para que a inclusão e expressão destas crianças seja efetiva, pois estas duas instâncias têm a função de educar uma criança. A família ocupa um papel importante, na medida em que pode oferecer apoio e recursos para que a criança se posicione frente às situações e adversidades que surgem na escola e na vida. Como aconteceu no exemplo acima, em que a mãe diz à filha que ela não pode permitir que a ofendam em função de sua deficiência. Anna Luiza sabe que tem Síndrome de Down, isto foi explicado a ela e a seu irmão desde bem pequenos. A mãe fala que quando Anna Luiza tinha por volta de um ano de idade, foi conversar com o pediatra, que lhe disse uma frase que a marcou: sua filha será aquilo que você acreditar que ela possa ser.

A mãe de Anna Luiza tem planos para ela. Conta que está fazendo um curso de gastronomia e se pergunta: Ela poderá ser uma boa cozinheira, por que não? Penso também na possibilidade dela estudar em uma escola pública, conheço uma que desenvolve um belo trabalho nesta linha da diversidade. Acredita que um bom professor é aquele que tem o desejo de ensinar, este desejo acaba contagiando os alunos. Reflete que ela poderia não ter posto a filha em uma escola comum, poderia tê-la colocado em uma escola especial ou, até mesmo, em escola nenhuma e protegê-la do mundo lá fora. Mas pondera que esta proteção acaba não sendo verdadeiramente para a criança, mas sim para os próprios pais, que com isso evitam qualquer sofrimento. Porém, os prejuízos para a criança são evidentes, porque são privadas do convívio e participação no mundo. Coloca que sempre deixa Anna Luiza ir comprar pão e sorvete na padaria. Com isso ela aprendeu a mexer com dinheiro e sabe conferir o troco.

Se você não capacita, não ensina esta criança, não faz ela enfrentar o mundo, como ela irá aprender?

Esta é a pergunta com a qual terminamos este texto.

Uma escola com qualidade forma pessoas felizes e cidadãos conscientes

A escola com ensino de qualidade:

- Favorece e incentiva a criação de laços de amizade entre todos os alunos;
- Considera os conteúdos acadêmicos como meios para se conhecer o mundo e não como um fim em si mesmos;
- Estabelece parceria com as famílias e a comunidade para elaborar e cumprir o projeto escolar;
- Favorece práticas e métodos pedagógicos que incentivam a formação de conhecimento compartilhado entre professor e alunos, em vez de despejar conteúdos formados por verdades prontas e acabadas;
- Adota a transversalidade curricular (estudos que integram vários tipos de conhecimento) em substituição à obrigação do consumo passivo de informações e de conhecimentos sem sentido;
- Incentiva a criatividade e a autonomia do aluno em busca do próprio conhecimento;
- Prefere temas de estudo relacionados à realidade, à identidade social e cultural dos alunos;
- Ensina o valor da diferença e da convivência para os alunos a partir do exemplo dos professores e da comunidade escolar e pelo ensino ministrado nas salas de aula;
- Desenvolve atividades que não destacam os alunos que sabem mais dos que sabem menos;

- Adota o processo de avaliação que acompanha a evolução das competências de cada aluno;
- Organiza as turmas escolares por ciclos de formação e de desenvolvimento, respeitando o ritmo de cada um.

Sugestões para ensinar todos os alunos da classe

Você já pensou sobre isto?

- Convença-se que todos os seus alunos sabem alguma coisa e que todos podem aprender, cada um de acordo com seu jeito e com seu tempo próprios;
- Tenha altas expectativas em relação a todos os seus alunos, pois eles só aprenderão se você acreditar que isso é possível;
- Renuncie à idéia de que somente você tem algo a ensinar na classe e acredite que seu aluno também tem seu próprio saber;
- Dê oportunidades para o aluno aprender a partir do que sabe e chegar até onde é capaz de progredir. Afinal, os alunos aprendem mais quando tiram suas dúvidas, superam incertezas e satisfazem curiosidade;
- Promova o diálogo entre os alunos e suas diferentes características étnicas, religiosas, de gênero, de condição física;
- Faça com que todos interajam e construam ativamente conceitos, valores, atitudes, em vez de priorizar o ensino expositivo em sua sala de aula.²⁸

²⁸ PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO, *O Acesso de Pessoas com Deficiência às Classes e Escolas Comuns da Rede Regular de Ensino*, [artigo online] <www.edtodos.org.br/documentacao/documentos/>. 2003.

A voz dos alunos

Aqui estão relatos de alunos com deficiência, falando sobre sua vida na escola. Estes relatos trazem toda a diversidade e particularidade com a qual o processo de aprendizado é vivido por cada pessoa. É importante percebermos que os alunos com deficiência também devem ser indagados a respeito de como querem aprender. A forma de aprender que é mais fácil para um, pode não ser para outro, que possui a mesma deficiência. Isto é importante de ser levado em consideração. O aprendizado passa por uma questão que é da subjetividade de cada um, ou seja das características pessoais: gostos, formas de agir e de pensar. Portanto, não devemos levar em conta apenas as características da deficiência que a pessoa possui, mas também suas características pessoais.

Esperamos que você goste!

Minha doce infância

Por Maurício Sá²⁹

“Aos seis anos de idade, perdi minha audição por causa da caxumba. Fui perdendo a audição dia após dia, mês após mês, até chegar à surdez total. Ao mesmo tempo em que perdia a audição, usava minha visão e aprendia naturalmente a ler os lábios. Hoje, me comunico com ouvintes por leitura labial com facilidade e falo normalmente, com pequena diferença no timbre da voz. E ainda sei um pouco de Libras.

Fiz o primário em escola para surdos. Lá, havia uma única turma de ouvintes, e eu era o único surdo da turma. Tive convivência com outros surdos apenas nos intervalos de aula. A vida dura começou realmente ao início da 5ª série do ensino fundamental em um colégio militar. Eu tinha 12 anos de idade.

²⁹ SÁ, Maurício. *Minha doce infância*. [depoimento online]. Disponível em < <http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=7767>>. Out. 2003. O autor é técnico em Telecomunicações e possui deficiência auditiva.

No segundo dia, minha mãe me obrigou a usar o aparelho de surdez pela primeira vez. Eu não entendia os sentidos das palavras, e sim, a gritaria dos companheiros de classe e professores. Era um suplício. Não conseguia estudar direito. Passaram meses e meses: eu com minha auto-estima em baixa, e a concentração pior ainda. Não esqueço da minha primeira professora de Matemática, que praticamente “falava” com a boca fechada, por causa do uso do aparelho dentário.

Quando eu chegava em casa, chorava no colo de minha mãe. Passaram meses, e eu prometi a ela que, se ela permitisse que eu deixasse de usar o aparelho de surdez, eu conseguiria o diploma. Perdi o ano, pois já era tarde para recuperar as notas. Eu era bom em Inglês, História, Geografia e Matemática, justamente as matérias que exigiam leituras, concentração e silêncio. O português era um pavor, apesar do meu mestre paciente.

Eu ainda lembrava da minha promessa, então voltei no ano seguinte com a idéia de que a luta não havia acabado. Eu tinha perdido apenas uma batalha. Sem o aparelho de surdez, sentia o silêncio da alma e recomecei a 5a série superdisposto, e com boas notas em todas as matérias, inclusive Português. Apesar da ignorância de alguns professores, que na hora da prova oral exclamavam: “Que cabeça vazia...” ou durante a chamada: “Dormiu no ponto...falta!!!”. Mas na prova escrita eu “quebrava o pau”, com notas acima da média. Aí os professores passaram a me tratar com respeito e consideração.

Depois do reconhecimento, sem falsa modéstia, eu era muito requisitado na turma para ajudar com Inglês, minha matéria preferida.

E descobri que na aula de educação física estava a minha vocação e eterna paixão! No futebol eu era um perna-de-pau, porém, era um craque em basquete, atletismo e vôlei. Atualmente pratico karatê (sou faixa preta, mas sou pacífico e samaritano!), além de futebol de campo, na posição de zagueiro. Se faço falta no adversário, saio jogando normalmente sem levar cartão, pois justifico ao juiz, que não posso ouvir o apito das faltas (Risos).

Eu adorava (e ainda adoro) passar minhas férias com meus primos em minha terra natal, no interior de Minas, no Vale do Aço, como prêmio pelos meus esforços escolares. Era a curtição total: andar descalço na terra batida, chupar mangas no alto da copa, andar a cavalo, cutucar boi com vara, nadar na cachoeira. À noite fazer fogueira de lenha e assar batata-doce, pegar vagalumes...Sim, eu fui um menino livre e feliz!”

Ser e estar

Por Leandra Migotto Certeza ³⁰

Aos cinco anos de idade, graças à amizade de meus familiares com diretores de uma escola, consegui cursar o pré-primário em meio às delícias da infância. Comi muita areia, brinquei de pega-pega, “pulei” corda, cantei cantigas de roda, visitei parques, fiz desenhos, aprontei com massinha de modelar, “subi” em trepa-trepa, brinquei de roda, aprendi a ler e escrever. Aos cinco anos, dava um jeito de participar de tudo. Como minhas pernas ainda não tinham forças para agüentar meu pequeno corpo, usava o bumbum e corria pelo pátio junto com os amigos. Sabia que para fazer algumas coisas precisava de ajuda, como subir em uma cadeira ou escada, pegar um livro na estante, ir às excursões... Mas nunca deixei de ser e estar na escola!

Eu fui muito feliz, mesmo depois de alguns tropeços pela vida e, literalmente, ossos quebrados. Estudei os dois primeiros anos do ensino fundamental em salas ‘especiais’, onde meu potencial não era bem explorado, além de ser segregada do convívio com outros alunos sem deficiência. E em 1986, depois de muitas andanças por aí e “portas na cara” finalmente minha mãe, meio que por milagre, conseguiu me matricular, na antiga 3ª série do Primário, em uma escola regular.

³⁰ Trecho do artigo publicado na Revista “Educação e Família”/Edição especial: Deficiência. Editora Escala. Disponível em < <http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=6186>>. Ago. 2003. A autora tem 27 anos, é jornalista e consultora em Inclusão Social. Tem Osteogenesis Imperfecta (fragilidade óssea).

Nessa escola eu pude desenvolver todo o meu potencial de uma menina de 9 anos. Como havia parado de andar com auxílio de muletas e a escola só tinha escadas, era levada no colo pelos colegas e professores, que nunca me deixaram de fora das atividades, inclusive das broncas. E uma vez fui parar na diretoria e tomei suspensão por ter xingado uma menina, que - diga-se de passagem - era muito chata. Esse fato ilustra o verdadeiro significado da inclusão em sua plenitude: tratar todas as pessoas igualmente respeitando suas diferenças.

Nunca recebi nota alta em matemática - matéria que detesto até hoje e não sei direito - só porque parecia uma “bonequinha de louça”, como diziam os médicos ou professores. Muito pelo contrário, era punida da mesma forma caso colasse nas provas - coisa que só fazia em matemática mesmo... Além disso, não era elogiada mais do que os meus amigos por uma pesquisa ou nota, pois sempre estive na média em relação ao desempenho escolar da sala.

É isso aí, durante esse fundamental período da vida escolar, apesar da total falta de acessibilidade física em todas as escolas em que estudei, pude contar com pessoas éticas, responsáveis, profissionais e, acima de tudo, humanas, que nunca me deixaram me sentir menor ou maior do que ninguém. Fiz muitos amigos e amigas.

Antes de terminar o “capítulo” desse relato, não posso esquecer de dizer que, em algumas escolas, tanto os diretores como os professores não temeram enfrentar uma situação nova e desafiadora. Acreditaram na minha capacidade, nas informações conscientes de minha mãe e acima de tudo na vida, pois ela, felizmente, não é dada igualmente a todos nós! Acredito que é isso o que os educadores devem ter em mente hoje em pleno século 21. A diversidade faz parte da vida e, consequentemente, da vida das escolas! Então, por que fugir dela?

A insustentável leveza do braile

Por Elizabet Dias de Sá ³¹

O sistema braile é universalmente associado à falta da visão e, como símbolo de cegueira, desperta curiosidade, fantasias e sentimentos. Para as pessoas que não conhecem essa modalidade de escrita e leitura, ao primeiro contato, o braile representa apenas pontos bordados no papel, um conjunto de grãos ou de caroços esculpidos em uma superfície lisa, um código indecifrável, uma incógnita, um mistério, uma espécie de hieróglifos... Para as pessoas cegas, representa uma alternativa que amplia as possibilidades de informação, um dispositivo emancipatório e desafiador.

A assimilação do braile em minha experiência pessoal caracterizou-se por um movimento dúbio e hesitante de aproximação e recuo, impregnado de sentido de perda. Nasci com acuidade e campo visual reduzidos e utilizei recursos ópticos que me possibilitavam o reconhecimento de cores, imagens e objetos próximos dos olhos. Tratava-se de um resíduo visual mais ou menos estável durante a infância e a adolescência; este resíduo esvaiu-se progressivamente e de forma irreversível na idade adulta, apesar de minhas tentativas no sentido de preservá-lo. A perspectiva do braile, neste contexto, representou uma ameaça que pesava como chumbo, causava tensões, ansiedades e sentimentos ambivalentes. Era como se fosse um veredicto, um atestado, uma rendição definitiva ao estado de cegueira, aquela cegueira anunciada contra a qual lutei até a inevitável derrota.

Nem todos alcançavam esta dimensão conflituosa do braile em um momento crucial de minha vida. Por isto, era difícil conviver com as pressões e críticas abertas ou veladas dos que mostravam as vantagens e os ganhos desta aquisição e questionavam meu aparente desinteresse ou a resistência em relação

³¹ SÁ, Elisabet Dias. *A Insustentável leveza do Braile*. In: ANAIS DO PRIMEIRO SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE O SISTEMABRAILLE SEESP/MEC - Secretaria de Educação Especial / Ministério da Educação.

ao aprendizado deste sistema. Entretanto, não convém impor o braile como se fosse um paliativo emergencial ou a mera instrução mecânica de uma técnica redentora que pode ser assimilada automaticamente diante da privação do sentido da visão. Assim, tive que vencer alguns traumas e fantasmas para fazer aflorar o desejo de aprender o braile.

As primeiras tentativas foram desanimadoras, pois a tensão muscular e a fadiga faziam-me desistir temporariamente. O código braile é simples, objetivo, lógico e facilmente compreensível. Difícil é a morosidade da escrita e a assimilação da leitura tátil que foi árdua, tediosa e lenta; produzia dormência e formigamento nas mãos e nos braços, o que tornava a posição dos pontos sob o tato de difícil discriminação. Ao escrever, apertava o punção como se fosse perfurar uma superfície rochosa. Mesmo assim, insistia quase diariamente, ainda que por pouco tempo, consciente da necessidade e não pelo prazer de aprender. O prazer veio depois, quando consegui decifrar, sem sacrifícios, aquele denso pontilhado aparentemente desprovido de sentido.

Ao concluir o curso, alguns meses depois, percebi que seria necessário aprimorar a técnica de leitura para alcançar uma maior agilidade e destreza tátil. Então, tratei de unir o útil ao agradável, ao associar o treino do braile à aquisição de novas habilidades e conhecimentos. Por exemplo, usei o braile para aprender noções de inglês e ainda uso para exercitar o espanhol por meio de publicações editadas por instituições internacionais. Recentemente, entrei em contato com o esperanto através do braile. Costumo levar uma revista ou um livro de literatura para ler em hotéis, aeroportos, ônibus e aviões durante minhas viagens.

Depoimento de um surdocego e a Educação Inclusiva

Cristian Elvis Fernandes ³²

Meu nome é Cristian Elvis Fernandes e neste artigo relato meus caminhos na inclusão.

Sou filho de um casal de primos de primeiro grau e tenho retinose pigmentar há suspeita de que tenho Síndrome de Usher, que é uma doença genética com perda auditiva e perda visual gradativa. Hoje possuo apenas 5% de visão e 50% de audição; sendo assim, no ouvido direito tenho perda severa e no ouvido esquerdo perda moderada.

A minha vida estudantil se iniciou no ano de 1984 quando eu e a minha família nos mudamos de Osasco para Bauru, São Paulo. Logo ao chegarmos na cidade a minha avó materna procurou a Diretoria de Ensino para localizar a sala de recursos D.V.. Ao chegar, ficou sabendo que a sala de recursos seria fundada dentro de 6 meses. Após os 6 meses fui matriculado na sala de recursos que se localizava na E.E. Rodrigues de Abreu que tinha uma Pedagoga especializada em deficiência visual, eu estudava nessa sala no período da manhã, e no período da tarde eu freqüentava a 1º série na escola regular adventista.

Com o auxílio da Pedagoga especializada eu sempre tirei as boas notas. Devido à minha deficiência visual e também na época não existia o recurso tecnológico, a Pedagoga tinha que transcrever todos os meus livros de leitura em uma folha branca com um pincel hidrocor e assim pude chegar até a 4ª série.

Quando cheguei na 5ª série tive algumas dificuldades com a divisão de matérias; a escola adventista me fez a sugestão de cursar o supletivo das séries ginasiais no CEESUB (Centro de Ensino Supletivo). Sendo assim, estudava os módulos na sala de recursos e ia no CEESUB para fazer as avaliações.

³² FERNANDES, Cristian Elvis. *Quando se tem um sonho e um objetivo na vida, não é pelas deficiências que devemos deixar de lutar por eles.* [depoimento online]. Disponível em< <http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=14188>>.dez.2004.

No início do ano de 1996, eu ganhei uma bolsa de estudos para cursar o ensino médio na capital de São Paulo no Instituto Adventista de Ensino. Para eu morar fora de casa tive que enfrentar alguns desafios, mas ao mesmo tempo, foram momentos muito oportunos para a minha independência. Além do Ensino Médio, no ano de 1997, fui agraciado com uma bolsa da Entidade Solidária, para fazer um curso de Informática para deficiente visual na LARAMARA (Associação Brasileira de Apoio ao Deficiente Visual).

No final do ano de 1999, prestei o vestibular para o curso de Psicologia na Universidade do Sagrado Coração³³ –Bauru (São Paulo) e fui aprovado. Cursei Psicologia até o final do ano de 2002, mas por ter tido mais perda visual e auditiva comecei a perder muito conteúdo na sala de aula e, como sempre estava envolvido com a área da educação, no início de 2003, passei a cursar Pedagogia. A Universidade do Sagrado Coração é de caráter filantrópico, sendo assim, ela vem procurando proporcionar inúmeros benefícios para a melhoria da qualidade do ensino dos alunos universitários portadores de necessidades especiais. Com apoio da CORDE e a mobilização dos alunos, a Universidade criou um centro de estudos na biblioteca totalmente equipado com recursos tecnológicos para pesquisas, trabalhos acadêmicos desses alunos. Os materiais tecnológicos que possuímos são: computador com sintetizador de voz, impressora em Braille, máquina de datilografia Braille e Lupa eletrônica de ampliação de textos. A universidade também vem me proporcionando uma monitora, ou seja uma aluna do mesmo curso, que me auxilia durante 16h semanais. A universidade oferece um desconto nas mensalidades dela e, em troca, ela me auxilia nas leituras e nos trabalhos acadêmicos. O nome da minha monitora é Silvia Carla Lopes. Ela tem demonstrado ser uma pessoa muito esforçada e dedicada, e desde que ela começou a me auxiliar, os meus rendimentos acadêmicos melhoraram uns 70%. No exato momento estou cursando o 3º ano de Pedagogia e minhas notas vêm sendo excelentes. Para melhorar os meus rendimentos em sala de aula, eu utilizo um aparelho que se denomina Loops, que funciona como um amplificador de som

³³ Universidade do Sagrado Coração. Disponível em <<http://www.usc.br/>>.

e voz, assim posso compreender melhor as aulas e as palestras dos meus professores da universidade. Esse aparelho é sueco custa 3.200,00 dólares consegui por meio da ABRASC, Associação Brasileira de Surdocegos, da qual sou membro.

Ao concluir meu depoimento, gostaria de dizer que quando se tem um sonho e um objetivo na vida, não é pelas deficiências que devemos deixar de lutar por eles. Quando buscamos alcançar um alvo ou mesmo a conclusão de um curso superior e uma vaga no mercado de trabalho tendo muita perseverança, persistência e com o apoio da família e da sociedade no final conquistamos. Gostaria de lançar um desafio ao MEC e aos Reitores e Reitoras das universidades: tome o centro de estudos da USC como um exemplo e que, em cada Universidade que tiver um aluno universitário portador de necessidades especiais, venha a ser criado um centro como esse. O auxílio de monitores melhorará a qualidade de ensino e de vida desses educandos tão especiais.

Ana Carolina fala sobre seu processo de escolarização

Por Ana Carolina Queiroz Rodrigues ³⁴

Entreí no maternal em Corumbá, em 1991. Em 1993, mudei para Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Estudo na 5ª série. Para mim, é bom, eu estudo muito, faço as tarefas. Eu quero aprender também linguagem de sinais. Eu falo com os professores sobre a sala de aula, sobre comportamento. Respeito os professores, bato papo com eles. Eles são legais. Algumas atividades são iguais às dos outros alunos, algumas atividades são diferentes.

Converso com minhas amigas. Elas ligam para mim no celular. Elas sabem o meu número. Meu namorado liga para mim. Na minha competição de hipismo, os meus amigos da sala de aula foram torcer para mim. Gosto de apresentação de Axé, eu gosto de estudar, eu gosto de fazer trabalho e de brincar com as amigas.

³⁴ RODRIGUES, Ana Carolina Queiroz. *Ana Carolina fala sobre seu processo de escolarização*. [depoimento online] < <http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=14190> > dez. 2004. A autora tem 15 anos, possui Síndrome de Down e está cursando a 5ª série do Ensino Fundamental na Escola Estadual General Malan em Campo Grande, MS. O texto foi escrito pela própria autora e não foi alterado.

Rita de Cássia conta sua vida na escola

Por Rita de Cássia Niess Pokk ³⁵

Eu sempre estudei numa escola normal. Lá, no Externato São Paulo, eu fiz da primeira até a quarta série. As pessoas de lá eram boas comigo.

Sempre participei das brincadeiras com as outras crianças. Me dava super bem. Sempre as professoras me ensinavam a fazer a lição de matemática com paciência.

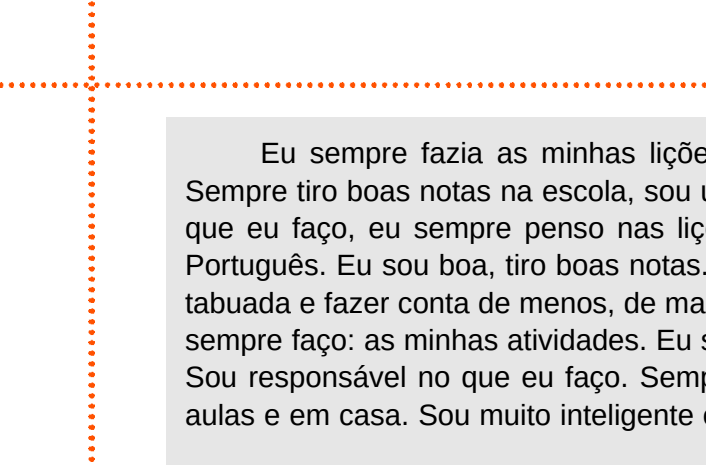
Gostava de todo mundo, era muito feliz de estar estudando e me esforçava muito para aprender.

Eu fiz o ginásio na Escola Estadual João Carlos da Silva Borges, porque eu queria continuar estudando. Nessa escola, fiz desde a quinta até a sétima série.

No primário, uma menina me chamava de louquinha e outra de boba. Teve uma que perguntou se eu era retardada. Fiquei chorando do recreio até o fim da aula. Quando a minha mãe veio me buscar, perguntei para ela se eu era retardada, ela falou: “Rita, eu nunca menti para você. Você tem Síndrome de Down, e as pessoas com essa síndrome são um pouco retardadas.”

Eu me dava superbem com as minhas professoras. Elas eram legais comigo, conversavam comigo, brincavam comigo. A minha relação com elas era muito legal. Davam-me boas lições e eu conversava muito com elas. Eu tomava café com elas e ficávamos numa boa. Eram as minhas melhores amigas. Elas eram simpáticas, eram legais comigo e compartilhavam as demais coisas comigo.

³⁵ POKK, Rita de Cássia Niess. *Rita de Cássia conta sua vida na escola*. [depoimento online] <<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=14190>> dez. 2004. A autora é casada, 24 anos, trabalha como auxiliar de escritório e tem Síndrome de Down. O texto foi escrito pela própria autora e não foi alterado.



Eu sempre fazia as minhas lições de casa e as lições da sala de aula. Sempre tiro boas notas na escola, sou uma boa aluna. Sempre me concentro no que eu faço, eu sempre penso nas lições que são dadas, como por exemplo, Português. Eu sou boa, tiro boas notas. Matemática eu pego com facilidade. Sei tabuada e fazer conta de menos, de mais, de dividir, de multiplicar. É isso que eu sempre faço: as minhas atividades. Eu sempre me adapto com as minhas lições. Sou responsável no que eu faço. Sempre me adaptei com as lições dadas nas aulas e em casa. Sou muito inteligente e esperta com tudo que eu faço.

A minha relação com os meus amigos: eu brinco, tomo lanche com eles, eu converso, fico fazendo amizades, estudo com eles, brincando na sala de aula. Sempre faço grupo para poder fazer todas as nossas lições que são dadas. Fico conversando ou falando piadas, divido o meu lanche com eles. Eu sou legal com eles, têm algumas colegas que são boas amigas. Outras zombam de mim. Falam que eu não tenho direito de conversar com as outras. E, sim, com elas. Isso não é verdade. Eu sempre converso com todo mundo, inclusive com elas.

Sempre estudei numa escola comum. Valeu eu estudar um pouco. Estava precisando estudar, quero ser alguém na vida. Sempre gostei de estudar. Adoro os meus professores e também adoro compartilhar com os meus colegas. Fiz novas amizades com colegas, diretores e professores.

As minhas lembranças são de coisas boas que eu passei com a minha família. Tenho um bom pai, uma boa mãe e um bom irmão. Passei a cuidar da minha mãe, que sempre precisa de mim. Eu estou aqui pra cuidar dela. Se ela ficar triste, eu fico. Se ela fica chateada, eu também fico. Se ela é feliz, eu também sou, isso são minhas lembranças: compartilhar com minha família.

A voz dos professores

A seguir, temos relatos contando como foi receber alunos com deficiência em sala de aula. Sabemos que isto é um desafio para os professores que têm dúvidas e questões sobre a sua capacidade para vencer estes desafios. A inclusão envolve uma necessidade maior de se pensar a respeito do próprio fazer pedagógico, pois exige que se revejam jeitos e formas de ensinar. O professor muitas vezes se depara com a necessidade de alterar seu planejamento de aula, pois percebe que houve mais dificuldade dos alunos para o entendimento de determinado conteúdo, e que em função disso, levará mais tempo do que havia previsto para abordar aquele assunto. Ou seja, este pensar sobre o próprio fazer pedagógico já está presente na rotina dos professores. Quando ele recebe alunos com deficiência, provavelmente vai se deparar com situações desse tipo. Portanto, trata-se de mais um aspecto importante que merece sua reflexão, professor.

Um grande desafio

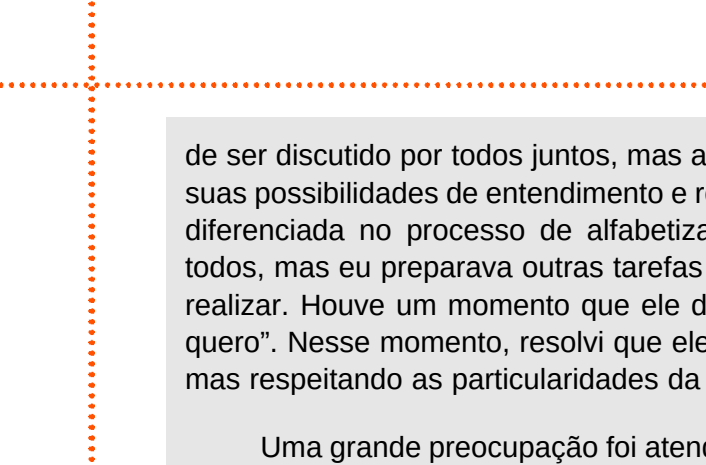
Por Mara Cassas ³⁶

Trabalhar a inclusão de um aluno portador de necessidades especiais dentro de uma classe regular foi, para mim, um grande desafio. As dúvidas iniciais foram: Será que vou conseguir? Como devo fazer para integrá-lo ao grupo? Como trazê-lo para dentro da sala de aula e aceitar conviver com colegas desconhecidos, conhecer a escola, o espaço, as pessoas, os limites...? Será que vou incluí-lo ou integrá-lo?

Como vou trabalhar os conteúdos com ele e os demais? Como deverão ser suas atividades? A única certeza que eu tinha é que eu acreditava na inclusão e que esta deveria acontecer.

Após os momentos iniciais que foi trazê-lo para dentro da sala de aula, o maior desafio foi adequar o conteúdo programado para a série a uma forma possível para que ele também trabalhasse. Percebi que o contexto era possível

³⁶ CASSAS, Mara Rosana. *Utopia Possível*. [artigo online]. Disponível em <<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=10702>> 2004.



de ser discutido por todos juntos, mas as tarefas apresentavam inadequações às suas possibilidades de entendimento e realização, pois ele se encontrava em fase diferenciada no processo de alfabetização. Então trabalhava o conteúdo com todos, mas eu preparava outras tarefas para ele, de acordo com o que ele podia realizar. Houve um momento que ele disse: “Sou diferente e posso fazer o que quero”. Nesse momento, resolvi que ele realizaria as mesmas tarefas que todos, mas respeitando as particularidades da sua produção.

Uma grande preocupação foi atender todos os alunos, ao mesmo tempo em que deveria atender cada um, respeitando suas características individuais. E mais, dar a devida atenção ao aluno em processo de inclusão.

Durante esse processo de inclusão eu tive momentos de muita angústia. Trabalhar com inclusão fez com que eu mudasse todos os meus paradigmas e os recompusesse de uma nova forma, pois eu percebia que, às vezes, as minhas estratégias, que sempre deram resultado, agora não mais serviam e eu tinha que imediatamente encontrar uma outra forma para resolver aquele determinado fato.

Aprendi a trabalhar tendo um Acompanhante Terapêutico em classe. Foi um trabalho de grande valia para poder entender o processo do aluno em questão.

Foi desafiante, angustiante, porém foi uma experiência muito rica!

Um fato a ser destacado é que o aluno terminou o ano fazendo parte plenamente do grupo e tendo o respeito de todos. Os colegas não mais o tratavam com condescendência, pois cobravam dele as atitudes adequadas e a realização das tarefas. Conseguiram, como ninguém, quebrar algumas de suas resistências nas atividades diárias, com firmeza e carinho. Todos estão sempre prontos a auxiliar uns aos outros, não só a ele em suas dificuldades. Agem com tranquilidade nas horas de pedir e dar ajuda, não se sentem constrangidos em solicitar ajuda. É uma classe muito coesa.

Vale destacar o ganho dessa classe vivendo a experiência de um processo de inclusão. É uma classe que crescerá sem qualquer preconceito, respeitando toda e qualquer diferença.

A classe teve o mesmo rendimento das demais salas de 2ª série. Isto ficou claro de acordo com um levantamento feito pela Orientadora de Estudos, com base na análise das avaliações de todos os alunos da série. A média das notas foi semelhante em todas as classes.

O ganho do grupo é que fez a diferença. Esses alunos desenvolveram um senso de cidadania que muito poucas pessoas têm hoje. E é nas mãos dessa geração que estará o início de uma sociedade mais equilibrada e preocupada com o desenvolvimento pleno dos indivíduos dentro de suas capacidades e não sendo tão competitiva.

Inclusão no Ensino Médio

Por Terezinha Aparecida Sávio³⁷

“Na escola “Jorge Rahme”, atualmente, temos três alunos com deficiência. O Humberto, que agora está na terceira série do ensino médio, faz parte da escola desde a quinta série. Para se ter uma idéia, o Beto entrou junto com dois irmãos, que já deixaram a escola. Ele tem um carinho especial pelos estudos e pela escola.

A mãe do Bruno procurava uma escola para o ensino médio. Veio através do Beto, chorou ao pedir uma vaga, porque ninguém o aceitava em escolas próximas à sua casa. A nossa resposta foi: “TRAZ”.

Beto e Bruno ganham atenção de todos: fazem teatro, participam de todas as atividades. Os alunos os carregam para todo lugar aonde vão. Já foram até ao

³⁷ SÁVIO, Terezinha Aparecida. *Inclusão no Ensino Médio*. [artigo online]. Disponível em <<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=11493>>. Jul. 2004. A autora é professora da Escola Estadual Jorge Rahme em São Bernardo do Campo, SP.

Playcenter. O Beto traduz as palavras do Bruno, como aconteceu durante uma discussão sobre a Alca. Houve um compromisso da escola toda para cuidar desses meninos. O primeiro andar é reservado para eles. As inspetoras sempre ficam atentas para que tenham ajuda para ir ao sanitário quando desejarem. No ensino fundamental, a merendeira responsabilizou-se para levar o lanche e servir para o Humberto. Tudo isso numa escola que possui 22 classes por período. Ambos os meninos são deficientes físicos.

Os homens não fervem à mesma temperatura

Por Professora Maria Aparecida da Silva Guedes³⁸

“Por algum tempo, lamentei profundamente não estar com a filmadora em mãos para registrar o primeiro dia de aula na Escola Municipal de Ensino Básico (EMEB) em que trabalho. Era o primeiro dia do ano letivo de 2004 e recebíamos as crianças. Direção, professores e funcionários organizados e preparados para o primeiro encontro; o primeiro contato com os principais protagonistas da cena inicial de mais um espetáculo anual em que somos, ao mesmo tempo, atores, espectadores, produtores, diretores e críticos desse drama que se vive atualmente nas escolas.

Especial cuidado, atenção e acolhimento eram dispensados aos que pela primeira vez ingressavam no elenco e no cenário novo de suas novas vivências escolares. Cada professora do 1º ano do ciclo I conferia o nome da criança que a mãe entregava com os nomes da lista que tinha em mãos.

Nisso, eu vi a Kátia sendo entregue pela mãe à professora Nelba. Instintivamente nossos olhares (os meus, os da professora e os do diretor da escola) se cruzaram. O espanto estava estampado em nossos olhos. Ninguém, entretanto, disse nada naquele momento.

³⁸ GUEDES, Maria Aparecida da Silva, *Os homens não fervem à mesma temperatura*. [artigo online]. Disponível em < <http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=11178>>. Jul. 2004. A autora trabalha na EMEB PROFª SUZETE APARECIDA CAMPOS em São Bernardo do Campo, SP

A garota, extremamente assustada e agressiva, esmurrava o ar e a quem encontrasse pela frente. Visivelmente, Kátia apresentava características de Síndrome de Down. A professora acalmou Kátia e conduziu a turma para a sala de aula.

O trio gestor se reuniu e uma pergunta pairava no ar. “Você tinha conhecimento que receberíamos uma aluna com tais características?” Não. Nenhum de nós tinha sido informado, nem pelos pais, nem pela Escola Municipal de Ensino Infantil Graciliano Ramos, que Kátia tinha freqüentado em 2004. Não sabíamos como proceder.

Confesso que a situação me incomodava muito. Atualmente, em todos anais de educação, literatura disponível, oficinas, encontros, congressos, Internet só se fala em INCLUSÃO. A palavra virou moda. As pessoas vão definindo suas posições: pró ou contra?

Surpreendentemente a professora não fez drama. É claro que veio conversar conosco sobre como agir com a Kátia. Queria orientação, queria procedimentos eficazes para sua prática em sala de aula. Durante algum tempo observei, reclamei e lamentei. Não estava contra o conceito de inclusão. Entendia e entendo, ainda, que temos na escola alunos defasados na aprendizagem e que deveríamos nos concentrar em não permitir que eles se tornassem excluídos.

Especificamente, no caso da Kátia, pensava que deveria freqüentar uma classe integrada. Defendi, diversas vezes a idéia de que a professora não poderia dispensar aos alunos tidos como “normais” a atenção da qual eles necessitavam e tinham direito, com a Kátia em sala de aula. Achava esse trabalho difícil e de pouco resultado. Pensava que os alunos “normais” da classe teriam o desenvolvimento prejudicado pela presença da Kátia. Não acreditava nos benefícios que a Kátia poderia tirar da nova situação, pois não teria condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e que ela seria mais marginalizada e discriminada do que numa classe especial.

Confesso que muitas vezes fui tomada pelo sentimento de compaixão pela professora. Ela não tinha preparo para lidar com alunos com Síndrome de Down!

Nem nós tínhamos suficiente preparo para orientá-la. Recomendava calma e oferecia todo apoio do qual ela necessitasse. Embora teimosa, tenho por princípio, quando não concordo ou não aceito uma idéia ou situação, buscar o máximo de informação possível, saturar, ampliar meus conhecimentos a fim de entender o que o outro entende e eu não estou entendendo. Foi o que eu fiz. Debrucei-me sobre a literatura existente, selecionei pareceres contra, pareceres a favor e estudei os preceitos de vários autores, destaquei e escolhi a Doutora em Educação, Maria Teresa Eglér Mantoan, em seu trabalho sobre o desenvolvimento das estruturas da inteligência no deficiente mental.

A professora Nelba, inicialmente, não definiu objetivos quanto à aquisição do sistema de escrita para a Kátia. Recebeu orientações da psicóloga Heloísa que visitou a sala de aula. A Kátia participa de todas as atividades. É claro que a professora não faz uso de métodos ou de técnicas de ensino específicas para a Kátia. A Kátia vai aprender até o limite a que conseguir chegar.

No momento, ela já aprendeu e se integrou ao grupo-classe e à escola. Aprendeu a andar pela escola e sabe onde fica sua sala de aula. A Kátia traz seus pertences sempre arrumadinhos e escova os dentes após o almoço junto. Vejo a Kátia alegre e brincalhona, embora ela não converse com todos e fale bem pouco comigo, mas está sempre se oferecendo para me ajudar, e ajuda quando eu dou oportunidade e orientação. Tem dificuldade em emitir palavras, nunca ouvi a Kátia formular uma oração completa. E eu fui aceitando a Kátia e esse tipo de inclusão. Primeiro, porque constatei que essa convivência é salutar e construtiva para a Kátia; ela está sendo largamente beneficiada com esse convívio; segundo, porque constatei que a permanência da Kátia na escola não prejudica o desenvolvimento dos outros alunos, ao contrário, favorece o sentimento de solidariedade entre eles; terceiro, porque vejo que a professora aceitou o desafio e está se saindo muito bem; quarto, porque compreendi que acolher a Kátia faz parte da minha vida. Minha convicção religiosa faz com que eu enxergue a Kátia como alguém que deva fazer parte da evolução das pessoas que freqüentam aquele mesmo espaço.

É bem verdade que vários profissionais estão concorrendo para o sucesso da Kátia, e isto é muito bom! Por muito tempo, eu vou lamentar profundamente não ter estado com a filmadora em mãos e ter registrado as primeiras atitudes da Kátia na

escola, assim como as minhas, porque agora poderia compará-las e certamente ver o crescimento nas atitudes sociais da menina Kátia, registrar suas andanças pela escola, seu relacionamento com os demais alunos e funcionários e comparar suas feições e alegria.

Dúvidas frequentes

O que o governo está fazendo para capacitar os professores a lidar com alunos com deficiência?

Os Estados e, também muitos Municípios investem na capacitação de professores. A Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação (MEC) tem vários programas de capacitação de professores em andamento:

- Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (capacitação de gestores e educadores);
- Programa Interiorizando Braille;
- Programa Interiorizando Libras;
- Programa de Ressignificação de Oficinas Pedagógicas;
- Programa Ética e Cidadania;
- PROESP- Programa de Incentivo à Educação Especial no Ensino Superior (financia projetos de pesquisa e extensão nos cursos de pós-graduação);
- PROINESP- Programa de Informática na Educação Especial (capacita professores para atuar nos laboratórios de informática);
- Programa Saberes e Práticas da Inclusão (capacita sobre as necessidades educacionais especiais na educação infantil e no ensino fundamental).

Esses cursos são suficientes para ajudar o professor?

Na maioria das vezes, não são suficientes porque não atingem todos os professores e porque a capacitação deve ser permanente, cotidiana. O professor a cada dia é desafiado a encontrar soluções para as dificuldades de seus alunos. O curso de capacitação não deve só levar em conta o aspecto informativo sobre a deficiência, mas deve envolver também a discussão do cotidiano escolar na sala de aula.

Por isto, é importante que a própria escola promova reuniões regulares, de preferência semanais, para que os professores que atendem crianças com deficiência encontrem as soluções de que precisam. Além disso, é sempre bom lembrar que é muito importante trocar idéias com outros professores, profissionais especializados, envolver a família, a comunidade e estabelecer parcerias com faculdades, organizações que trabalham com as questões da deficiência.

A lei da inclusão é para todas as escolas, particulares, estaduais, municipais? Em qual situação uma escola pode negar a matrícula de uma criança com deficiência?

Nenhuma escola pública ou particular pode recusar a matrícula de crianças com deficiência. Segundo o artigo oitavo da Lei Federal 7.853/89, é crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa “Recusar, suspender, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, porque é portador de deficiência.”

O Ministério Público informa que considera-se “justa causa” quando a escola:

- não tem mais vagas para nenhum aluno, com deficiência ou não;
- quando a escola já tem mais de 14,5% dos alunos com deficiência porque, caso receba uma quantidade de alunos com deficiência maior do que as proporções indicadas no Censo (14, 5%), a escola corre o risco de se especializar e tornar-se uma escola especial, comprometendo os princípios da educação inclusiva.

Qual é o termo mais adequado: pessoa com deficiência ou portadores de deficiência?

Atualmente, muitas pessoas com deficiência preferem ser chamadas assim: pessoas com deficiência. Diversos documentos internacionais já usam essa terminologia. Algumas leis brasileiras ainda usam a expressão “pessoas portadoras de deficiência”, mas a tendência é que essa terminologia seja abandonada. É importante lembrar que esses termos estão sempre em evolução. Seja como for, o importante é ressaltar a pessoa e não a deficiência.

O que é um professor especializado?

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas.

O professor deve cursar faculdade de pedagogia com formação em cursos de licenciatura em educação especial ou complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas de educação especial.³⁹

Qual é o papel dos professores especializados?

Os professores especializados têm um importante papel a cumprir, ajudando a capacitar os demais professores para o atendimento adequado dos alunos com deficiência na Escola Inclusiva.

³⁹ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica: SEESP/MEC, 2001.

O aluno com deficiência não pode ser tratado de forma discriminatória pelos demais. Qual é a postura a ser adotada pelos professores para que se respeitem suas diferenças?

O aluno com deficiência precisa que sua diferença seja respeitada. Isso não significa que ele deve ter privilégios em relação aos demais alunos. Ele não deve ser abandonado, nem superprotegido. O professor não pode negar a diferença. Ele deve trabalhar com seus alunos para que a diferença seja compreendida como uma característica do ser humano e que ela não tira a dignidade de ninguém.

O aluno com deficiência deve ser avaliado, como os outros. Dependendo de sua condição, as provas e as avaliações podem ser diferentes na forma. Existem várias formas alternativas de se fazer uma avaliação; através de provas orais, prazo maior para a sua realização, texto com letras ampliadas etc.:

Como o professor da rede pública é capacitado para atender às demandas das pessoas com deficiência? Os professores reclamam bastante da falta de apoio em sua escola.

O grande problema da capacitação é que muitas vezes ela está distante das necessidades da escola, até porque o conteúdo vem pré-definido pelos capacitadores e nem sempre atende às reais necessidades dos professores. Por isso, é necessário que se direcione a capacitação para estas necessidades.

A experiência tem demonstrado que, quando o processo de inclusão é bem feito, toda a comunidade escolar é beneficiada: alunos, professores, funcionários.

Um dos maiores receios dos pais é que o nível de ensino caia, com a presença de alunos com deficiência na sala. Mas, na verdade, se o professor estiver motivado e informado, a qualidade pode aumentar, pois o ensino se torna mais concreto e o material pedagógico desenvolvido pode beneficiar e interessar a todos, não apenas ao aluno com deficiência.

Além disso, todos aprendem a conviver com a diferença e a respeitar a diversidade, valores éticos fundamentais para o convívio social. Afinal, todos somos diferentes.

Sugestões para a convivência com pessoas com deficiência

Pessoas que não conhecem pessoas com deficiência muitas vezes ficam sem jeito, com “muitos dedos”, como se diz, quando as encontram.

Para ajudar, aqui vão sugestões sobre o que fazer:

- Não faça de conta que a deficiência não existe. A deficiência é uma característica muito importante da pessoa e precisa ser considerada devidamente;
- A pessoa com deficiência é como todo mundo: pode ter dificuldade em algumas atividades e facilidade em outras;
- As pessoas com deficiência têm o direito de assumir responsabilidade por suas próprias decisões, podem e querem fazer isso;
- Quando quiser alguma informação de uma pessoa com deficiência, dirija-se diretamente a ela e não a seus acompanhantes ou intérpretes;
- Pergunte antes de ajudar. Sempre que quiser, ofereça ajuda. Sempre espere sua oferta ser aceita, antes de ajudar. Sempre pergunte qual é a forma mais adequada para ajudar;



- Não se ofenda se a oferta for recusada. Nem sempre as pessoas com deficiência precisam de ajuda;
- Se você não se sentir confortável ou seguro para fazer alguma coisa solicitada por uma pessoa com deficiência, procure outra pessoa que possa ajudar;
- Não exclua as pessoas com deficiência das atividades comunitárias. Estimule a participação e deixe que elas decidam como e se querem fazer;
- Trate as pessoas com deficiência de acordo com a sua faixa etária. Se for criança, trate como criança, se for jovem, trate como jovem;
- As pessoas com deficiência são pessoas como você. Têm os mesmos direitos, os mesmos sentimentos, os mesmos receios, os mesmos sonhos.

Como perceber se o seu aluno tem sinais de deficiência.

Muitas vezes, é o professor que consegue perceber que a criança tem alguma dificuldade. Sua função é avisar a família, orientando-a para procurar ajuda especializada. Mas isso não é um diagnóstico, cabe somente ao profissional especializado realizá-lo.

Deficiência visual

Possíveis sinais de deficiência visual

- Irritação constante nos olhos;
- Aproximar muito o rosto do papel, quando escreve e lê;
- Dificuldade para copiar material da lousa à distância;
- Olhos franzidos para ler o que está escrito na lousa;

- Cabeça inclinada para ler ou escrever, como se procurasse um ângulo melhor para enxergar;
- Tropeços freqüentes por não enxergar pequenos obstáculos no chão;
- Nistagmo (olho trêmulo);
- Estrabismo (vesgo);
- Dificuldade para enxergar em ambientes muito claros ou escuros.

O que você pode fazer?

- Orientar os pais para que procurem um médico especialista em visão (oftalmologista)
- Nunca usar colírio ou outros medicamentos sem recomendação médica

Sugestões para a convivência com pessoas cegas ou com deficiência visual

- Se a pessoa cega não estiver prestando atenção em você, toque em seu braço para indicar que você está falando com ela. Avise quando for embora, para que ela não fique falando sozinha;
- Se sua ajuda for aceita, nunca puxe a pessoa cega pelo braço. Ofereça seu cotovelo ou o ombro (caso você seja muito mais baixo do que ela). Geralmente, apenas com um leve toque a pessoa cega poderá seguir você com segurança e conforto;
- Num local estreito, como uma porta ou corredor por onde só passe uma pessoa por vez, coloque o seu braço para trás ou ofereça o ombro, para que a pessoa cega continue a seguir você;

- Algumas pessoas, sem perceber, aumentam o tom de voz para falar com pessoas cegas. Use tom normal de voz; Não modifique a posição dos móveis sem avisar a pessoa cega e cuide para objetos não fiquem no seu caminho. Avise se houver objetos cortantes ou cinzeiros perto dela;
- Conserve as portas fechadas ou encostadas à parede;
- Para indicar uma cadeira, coloque a mão da pessoa cega sobre o encosto e informe se a cadeira tem braço ou não. Deixe que a pessoa se sente sozinha;
- Seja preciso ao indicar direções. Informe as distâncias em metros ou passos.



Se houver alunos com deficiência visual na sua sala

Esperamos que estas sugestões contribuam para o aproveitamento do aluno; pode ser proveitoso incorporá-las em sua rotina. Como tempo, você descobrirá outras maneiras de receber estes alunos na sala.

- Leia ou peça para alguém ler o que está escrito na lousa;
- Sempre que possível, passe a mesma lição que foi dada para a classe;
- Procure o apoio do professor especializado, que ensinará à criança o sistema braile e acompanhará o processo de aprendizagem;
- Busca de recursos pedagógicos para o aluno com deficiência é um direito dele;

- Disponibilize com antecedência os textos e livros para o curso;
- Se possível, o material de estudo deve ser fornecido sob a forma de textos ampliados, textos em braile, textos e aulas gravadas em áudio ou em disquete, de acordo com as necessidades do aluno e a possibilidade da escola. O aluno poderá, ainda, precisar utilizar auxílios ópticos e computadores com programas adaptados, assim como apoio para trabalho de laboratório e do pessoal da biblioteca;
- Durante as aulas, é útil identificar os conteúdos de uma figura e descrever a imagem e a sua posição;
- Substitua os gráficos e tabelas por outras questões ou utilize gráficos simples em relevo;
- Transcreva para braile as provas e outros materiais;
- Possibilite usar formas alternativas nas provas: o aluno pode ler o que escreveu em braile; fazer gravação em fita K-7 ou escrever com tipos ampliados;
- Amplie o tempo disponível para a realização das provas;
- Evite dar um exame diferente, pois isso pode ser considerado discriminatório e dificulta a avaliação comparativa com os outros estudantes;
- Ajude só na medida do necessário;
- Tenha um comportamento o mais natural possível, sem super proteção, ou pelo contrário, ignorá-lo.

Como o aluno com deficiência visual pode aprender matemática?

Ele tem as mesmas condições para aprender matemática que uma criança não deficiente. Porém, é preciso que você adapte as representações gráficas e os recursos didáticos que vai utilizar.

Para ensinar matemática, o instrumento mais utilizado é o ábaco (ou soroban) que é de origem japonesa. Seu manuseio é fácil e pode ajudar também os alunos que enxergam, pois ele concretiza as operações matemáticas.

Outra técnica complementar que pode ser utilizada com bons resultados é o cálculo mental, que deve ser estimulado desde o início da aprendizagem e que será útil, posteriormente, quando o aluno estudar álgebra.

É importante ressaltar que, ao adaptar recursos didáticos para facilitar o aprendizado de alunos com deficiência, o professor acaba beneficiando todos os alunos, pois recorre a materiais concretos, que facilitam a compreensão dos conceitos.

Deficiência auditiva

Sinais de deficiência auditiva

- As primeiras palavras aparecem tarde (3 a 4 anos);
- Não responde ao ser chamado em voz normal;
- Quando está de costas, não atende ao ser chamado;
- Fala em voz muito alta ou muito baixa;
- Vira a cabeça para ouvir melhor;
- Olha para os lábios de quem fala e não para os olhos;
- Troca e omite fonemas na fala e na escrita.

O que você pode fazer?

Orientar os pais a procurar profissional especializado (médico otorrinolaringologista ou fonoaudiólogo)

Sugestões para a convivência com pessoas surdas ou com deficiência auditiva

- Quando quiser falar com uma pessoa surda, se ela não estiver prestando atenção em você, acene para ela ou toque levemente em seu braço;
- Se ela fizer leitura labial, fale de frente para ela e não cubra sua boca com gestos e objetos. Usar bigode também atrapalha;
- Quando estiver conversando com uma pessoa surda, pronuncie bem as palavras, mas não exagere. Use a sua velocidade normal, a não ser que lhe peçam para falar mais devagar;
- Não adianta gritar;
- Se souber algumas palavras na língua brasileira de sinais, tente usá-las. De modo geral, suas tentativas serão apreciadas e estimuladas;
- Seja expressivo. As expressões faciais, os gestos e o movimento do seu corpo serão boas indicações do que você quer dizer, em substituição ao tom de voz;
- Mantenha sempre contato visual; se você desviar o olhar, a pessoa surda pode achar que a conversa terminou;



- A pessoa surda que é oralizada (ou seja, que aprendeu a falar) pode não ter um vocabulário extenso. Fale normalmente e, se perceber que ela não entendeu, use um sinônimo (carro em vez de automóvel, por exemplo);
- Nem sempre a pessoa surda que fala tem boa dicção. Se não compreender o que ela está dizendo, peça que repita. Isso demonstra que você realmente está interessado e, por isso, as pessoas surdas não se incomodam de repetir quantas vezes for necessário para que sejam entendidas;

Se for necessário, comunique-se através de bilhetes. O importante é se comunicar, seja qual for o método

Como você pode ensinar um aluno surdo?

Você pode desenvolver o processo de aprendizagem com o aluno surdo adotando a mesma proposta curricular do ensino regular, com adaptações que possibilitem:

- o acesso ao conteúdo, utilizando sistemas de comunicação alternativos, como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a mímica, o desenho, a expressão corporal;
- a utilização de técnicas, procedimentos e instrumentos de avaliação compatíveis com as necessidades do aluno surdo, sem alterar os objetivos da avaliação, como, por exemplo, maior valorização do conteúdo em detrimento da forma da mensagem expressa.



Você sabia que é errado dizer “surdo-mudo”? Algumas pessoas surdas não falam porque não aprenderam a falar. Elas não são mudas, porque podem emitir sons. A pessoa muda é aquela que não consegue emitir nenhum som. As pessoas surdas podem se comunicar de várias formas, uma delas é através da língua de sinais, que funciona como uma linguagem gestual.

Sugestões de apoio ao aluno com deficiência auditiva:

- Os alunos com deficiências auditivas devem ficar sempre na primeira fila na sala de aulas. Dependendo da condição sócio-econômica da família e do tipo de surdez, o aluno pode utilizar um recurso acústico (Aparelho Auditiva e/ou Sistema de FM), para amplificar o som da sala;
- Há alunos que conseguem ler os movimentos dos lábios. Assim, o professor e os colegas devem falar o mais claramente possível, evitando voltar-se de costas enquanto fala. É extremamente difícil para estes alunos anotarem nas aulas, durante a exposição oral da matéria, principalmente aqueles que fazem leitura labial enquanto o professor fala;
- É sempre útil fornecer uma cópia dos textos com antecedência, assim como uma lista da terminologia técnica utilizada na disciplina, para o aluno tomar conhecimento das palavras e do conteúdo da aula a ser lecionada. Pode também justificar-se a utilização de um intérprete que use a língua brasileira de sinais;
- Este estudante pode necessitar de tempo extra para responder aos testes;
- Fale com naturalidade e clareza, não exagerando no tom de voz;
- Evite estar em frente à janela ou outras fontes de luz, pois o reflexo pode obstruir a visão;

- Quando falar, não ponha a mão na frente da boca;
- Quando utilizar o quadro ou outros materiais de apoio audiovisual, primeiro exponha os materiais e só depois explique ou vice-versa (ex.: escreva o exercício no quadro ou no caderno e explique depois e não simultaneamente);
- Repita as questões ou comentários durante as discussões ou conversas e indique (por gestos) quem está a falar, para uma melhor compreensão por parte do aluno;
- Escreva no quadro ou no caderno do aluno datas e informações importantes, para assegurar que foram entendidas;
- Durante os exames, o aluno deverá ocupar um lugar na fila da frente. Um pequeno toque no ombro dele poderá ser um bom sistema para chamar-lhe a atenção, antes de fazer um esclarecimento.

Deficiência física

Sinais de deficiência física

- Movimentação sem coordenação ou atitudes desajeitadas de todo o corpo ou parte dele;
- Anda de forma não coordenada, pisa na ponta dos pés ou manca;
- Pés tortos ou qualquer deformidade corporal;
- Pernas em tesoura (uma estendida sobre a outra);
- Dificuldade em controlar os movimentos, desequilíbrios e quedas constantes;

- Dor óssea, articular ou muscular;
- Segura o lápis com muita ou pouca força;
- Dificuldade para realizar encaixe e atividades que exijam coordenação motora fina.

O que você pode fazer?

Orientar os pais para que procurem profissionais especializados (ortopedista, fisiatra e fisioterapeuta).

Sugestões para a convivência com pessoas com deficiência física

- Quando estiver empurrando uma pessoa sentada numa cadeira de rodas e parar para conversar com alguém, lembre-se de virar a cadeira de frente, para que a pessoa também participe da conversa;
- Empurre a cadeira com cuidado para evitar acidentes e preste atenção às pessoas que caminham à frente;
- Para uma pessoa sentada em cadeira de rodas, é incômodo ficar olhando para cima por muito tempo. Portanto, se a conversa for demorar mais, sente-se ou abaixe-se para que você e ela fiquem com os olhos no mesmo nível;
- Respeite o espaço corporal. A cadeira de rodas (assim como as bengalas e muletas) é quase uma extensão do corpo. Agarrar ou apoiar-se nesses equipamentos não é como se encostar a uma cadeira comum;
- Nunca movimente a cadeira de rodas sem antes pedir permissão para a pessoa que a utiliza;
- É mais seguro subir rampas ou degraus de frente. Para descer, é mais seguro de costas;

- Para subir um degrau, incline a cadeira para trás, levante as rodinhas da frente para apoiá-las sobre o degrau;
- Para descer um degrau, é mais seguro fazê-lo de marcha a ré, sempre apoiando a cadeira, para que a descida seja sem solavancos;
- Para subir ou descer mais de um degrau em sequência, é mais seguro pedir a ajuda de outra pessoa;
- Se você estiver acompanhando uma pessoa com deficiência que anda devagar, procure acompanhar o passo dela;
- Sempre mantenha as muletas ou bengalas próximas à pessoa com deficiência;
- Esteja atento para a existência de barreiras arquitetônicas quando for visitar algum local com uma pessoa com deficiência motora;
- Pessoas com paralisia cerebral podem ter dificuldades para andar, fazer movimentos involuntários com pernas e braços, apresentar expressões estranhas no rosto e ter dificuldade para falar. Não se intimide com isso. São pessoas como você. Geralmente, têm inteligência normal ou, às vezes, até acima da média;
- Se você não compreender o que a pessoa está dizendo, peça para que repita. Isso demonstra interesse e respeito e as pessoas com dificuldades de comunicação não se incomodam de repetir.

Sugestões para adaptar o ambiente escolar às pessoas com deficiência física

A Secretaria de Educação Especial do MEC - Ministério da Educação sugere:

- O acesso físico é a preocupação fundamental para estes estudantes, devido a dificuldades de locomoção ou ao uso de cadeira de rodas. Isto implica a

existência de percursos em que o aluno possa se movimentar mais facilmente de uma aula para as outras, ou seja, em que não tenha de se defrontar com barreiras arquitetônicas. Por isso, aconselhamos verificar se há caminhos mais fáceis para o aluno utilizar, sem obstáculos;

- Estes estudantes podem eventualmente atrasar-se, ao ir de uma sala para outra, principalmente quando as aulas não são todas no mesmo prédio. Pode ser necessário fazer algumas adaptações que permitam ao aluno frequentar aulas no laboratório;
- Se for possível, trabalhe diretamente com o aluno para criar um local acessível, promovendo a participação dele em todas as tarefas;
- Se a classe fizer um passeio, é importante incluir os alunos com deficiência.

Deficiência múltipla

Sinais de surdocegueira

- Déficit de audição e visão;
- Atraso significativo no desenvolvimento global (motor e cognitivo);
- Ausência de fala;
- Dificuldade em estabelecer relações com o outro;
- Tendência ao isolamento pela falta de comunicação;
- Chora, geme e faz movimentos corporais como formas de comunicação.

O que você pode fazer?

Orientar os pais a procurar profissional especializado. Uma instituição que tem sido considerada referência nesta área é o Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial⁴⁰

Deficiência mental

Sinais de deficiência mental

- Atraso no desenvolvimento neuro-psicomotor (a criança demora para firmar a cabeça, sentar, andar, falar);
- Dificuldade no aprendizado (dificuldade de compreensão de normas e ordens, dificuldade no aprendizado escolar).
- É preciso que haja vários sinais para que se suspeite de deficiência mental. Um único aspecto não pode ser considerado como indicativo de qualquer deficiência.

O que você pode fazer?

Nem sempre é fácil o diagnóstico da deficiência mental, porque os sinais podem ser indicadores de problemas de outra ordem, como as questões emocionais que interferem no aprendizado. Portanto, o professor deve ser cuidadoso e procurar descartar esta possibilidade antes de encaminhar a família para um diagnóstico de deficiência.

Este tipo de diagnóstico é feito por uma equipe multiprofissional composta por psicólogo, médico e assistente social. Tais profissionais, atuando em equipe, têm condições de avaliar o indivíduo em sua totalidade, ou seja, o assistente social através do estudo e diagnóstico familiar (dinâmica de relações, situação da pessoa com deficiência na família, aspectos de aceitação ou não das dificuldades da pessoa, etc.) analisará os

⁴⁰ Para entrar em contato acesse o site: <http://www.grupobrasil.org.br/> e-mail: grpbrasil@ssol.com.br

aspectos sócio culturais; o médico através de entrevista detalhada e exame físico (recorrendo a avaliações laboratoriais ou de outras especialidades, sempre que necessário) analisará os aspectos biológicos e finalmente o psicólogo que, através da entrevista, observação e aplicação de testes, provas e escalas avaliativas específicas, avaliará os aspectos psicológicos e nível de deficiência mental.⁴¹

Dicas de convivência

Mitos sobre deficiência mental

- Toda pessoa com deficiência mental é doente;
- Pessoas com deficiência mental morrem cedo, devido a “graves” e “incontornáveis” problemas de saúde;
- Pessoas com deficiência mental precisam usar remédios controlados;
- Pessoas com deficiência mental são agressivas e perigosas, ou dóceis e cordatas;
- Pessoas com deficiência mental são generalizadamente incompetentes;
- Existe um culpado pela condição de deficiência;
- Meio ambiente pouco pode fazer pelas pessoas com deficiência;
- Pessoas com deficiência mental só estão “bem” com seus “iguais”;
- Para o aluno com deficiência mental, a escola é apenas um lugar para exercer alguma ocupação fora de casa.

⁴¹ Página na Internet: <http://www.filhosonline.com.br/criancase1.asp>

Como tratar pessoas com deficiência mental?

- Aja naturalmente ao dirigir-se a uma pessoa com deficiência mental;
- Trate-a com respeito e consideração, de acordo com sua idade;
- Não a ignore. Cumprimente e despeça-se dela normalmente, como faria com qualquer pessoa;
- Dê atenção a ela, converse e vai ver como pode ser agradável;
- Não subestime sua inteligência. As pessoas com deficiência mental levam mais tempo para aprender, mas podem adquirir muitas habilidades intelectuais e sociais.

Alunos com deficiência mental

- Não subestime a inteligência das pessoas com deficiência mental! Encoraje as perguntas e a expressão de suas opiniões;
- Não superproteja as pessoas com deficiência mental. Deixe que ela faça ou tente fazer sozinha tudo o que puder. Ajude apenas quando for realmente necessário;
- Valorize mais o processo do que o resultado. Mas não ignore os resultados, eles também devem ser esperados e cobrados do aluno com deficiência mental;
- Promova a participação em atividades estimulantes e diversificadas;
- Respeite as preferências, os gostos e as decisões da pessoa.

Informações na Internet

Nesta seção você encontra indicações de livros, teses, bibliotecas virtuais e sites sobre tecnologia assistiva, que foram selecionados porque têm muitas informações sobre Educação para crianças e jovens com deficiência e podem contribuir com o seu trabalho.

Há muitos outros sites sobre Educação na Internet; a partir dessas referências, você pode descobrir outras.

Boa navegação!

Bibliotecas Virtuais

Na Internet, há sites organizados como se fossem bibliotecas. São locais com muita informação e que podem contribuir para o trabalho do professor e também do aluno, pois permitem que você “baixe” (faça download) arquivos com livros. Há bibliotecas virtuais que oferecem obras da literatura brasileira adotadas pelas escolas.

Portanto, esta é uma boa opção de acesso à literatura e a outros assuntos.

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro

<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/>

Oferece recursos educacionais úteis para estudantes e professores desde o ensino médio até o universitário, ajudando a suprir a carência de bibliotecas escolares no país e de materiais de qualidade em língua portuguesa na Internet, além de estimular o interesse pela leitura.

Biblioteca Nacional

<http://www.bn.br/>

Para encontrar obras digitalizadas no acervo da Biblioteca Nacional, o primeiro passo é fazer o seu cadastro. Em seguida, faça uma busca pelo acervo. Digite a palavra-chave do item procurado e escolha uma das categorias listadas no quadro seguinte. Em seguida, clique em “Buscar”.

Em alguns instantes, serão exibidas todas as opções existentes no acervo relacionadas à palavra-chave escolhida. Se não encontrar o item que deseja, você pode utilizar o sistema de busca avançada, definindo o tipo de material, o nome do autor, o título da obra, o assunto abordado, podendo classificar também a obra (ou seja, o livro do acervo) de acordo com várias categorias.

Se as obras estiverem digitalizadas, a consulta pode ser imediata, através do site, bastando clicar sobre a escolhida. Se o item selecionado não estiver digitalizado, só poderá ser consultado pessoalmente, no acervo da Biblioteca.

Neste caso, o interessado deve ir à Biblioteca Nacional, na Av. Rio Branco, 219, Rio de Janeiro, RJ.

Virtual Bookstore

<http://vbookstore.uol.com.br/index.shtml>

Neste endereço eletrônico você encontra livros para download grátis. É uma das mais antigas bibliotecas virtuais do país.

Sites com informações sobre Tecnologia Assistiva

Centro de Terapia Ocupacional do Rio de Janeiro

<http://www.comunicacaoalternativa.com.br>

É um centro de atendimento para bebês, crianças, adolescentes, adultos e idosos que têm dificuldades na realização das atividades de vida diária, nas atividades escolares, de lazer ou do trabalho.

Programa “Informática na Educação Especial” do Centro de Reabilitação e Prevenção de Deficiências (CRPD)

<http://infoesp.vilabol.uol.com.br/>

O Programa “Informática na Educação Especial” do Centro de Reabilitação e Prevenção de Deficiências (CRPD), unidade das Obras Sociais Irmã Dulce, visa promover o desenvolvimento das potencialidades cognitivas de alunos com necessidades educacionais especiais, entendidos como sujeitos do seu processo de aprendizagem e construção de seus conhecimentos, através da utilização de recursos de um ambiente computacional e telemático.

Entre Amigos – Textos sobre Tecnologia Assistiva

<http://www.entreamigos.com.br/textos/tecassi/tecassis.htm>

Textos disponíveis para download gratuito compactados em formato WinZip.

Eduk – Comunidade de professores para troca de experiências em educação

<http://www.eduk.com.br/index.php>

Este site possui listas de discussão e banco de textos e relatos sobre educação especial e inclusão.

Edu tecnet – Rede de Educação e Tecnologia

<http://www.edutecnet.com.br>

A Rede Edutec.Net é um espaço virtual voltado para a aprendizagem colaborativa, através da Internet, na área da Educação. Nesse espaço, pessoas interessadas em Educação (EDU) através da Tecnologia (TEC) formam uma Rede (NET).

Associação Brasileira de Tecnologia Educacional

<http://www.abt-br.org.br/>

Essa Associação tem como objetivos contemplar ação, reflexão, análise, pesquisa e informação sobre a relação existente entre Tecnologia e Educação.

Núcleo de Informática na Educação Especial - NIEE

<http://www.niee.ufrgs.br/software/software.html#item1>

O NIEE está ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Há 13 anos desenvolve experiências; pesquisas; softwares e trabalha com a formação de recursos humanos na área de Informática na Educação Geral e Especial.

Indicações de Instituições Especializadas, por regiões do Brasil

Selecionamos instituições reconhecidas, que atuam nas áreas da Educação Especial e de Direitos da Criança e do Adolescente, que podem ser referência para o trabalho de inclusão feito pela escola.

Nesta seção você encontrará os endereços de APAEs, dos Centros de Apoio Pedagógico Especializado, dos Conselhos Tutelares e de bibliotecas acessíveis.

Para facilitar, agrupamos os endereços pelas Regiões de nosso País: Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro- Oeste.

Conheça um pouco sobre eles e sua função:

- **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE** - É uma associação civil, filantrópica, de caráter educacional, cultural, assistencial, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos. Há APAEs na maioria dos Municípios brasileiros.
- **Centro de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE** – São mais de 15 Centros, em diversos Estados. Eles são ligados à Secretaria de Educação Especial do MEC – Ministério da Educação e têm como objetivo principal oferecer aos alunos com deficiência visual (e também outros tipos de deficiência), matriculados na rede estadual de ensino, recursos apropriados para desenvolverem atividades que envolvem leitura, pesquisa e aprofundamento curricular.
- **Conselho Tutelar** - De acordo com o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar é um órgão que tem o dever de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. O ECA define, ainda, que cada Município deve ter seu Conselho.

Infelizmente, isso ainda não é uma realidade.

- **Bibliotecas Acessíveis** - Pesquisamos bibliotecas públicas que estão preparadas para receber pessoas com todos os tipos de deficiência - daí estarem identificadas como “bibliotecas acessíveis”. Algumas ainda estão se preparando para isso; portanto, podem não o ser completamente.

Lembramos que muitas bibliotecas públicas têm uma seção braile, por isso não estamos listando todas aqui.

Instituições de atuação nacional

As instituições e entidades apresentadas a seguir têm abrangência nacional e podem contribuir com o processo de inclusão nas escolas; algumas coordenam uma rede de entidades associadas, em diversos Estados. Vale a pena visitar os seus respectivos sites, para conhecer seu trabalho.

Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE

A **CORDE** é o órgão de Assessoria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República responsável pela gestão de políticas voltadas para a integração da pessoa portadora de deficiência, tendo como eixo focal a defesa de direitos e a promoção da cidadania.

Ela tem a função de implementar essa política e para isso, orienta a sua atuação em dois sentidos: o primeiro é o exercício de sua atribuição normativa e reguladora das ações desta área no âmbito federal e o segundo é o desempenho da função articuladora de políticas públicas existentes, tanto na esfera federal como em outras esferas governamentais.

Esplanada dos Ministérios.

Bloco T - Anexo II - 2º Andar - Sala 210

CEP 70064-900Brasília, DF

Tel. (61) 226-0501 / 429-3684

Fax (61) 225-0440

E-mail: corde@mj.gov.br

Site: http://www.mj.gov.br/mpsicorde/arquivos/template/p_noticias.asp

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE

Sua principal competência é acompanhar e avaliar o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana, dirigidas a este grupo social.

Os Conselhos Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência estão ligados ao CONADE.

Esplanada dos Ministérios.

Bloco T, Anexo II, 2º andar, sala 211

CEP 70064-900Brasília, DF

Tel. (61) 429-3673 / 429-9219

Fax (61) 225-8457

E-mail: conade@sedh.gov.br

Site: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conade/noticias1.asp>

Ministério da Educação – MEC

O MEC está organizado em Secretarias; dentre elas, a que cuida da Educação Especial é a Secretaria de Educação Especial - SEESP.

A SEESP é responsável pela coordenação, implementação, supervisão e fomento da Política Nacional de Educação Especial.

Sua função é identificar oportunidades, estimular iniciativas, gerar alternativas e formular ações que propiciem o acesso e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino, de forma a garantir o seu direito à educação.

No site da SEESP há informações sobre estatísticas sobre a educação especial, os projetos desenvolvidos e publicações que podem ser “baixadas” (download), gratuitamente

Esplanada dos Ministérios

Bloco L - Ed. Sede e Anexos

CEP 70047-900 Brasília, DF

Tel.: 0800-616161 (geral)

Tel. (61) 2104-8651 / 2104-7118 da Secretaria de Educação Especial

Site: <http://www.mec.gov.br/seesp>

Centro de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE

Os Centros de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, instalados em parceria entre o MEC/SEESP e os Estados, são equipados com computadores, impressora braile e laser, fotocopadora, gravador e fones de ouvido, circuito interno de TV, CCTV e máquina de datilografia Braille Perkins. Eles têm como proposta principal a geração de materiais didático- pedagógicos, como livros e textos em Braile, em tipos ampliados e sonoros para distribuição aos alunos matriculados no ensino regular, bem como a organização de espaços educacionais que sirvam de apoio aos alunos com visão subnormal.

Há diversas modalidades de CAPE; alguns são denominados Centros de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP.

Nas próximas páginas, você encontra endereços de alguns CAPEs. Para conhecer a relação completa, acesse o site

<http://intervox.nce.ufrj.br/cap/catalogo.htm>

Outra iniciativa importante que o professor deve conhecer são os **Núcleos de Apoio e Produção de braile- NAPPB**.

Consulte o site <http://intervox.nce.ufrj.br/cap/catalogo.htm> para saber onde eles se localizam.

As Imprensas Oficiais para braile, no Brasil, estão no Rio de Janeiro e em São Paulo:

Rio de Janeiro

Instituto Benjamin Constant – IBC

Av. Pasteur, 350/368 – Urca

CEP 22290-240 Rio de Janeiro, RJ

Tel. (21) 543 -1119

Fax (21) 2543 -2305

E-mail: ibc@ibc.ibcnet.org.br

Site: www.mec.gov.br/ibc ou www.ibcnet.org.br

São Paulo

Fundação Dorina Nowill Para Cegos

Rua Dr. Diogo de Faria, 558 – Vila Clementino

CEP 04037-001 São Paulo, SP

Tel. (11) 5087-0999

Fax (11) 5087-0977

E-mail: valter.fdnc@ig.com.br

Site: www.fundacaodorina.org.br

Federação Nacional das APAEs - APAE Brasil

Há APAEs em quase todos os Municípios brasileiros e elas atuam também na área da Educação. Para conhecer seu trabalho, visite o site da Federação.

SDS Edifício Venâncio IV Cobertura

CEP 70393-900 Brasília, DF

Tel. (61) 224-9922

Fax (61) 223-5899

E-mail: fenapae@apaebrasil.org.br

Site: <http://www.apaebrasil.org.br/>

Centro de Vida Independente – CVI Brasil

Os Centros de Vida Independente são organizações sem fins lucrativos que se caracterizam pela prestação de serviços que favoreçam a melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, fortalecendo-as individualmente e resgatando seu poder pessoal para uma vida ativa e participativa, onde possam exercer plenamente sua cidadania.

“Vida independente” significa que: a pessoa com deficiência é capaz, como qualquer outra, de administrar sua própria vida, tomar decisões, fazer escolhas e assumir seus desejos; tem, portanto, o poder para fazer-se representar e ter voz própria nas questões que lhe dizem respeito, ou que se relacionam aos interesses e demandas do segmento.

Os CVIs estão abertos a estabelecer parcerias e prestar apoio a escolas em processo de inclusão.

Atualmente, há mais de 20 Centros de Vida Independente no Brasil, coordenados pelo CVI- Brasil.

Para conhecê-los, visite o site do CVI- Maringá:

<http://www.cvi-maringa.org.br/>

e-mail: sec_cvi@uem.br

Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do Banco do Brasil – APABB

A APABB atende pessoas portadoras de deficiências e suas famílias, com ações de orientação, informação, encaminhamento, acompanhamento e visita domiciliar. Promove atividades que visam a estruturação ou reestruturação da vida familiar, a construção de uma qualidade de vida digna, a inclusão social da família e do portador de deficiência e a conscientização acerca dos direitos do portador de deficiência enquanto cidadão e com direitos especiais.

São atendidos familiares de funcionários do Banco do Brasil e também pessoas da comunidade, sem vínculo com o Banco.

A APABB tem Núcleos nos seguintes Estados: Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

O Núcleo Central está na cidade de São Paulo:

Avenida São João, 32, 11º andar - Centro

CEP 01036-000 São Paulo, SP

Tel.: (11) 3105-4214 / 3106-8714

Fax (11) 3107-7766

E-mail: faleconosco@apabb.com.br

Site: <http://www.apabb.com.br>

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis

A Feneis é uma entidade filantrópica, de cunho civil e sem fins lucrativos, que trabalha para representar as pessoas surdas, tendo caráter educacional, assistencial e sociocultural. Uma das suas principais bandeiras é o reconhecimento da cultura surda perante a sociedade.

São atendidos pela Feneis, além de surdos, familiares, instituições, organizações governamentais e não governamentais, professores, fonoaudiólogos e profissionais da área. Atualmente, possui 136 entidades filiadas, 7 Escritórios Regionais, além da matriz, e uma representação em Teófilo Otoni, MG.

A Unidade Central fica na cidade do Rio de Janeiro:

Rua Major Ávila, 379 - Tijuca

CEP 20511-140 Rio de Janeiro, RJ

Tel. (21) 2567-4800

E-mail: feneis@vento.com.br

Site: <http://www.feneis.com.br/>

Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego

O Grupo Brasil é uma organização não governamental sem fins lucrativos.

Seu objetivo é promover a qualidade de vida e a ampliação de serviços para a pessoa surdocega e para a pessoa com múltipla deficiência sensorial, informando, conscientizando e reconhecendo a surdocegueira como uma deficiência única e a múltipla deficiência sensorial com as suas especificidades, mobilizando e envolvendo órgãos públicos, privados e a sociedade em direção à cooperação com as entidades que abraçam essa causa.

Sua sede está na cidade de São Paulo; a relação das instituições filiadas ao Grupo Brasil está no site.

Sede: Rua Baltazar Lisboa, 212 - Vila Mariana

CEP 04110-060 São Paulo, SP

Tel. (11) 5579-5438

Fax (11) 5579-0032 e 5579-0032

Day Center - Yolanda de Rodriguez
Rua Bartolomeu de Gusmão, 404 - Vila Mariana
CEP 04111-021 São Paulo, SP
Telefax (11) 5549-3119
Tel. (11)5081-4633
E-mail grpbrasil@ssol.com.br
Site: <http://www.grupobrasil.org.br>

Região Norte

ACRE

Rio Branco

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Branco

Rua Major Ladislau Ferreira, 67 -
Conjunto Esperança - Floresta
CEP 69905-250 Rio Branco, AC
Tel. (68) 227-3034
Fax (68) 227-4498
E-mail: apae@contilnet.com.br

Centro de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE

Rua Omar Sabino de Paula, 650 -
Estação Experimental
CEP 69906 400 Rio Branco, AC
Tel. (68) 226-1831

Conselho Tutelar de Rio Branco

Rua Floriano Peixoto, 970 - Centro
CEP 69908-030 Rio Branco, AC
Tel. (68) 223-3849

AMAPÁ

Macapá

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Macapá

Avenida Paraíba, 168 - Pacoval
CEP 68908-280 Macapá, AP
Tel. (96) 222-2563 / 222-4249
E-mail: apaemacapa@uol.com.br

CAPE - Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Rua Almirante Barroso, 2279 – Santa Rita
CEP 68900-475 Macapá, AP
Tel. (96) 212-5267/5143

Conselho Tutelar do Amapá

Avenida Cora de Carvalho, 2791 - Santa Rita
CEP 68900-000 Macapá, AP
Tel. (96) 242-3618 / 223-3350
Fax (96) 242-3619

AMAZONAS

Manaus

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Manaus

Avenida Perimetral, s/nº - Conjunto Castelo Branco - Parque Dez de Novembro
CEP 69055-040 Manaus, AM
Tel. (92) 236-4587 / 642-8501 / 236-2630

Conselho Tutelar do Amazonas

Rua Monsenhor Coutinho, 417
CEP 69010-110 Manaus AM
Tel. (92) 233-6993 / 9631-9739
Para consultar outros Conselhos do Amazonas visite o site
<http://www.mp.am.gov.br>

Biblioteca Pública do Estado do Amazonas – Setor Braille

Rua Barroso, 57 - Centro
CEP 69010-050 Manaus, AM
Tel. (92) 234-0588
Fax (92) 234-0588
Email: setorbrailleamazonas@bol.com.br

Funcionamento: segunda a sexta feira, de 08:00 às 17:00h

Serviço gratuito

Clientela: jovens e adultos

Serviços: Serviço de referência por telefone; assistentes de leitura; leitores / escritores em braille; empréstimo prolongado; isenção de multas de atraso; aumento do tempo de reserva; cartões de autorização para terceiros retirarem os livros em

nome da pessoa com deficiência; acervo
braile, de livros gravados e digitalizados

Comunicação: Sinalização em braile; guia
da biblioteca em braile; folhetos em braile

Acessibilidade virtual: Monitores com 17
ou mais polegadas; ampliadores de tela;
leitor de tela; escaner e editor de texto

O Setor Braile tem como objetivo a
integração total do portador de deficiência
visual. Além de todos os serviços de livros
em braile e falados, a sala didática é
transformada em sala de cinema, onde a
pessoa com deficiência pode escolher o
filme que quer assistir

PARÁ

Belém

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém

Avenida Generalíssimo Deodoro, 413 -
Umarizal
CEP 66050-160 Belém, PA
Tel. (91) 223-8914 / 241-1644 /
223-2246 / 241-2955

Santarém

CAPE - Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Avenida Curuá Una, s/nº - Cohab
Livramento
CEP 68020 650 Santarém, PA
Tel. (93) 524-3000
E-mail: capstm@netsan.com.br

Conselho Tutelar de Belém

Estrada do Maguari, 1174 - Maguari
CEP 66813-150 Belém, PA
Tel. (91) 255-3177 / 9634-6430

RONDÔNIA

Alvorada do Oeste

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alvorada do Oeste

Rua Sargento Maria Nogueira Vaz, 4461
- Centro
CEP 78969-000 Alvorada do Oeste, RO
Tel. (69) 412-2633

Porto Velho

CAP – Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual

Rua Paulo Leal, 357 - Centro
CEP: 78915-010 Porto Velho – RO
Tel. (69) 2242187
Fax (69) 2210661
E-mail: eletromecfrio@enter-net.com.br

Cabixi

Conselho Tutelar Cabixi

Avenida Tamoios, 39/34 - Centro
CEP 78999-000 Cabixi, RO
Telefax: (69) 345-2656

RORAIMA

Boa Vista

CAPE - Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Rua Cecília Brasil, 225 – Centro
CEP 69301-380 Boa Vista, RR
Tel. (95) 6243793
E-mail: capdrr@zipmail.com.br

Conselho Tutelar de Boa Vista

Rua Coronel Pinto, 250 - Centro
CEP 69301-250 Boa Vista, RR
Tel. (95) 624-2788 / 623-2372

TOCANTINS

Araguaia

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araguaia

Rua F, 95 - Setor Rodoviário
CEP 77809-630 Araguaia, TO
Tel. (63) 413-1160
E-mail: apaearn@uol.com.br

Palmas

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

103 Sul Avenida LO1,64 - Centro
CEP 77000 000 Palmas, TO
Tel (63) - 6103/ 218 -6104
Fax(63) 218 -1490
E-mail: cap@seduc.to.gov.br

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmas

ACNO 2 - Conjunto 04 - Lote 25/26 - Centro

CEP 77013-080 Palmas, TO

Tel. (83) 215-4109

Fax (83) 215-8013

E-mail apaepalmas@uol.com.br

Conselho Tutelar da Região Central

154 Sul Alameda 2, lote 5 - Centro

CEP 77021-662 Palmas, TO

Tel. (63) 218-5194

CAP - Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual

Rua Pedro Monteiro, s/nº - Centro

CEP 57000-011 Maceió, AL

Tel. (82) 315-1362 / 326-4983

Rio Largo

Conselho Tutelar de Rio Largo

Rua Doutor Batista Acioly, 143

CEP 57000-100 Rio Largo, AL

Tel.: (82) 261-1470

E-mail: sipiarl@ipdal.com.br

Site: <http://www.abmp.org.br/sites/ctdca/>

Região Nordeste

ALAGOAS

Maceió

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maceió

Rua Dias Cabral, 606 - Centro

CEP 57020 250 Maceió, AL

Tel. (82) 3032-3547

Fax (82) 326-4491

E-mail: apaemaceio@bol.com.br

BAHIA

Salvador

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador

Rua Rio Grande do Sul, 545 - Pituba

CEP 41830-141 Salvador, BA

Tel. (71) 270-8300

E-mail: super@apaesalvador.org.br

Conselho Tutelar 8

Estrada do Coqueiro Grande - Fazenda Grande 2 - Cajazeiras
CEP 41340-200 Salvador, BA
Tel. (71) 219-4586

Nazaré

CAPE - Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Rua da Castanheda, 37 - Mouraria
CEP 040040-050 Nazaré, BA
Tel. (71) 322-4129 / 4133
E-mail: capp@cpunet.com.br

CEARÁ

Juazeiro do Norte

Federação das APAES do Estado do Ceará

Rua Santana Soares, 596 - Lagoa Seca
CEP 63040-200 Juazeiro do Norte, CE
Tel. (88) 571-5472 / 571-1387
E-mail: federacao-ce@ig.com.br; federacaoapae-ce@bol.com.br

Maranguape

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maranguape

Rua Coronel Antonio Botelho, 254 - Centro
CEP 61940-000 Maranguape, CE

Fortaleza

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Avenida Rogaciano Leite, 2001 – Santa Luzia do Côco
CEP 60810-000 Fortaleza, CE
Tel. (85) 273-1357 / 273-0433 / 273-1441 / 273-2181
E-mail: apaefortaleza@ig.com.br

Federação das APAES do Estado do Ceará

Avenida Rogaciano Leite, 2001 – Santa Luzia do Côco
CEP 60.810-000 Fortaleza, CE

Conselho Tutelar de Fortaleza

Avenida F, Primeira Etapa - Conjunto
Ceará
CEP 60533-640 Fortaleza, CE
Tel.: (85) 452-2482 / 0800-855-400
Site: http://www.rionet.com.br/~freedom/inst/inst_ce.htm

MARANHÃO

Macabal

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Macabal

Avenida São Francisco, 42 -
Cohabinhas
CEP 65700-000 Macabal, MA
Tel. (99) 621-0277

São Luis

CAPE - Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Avenida Roberto Simonsen, 100 - Sta.
Cruz
CEP 65046-390 São Luís, MA
Tel (98)2537231
E-mail capma1@hotmail.com

Imperatriz

Conselho Tutelar

Rua Godofredo Viana, 50 - Centro
CEP 65900-000 Imperatriz, MA
Tel. (99) 524-9826

PARAÍBA

João Pessoa

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de João Pessoa

Rua Projetada, quadra 332 -
Loteamento Itubiara - Bancários
CEP 58052-000 João Pessoa, PB
Tel.: (83) 2352080
E-mail: contato@apaejp.org.br

CAPE - Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Rua Doutor.Orestes Lisboa S/Nº -
Conjunto Pedro Gondim
CEP: 58031-090 João Pessoa - PB
Tel: (83) 244-0707, ramal. 231; Direto.:
(83) 224-0058
Fax (83) 224-1525
E-mail: cap.pb@ig.com.br

Conselho Tutelar de João Pessoa

Avenida Goiás, 360 - Estados
CEP 58031-310 João Pessoa, PB
Tel. (83) 214-7931

PERNAMBUCO

Recife

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Recife

Rua Cônego Barata, 195 - Tamarineira
CEP 52051-020 Recife, PE
Tel. (81) 3267-9586

CAPE - Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Rua Guilherme Pinto, 146 - Graças
CEP 52011-210 Recife, PE
Tel (81) 3223 4458
Fax(81) 3231 0936
E-mail: cape@fisepe.pe.gov.br

Conselho Tutelar de Recife

Rua João Fernandes Vieira, 405 - Boa Vista

CEP 50050-200 Recife, PE
Tel. (81) 3421-3380 / 9964-4088

Para endereços de Conselhos Tutelares e outros serviços de proteção à criança e ao adolescente em Pernambuco, consulte o site <http://elogica.br.inter.net/lumigun/acervo.htm>

PIAUI

Teresina

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teresina

Rua Desembargador José Messias,
1158 - Piçarra
CEP 64014-300 Teresina, PI
Tel. (86) 221-9690 / 221-0591
E-mail: apaepi@terra.com.br

CAPE - Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Unidade Escolar Domingos Jorge Velho
Avenida Miguel Rosa, 3400 – Centro-Sul
CEP 64001 -490 Teresina, PI
Tel. (86) 216.3276/226.3033
E-mail:cap.teresina@ig.com.br

Conselho de Teresina

Rua Primeiro de Maio, 109 - Centro Norte
CEP 64000-430 Teresina, PI
Tel. (86) 9982-6875 / 215-9313
E-mail: francisco_joseh@hotmail.com

RIO GRANDE DO NORTE

Natal

Federação das APAEs do Rio Grande do Norte

Avenida Alexandrino de Alencar, 411, 1º andar – sala 203
CEP 59035-350 Natal, RN
Telefax (84) 211-8008
E-mail: apae-m@ig.com.br

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Natal

Rua dos Potiguares, 58 - Dix-Sept Rosado
CEP 59054-280 Natal, RN
Tel. (84) 234-3771 / 206-5671
E-mail: apae@digi.com.br ou apaenatal@bol.com.br

CAPE - Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Centro Administrativo RN
Centro Estadual de Educação Especial - Lagoa Nova
CEP 59059-900 Natal, RN
Tel. (84) 232-1450
E-mail: caprn@rn.gov.br

Conselho Tutelar de Natal

Rua Gonçalves Ledo, 855 - Centro
CEP 59025-330 Natal, RN
Tel. (84) 221-5896

Para saber a relação das APAEs do Rio Grande do Norte, visite o site:
http://www.apaebrasil.org.br/arquivos/web/ista_apaes_rn.doc

SERGIPE

Aracaju

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracaju

Rua Curitiba, 379 - Industrial
CEP 49065-250 Aracaju, SE
Tel. (79) 215-5959
E-mail: apae@infonet.com.br

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Rua Vila Cristina, 194 - São José
CEP 49015-000 Aracaju, SE
Tel.: (79) 3179-1886
E-mail: capsergipe@bol.com.br;
caparacaju@ig.com.br

Conselho Tutelar do 4º Distrito

Praça Princesa Isabel, 120 - Santo Antonio
CEP 49060-560 Aracaju, SE
Tel. 0800-791400 / 3179-3471
E-mail: constutelar4distrito@bol.com.br

Veja mais informações sobre os direitos da criança e do adolescente no site <http://www.aracaju.se.gov.br/crianca/conselho.asp>

**Região Centro Oeste
GOIÁS**

Anápolis

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anápolis

Avenida do Contorno, 1390 - Centro
CEP 75020-010 Anápolis, GO
Tel. (62) 3098-2525
E-mail: apae@apaeaps.org.br

Goiânia

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Avenida Anhanguera, 5110 - Edifício Moacir Teles - 4º andar - Centro
CEP 74000-000 Goiânia, GO
Tel. (62) 225 -3770/201-7421/201-7425
Fax: (62) 225-3770
E-mail: cap-dv-go@uol.com.br

DISTRITO FEDERAL

Brasília

Federação Nacional das APAEs

SDS Edifício Venâncio IV - Cobertura
Asa Sul

CEP 70393-900 Brasília, DF

Tel. (61) 224-9922

Fax (61) 223-5899

E-mail: finapaes@apaebrazil.org.br

Site: <http://www.apaebrazil.org.br/>

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Avenida L2 Sul - Quadra 612- módulo D
– Bairro: L2 Sul

CEP 70200-720 Brasília, DF

Tel.: (61) 345 3027

Telefax: (61) 345-7963

E-mail: cap-df@ig.com.br ou

cap-df@bol.com.br

Ceilândia

Conselho Tutelar de Ceilândia

QNM 13, Área Especial A/E
Centro Cultural, módulo B, sala 03

CEP 72.225-130 Ceilândia, DF

Tel. (61) 372-4011 / 371-8733

Fax (61) 373-0295

Para saber os endereços dos Conselhos Tutelares do entorno do DF, visite o site:
http://www.netpsi.com.br/noticias/200704_eca.htm

Conselho Tutelar da Região Oeste de Goiânia

Rua U59, esquina com U47 - Setor Vila União

CEP 74343-440 Goiânia, GO

Telefax (62) 524-1765 / 278-6278

MATO GROSSO

Cuiabá

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cuiabá

Rua Major Gama, 600 - Porto

CEP 78020-720 Cuiabá, MT

Tel. (65) 322 8853

E-mail: apaecuiaba@terra.com.br

Site: <http://www.apae.bol.com.br>

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Travessa Coronel Costa Marques, 48 -
Goiabeiras
CEP 78020-200 Cuiabá, MT
Tel. (65) 322-5514/6248579
E-mail: capmt@terra.com.br

Conselho Tutelar do Centro

Rua Comandante Costa, 1655 - Porto
CEP 78020-400 Cuiabá, MT
Tel. (65) 624-5320 / 624-1360

MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Grande

Avenida Joana D' Arc, 1450 - Santa
Branca
CEP 79070-901 Campo Grande, MS
Tel. (67) 317-4891

Para saber os endereços das APAEs de
Mato Grosso do Sul, visite o site:
http://www.rionet.com.br/~freedom/inst/inst_ms.htm

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Rua José Antonio, 1968 - 1º andar
CEP 79010-190 Campo Grande, MS
Tel. (67) 383-4839
E-mail: sec248@sgi.ms.gov.br

Conselho Tutelar de Campo Grande

Rua Marechal Cândido Mariano
Rondon, 2142 - Centro
CEP 79002-201 Campo Grande, MS
Tel. (67) 321-3126 / 314-3752

Região Sudeste

ESPÍRITO SANTO

Vitória

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitória

Rua Aluysio Simões, 185 - Bento
Ferreira
CEP 29050-010 Vitória, ES
Tel. (27) 3225-6522
E-mail: apae.vix@terra.com.br

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Avenida. Leitão da Silva s/nº - Praia do Suá

CEP: 29052-111 Vitória, ES

Tel.: (27)3137-3589/ 3227- 6942 ramal 38

Fax: (27) 33455172

E-mail: cap.es@ibest.com.br

Conselho Tutelar de Vitória

Avenida Getúlio Vargas, s/nº - Centro

CEP 29010-350 Vitória, ES

Telefax (27) 3132-7058

MINAS GERAIS

Belo Horizonte

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belo Horizonte – APAE

Rua Cristal, 78 - Santa Teresa

CEP 31010-110 Belo Horizonte, MG

Tel. (31) 3482-7676 / 3482-7776

Conselho Tutelar de Belo Horizonte

Avenida Otacílio Negrão de Lima, 2220 - São Luís

CEP 31365-450 Belo Horizonte, MG

Tel. (31) 3441-0058 / 3491-6266

E-mail: crianca@pbh.gov.br

Uberaba

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Escola Estadual Anexa ao Instituto de Cegos do Brasil Central

Rua Marquês do Paraná, 351 - Estados Unidos

CEP 38015-170 Uberaba, MG

Tel. (34) 3333-0044 / 3321-5546/

3321-6606

Telefax: (34) 3321-4888

E-mail: capmg@terra.com.br ou

icbc.ura@terra.com.br

Uberlândia

Biblioteca Pública Municipal “Juscelino Kubitschek de Oliveira”

Praça Cícero Macedo, s/n °

CEP 38400-216 Uberlândia, MG

Tel. (34) 3236-9625 / 3234-1600

Site: <http://www.uberlandia.mg.gov.br>

E-mail: bibliotecamunicipal@uberlandia.mh.gov.br

Funcionamento: De segunda a sexta feira, de 08:00 às 19:00h

Serviço gratuito

Clientela: sem limite de idade

Serviços: referência presencial; assistentes de leitura; leitores / escritores em braile; empréstimo domiciliar e prolongado; isenção de multas de atraso; acervo braile; acervo de livros gravados

Acessibilidade virtual: leitor de tela (Dosvox e Virtual Vision); escaner e editor de texto

RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Rio de Janeiro

Rua Prefeito Olímpio de Mello, 1540 - Benfica

CEP 20930-005 Rio de Janeiro, RJ

Tel. (21) 3860-0088 / 2580-0539

E-mail: socios@apaerio.org.br

Conselho Tutelar do Centro

Rua do Acre, 42 - Praça Mauá - Centro

CEP 20081-100 Rio de Janeiro, RJ

Telefax (21) 2223-0117 / 9719-3705

São Gonçalo

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Rua da Feira, s/no - Neves

CEP 24.521-970 São Gonçalo, RJ

Telefax (21) 3703-5322

E-mail: cap-rj@ig.com.br

Site: <http://intervox.nce.ufrj.br/~cap-rj/estrut.htm>

SÃO PAULO

São Paulo

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo

Rua Loefgren, 2109 - Vila Clementino
CEP 04040-900 São Paulo, SP
Tel. (11) 5080-7000
E-mail: diretoria@apaesp.org.br

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Fornece orientação para todo tipo de deficiência -
Rua Pensilvânia, 115 - Brooklin
CEP 04564-000 São Paulo, SP
Tel. (11) 5091-3700
E-mail: cape@see.sp.gov.br
Site: <http://www.educacao.sp.gov.br>

Biblioteca Campus SENAC

SENAC Serviço Nacional de
Aprendizagem Comercial
Avenida Eng. Eusébio Stevaux, 823 -
Santo Amaro
CEP 04696-000 São Paulo, SP
Tel. (11) 5682-7450 / 7454 / 7461

Fax. (11) 5682-7450

E-mail: bibliotecacampussenac@sp.senac.br

Site: <http://www.sp.senac.br>

Funcionamento: segunda a sexta feira, de 10:00 às 18:00h; Sábado, de 8:00 às 13:00h

Serviço gratuito

Clientela: Deficiência visual, visão subnormal e deficiência múltipla (sem limite de idade)

Atividades: Convívio social, arte e cultura

Serviços: Acervo de livros em braile e de livros falados em fitas cassetes

Equipamentos: Computadores conectados à Internet, impressora braile, mount-batten brailler (versão moderna da máquina de escrever Perkins); escaner; softwares: Jaws; openBook; magic monty

Todos esses recursos estão à disposição, gratuitamente, para as pessoas com deficiência visual total ou parcial e também para qualquer pessoa não portadora dessa deficiência que deseje aprender. Não é necessário saber informática ou ler em braile, há monitores no local que ajudarão no treinamento.

Biblioteca Pedagógica Profª. Alaíde Bueno Rodrigues

Rua Diogo de Faria, 1247, sala 115 - Vila Mariana

CEP 04037-150 São Paulo, SP

Tel. (11) 5080-5053

Fax (11) 5080-5054

E-mail: smebiblioteca@prefeitura.sp.gov.br

Site: <http://www.prefeitura.sp.gov.br>

Acervo de acesso fechado.

Funcionamento: segunda a sexta feira, de 8:00 às 18:00h

Serviço gratuito

Clientela: Professores da Rede Municipal de Ensino e público em geral

Serviços: serviço de referência presencialmente e por telefone; acesso à Internet

Adaptação física: banheiros próximos das áreas de circulação

A Biblioteca é especializada em Educação. Não há um serviço exclusivo para usuários com deficiência. No entanto, o atendimento é individualizado e procura-se facilitar a pesquisa para todos.

Biblioteca Braille do Centro Cultural São Paulo

Rua Vergueiro, 1000 - Paraíso

CEP 01504-000 São Paulo, SP

Tel. (11) 3277-3611 r. 246

Fax (11) 3277-3611 r. 201

E-mail:

biblioteca.braille@prefeitura.sp.gov.br

Funcionamento: terça a sexta feira, de 10:00 às 18:00h; sábados, de 10:00 às 17:00h

Serviço gratuito

Clientela: sem limite de idade

Serviços: empréstimo domiciliar à pessoa com deficiência; empréstimo prolongado (30 dias para não didáticos e período letivo para didáticos); acervo em braille e livros gravados; acesso à Internet

Adaptação física: Banheiro acessível para usuários de cadeira de rodas

Acessibilidade virtual: ampliador de tela (Voyager); leitores de tela (Dosvox e Virtual Vision); escaner e editor de texto

Diadema

Biblioteca Interativa de Vila Nogueira

Rua Marcos de Azevedo, 240 - Vila Nogueira

CEP 09942-230 Diadema, SP

Tel.: (11) 4071.9300/4072.7057

Fax (11) 4077.2566

E-mail: biblioteca@diadema.sp.gov.br

Site: www.diadema.sp.gov.br

Funcionamento: terça-feira a sábado, de 9:00 às 18:00 h

Serviço gratuito

Clientela: deficiência mental, física, auditiva, visual e múltipla (sem limite de idade)

Atividades: Convívio social, hora do conto, arte e cultura, exposições, palestras e orientação ao uso da informação

Serviços: leitores; intérprete de língua de sinais; monitores para pegar o material no acervo; serviço de referência presencialmente e por telefone; gravação de livros falados; transcrição braile; cartões de autorização para terceiros tirarem livros em nome da pessoa com deficiência; empréstimo domiciliar e prolongado, com isenção

de multas por atraso; acervo em braile; fitas de vídeo

Adaptação física: livros mais pesados nas prateleiras de baixo; corredores com largura de 1,20 m no mínimo; corredores com textura e cor diferenciadas e com superfície antiderrapante; balcões de atendimento na altura de cadeiras de rodas; banheiros adaptados

Equipamentos: reglete; máquina datilográfica braile; caixas de som no computador; impressoras braile; escaner

Comunicação: sinalização em braile; folhetos em braile

Acessibilidade virtual: ampliadores de tela – CCTV; leitores de tela (Virtual Vision e Dosvox)

Guarulhos

Biblioteca Monteiro Lobato

Rua João Gonçalves, 401 - Centro

CEP 07010-010 Guarulhos, SP

Tel. (11) 6408-3767

Fax (11) 6408-6926

E-mail: juanamariarey@yahoo.com.br

Site: www.guarulhos.sp.gov.br

Funcionamento: de segunda a sexta feira, de 09:00 às 17:00h; sábado, de 09:00 às 14:00h

Serviço gratuito

Clientela: sem limite de idade

Serviços: referência presencial e por telefone; leitores e escritores em braile; empréstimo domiciliar e prolongado; isenção de multas de atraso; cartões de autorização para terceiros retirarem os livros em nome do deficiente; acervo em braile e livros gravados; cabine para gravação de livros falados e equipe de voluntários leitores; curso para copistas braile

Acessibilidade física: livros mais pesados nas prateleiras de baixo; corredores com largura mínima de 1,20m; monitores para buscar livros no acervo; corredores com superfície regular; saguão sem barreiras; elevador; espaço reservado para cadeira de rodas e rampas nos auditórios; banheiro adaptado

Comunicação: sinalização em braile; guia da biblioteca em braile

Região Sul

PARANÁ

Curitiba

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba

Rua Alferes Ângelo Sampaio, 1597 - Batel

CEP 80420-160 Curitiba, PR

Tel. (41) 322-9339

Fax (41) 322-9339

E-mail: apae@milenio.com.br

Site: <http://www.apaepr.org.br>

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Rua Marcelino Champagnat, 505 - Mercês

CEP 82630-900 Curitiba, PR

Tel. (41) 331-7869 / 339-2621

Site: <http://www.pr.gov.br/cap/apresentacao.html>

Atende pessoas com dificuldades de aprendizagem

Conselho Tutelar de Curitiba

Rua da Cidadania do Carmo, loja 20 -
Boqueirão

CEP 81650-010 Curitiba, PR

Tel. (41) 276-6823 / 276-0252 / 276-
6016 ramal 240

E-mail: ctboqueirao@zipmail.com.br

Biblioteca Pública do Paraná

Rua Cândido Lopes, 133

CEP 80020-901 Curitiba, PR

Tel. (41) 221-4900 / 4984 / 4985

Fax. (41) 225-6883

E-mail: braille@pr.gov.br

Site: <http://www.pr.gov.br/bpp>

Funcionamento: segunda a sexta feira, de
08:30 às 19:00h; sábado, de 08:30 às
12:30h

Serviço gratuito

Clientela: sem limite de idade

Serviços: assistentes de leitura; leitores /
escritores em braille; empréstimo domiciliar;
acervo em braille, de livros gravados e de
livros digitalizados

Adaptação física: Banheiros adaptados

Comunicação: sinalização em braille; guia
da biblioteca em braille; folhetos em braille

Acessibilidade virtual: monitores com 17
ou mais polegadas; ampliadores de tela;
leitor de tela; escaner e editor de texto

Outras atividades: Coordenação da
REDECEE – Rede de Bibliotecas para
Pessoas Cegas e com Visão Reduzida. A
Rede foi criada por esta biblioteca visando
estimular a criação de seções braille nas
bibliotecas públicas do Estado do Paraná.
O objetivo é intercambiar informações e
empréstimo do acervo; aproximadamente
50 municípios já fazem parte

Confecção de livros infantis com
ilustrações em relevo

Palestras para alunos e professores que
visitam a biblioteca, sobre a cegueira e
como agir quando encontrar uma pessoa
com deficiência visual, com conteúdo de
acordo com a faixa etária dos alunos

Realização de encontros mensais no
auditório, com sorteio de brindes e lanche
comunitário, abordando assuntos da
atualidade. Os convites são impressos em
tinta e em braille.

Maringá

CAPE Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Avenida. Carneiro Leão, 93 - Centro
CEP: 87014-010 Maringá - PR
Tel: (44) 225 9696
Fax: (44) 262 2205
e-mail: cap_maringa@pr.gov.br

RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre

Rua General Câmara, 406, sala 104 - Centro
CEP 90010-230 Porto Alegre, RS
Tel. (51) 3225-8217 / 3225-9934
E-mail: apae.poa@terra.com.br

Conselho Tutelar de Porto Alegre

Rua Demétrio Ribeiro, 581
CEP 90010-310 Porto Alegre, RS
Tel. (51) 3226-5788 / 3221-7006

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Rua Coronel André Belo, 577 - Menino Deus
CEP 90110-020 Porto Alegre, RS
Telefax. (51) 3211-2969
E-mail: cap_rgs@yahoo.com.br

SANTA CATARINA

Florianópolis

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis

Rodovia Admar Gonzaga, 2937 - Itacorubi
CEP 88034-002 Florianópolis, SC
Tel. (48) 334-3256
Fax (48) 334-5333
E-mail: apaefpol@bol.com.br

Para obter endereços de outras APAES de Santa Catarina, veja em:
<http://www.apaesantacatarina.org.br/?mod=listaapaes>

Conselho Tutelar de Florianópolis

Rua Marechal Câmara, 127 - Estreito
CEP 88070-240 Florianópolis, SC
Tel. (48) 244-5691 / 248-4143
E-mail: ctfioripacont@bol.com.br

Blumenau

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Rua Olavo Bilac, 158 - Velha
CEP 890367-720 Blumenau, SC
Tel. (47) 328-2089

São José

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Rua Paulino Pedro Hermes, 2785 -
Nossa Senhora do Rosário
CEP 88108-500 São José, SC
Tel: (48) 381-1600
Fax: (48) 246-1316
e-mail: fcee01@email.sc.gov.br

Joinville

Biblioteca Pública de Joinville
Rua Comandante Eugênio Lepper, s/nº

- Centro

CEP 89201-150 Joinville, SC

Tel. (47) 422-7000

E-mail: braille@bibliotecajoinville.sc.gov.br

Site: www.bibliotecajoinville.sc.gov.br

Funcionamento: segunda a sexta-feira, de 7:00 as 19:00h; sábado, de 9:00 às 13:00h

Pagamento: apenas para fazer a carteirinha de sócio, no valor de R\$5,00 (cinco reais) por ano

Clientela: sem limite de idade, mas exclusivamente para pessoas com deficiência visual

Serviços: leitores; gravação de livros falados; acesso à Internet; monitores para pegar o material no acervo; material em braille; livros gravados; livros digitalizados; fitas de vídeo

Atividades de convívio social e cultural: hora do conto; arte e cultura; exposições

Adaptação física: banheiros adaptados

Equipamentos: reglete; máquina datilográfica braille

Comunicação: sinalização em braille; folhetos em braille

Acessibilidade Virtual: caixas de som no computador; softwares; leitores de tela

Locais que desenvolvem Tecnologias Assistivas

Aqui estão endereços selecionados de instituições e projetos que desenvolvem tecnologias assistivas para a inclusão nas escolas e na sociedade.

RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro

CAEC – Centro de Apoio Educacional ao Cego

O CAEC é um dos serviços prestados pelo NCE - Núcleo de Computação Eletrônica, ligado à UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Seu objetivo é fornecer apoio a estudantes deficientes visuais e seus professores, através do uso de computadores. O CAEC também dá suporte aos usuários de outros sistemas voltados para a acessibilidade dos deficientes visuais.

- Suporte ao uso do sistema de computação DOSVOX;
- Suporte aos técnicos envolvidos com instalação de equipamentos para deficientes visuais;
- Atendimento gratuito a alunos deficientes visuais e seus professores de qualquer instituição;
- Apoio à transcrição de texto em tinta para disquete para uso por deficientes visuais;
- Apoio ao acesso de deficientes visuais à Internet.

CAEC

Prédio do CCMN - Centro de Ciências da Matemática e da Natureza
Bloco C - Cidade Universitária Ilha do Fundão
CEP 23001-970 Rio de Janeiro, RJ
Tel. (21) 2598-3198
E-mail: sandro@intervox.nce.ufrj.br

SÃO PAULO

São Paulo

Laboratório de Estudos em Reabilitação e Tecnologia Assistiva – REATA

É ligado ao curso de Terapia Ocupacional / Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional / Faculdade de Medicina / USP

Serviços: O Laboratório estuda a utilização destes equipamentos, com ênfase no uso escolar, além de outras áreas da atividade humana.

Rua Cipotânea, 54 - Cidade Universitária
CEP 05508-900 São Paulo, SP
Tel. (11) 3091-7454/7456

Laboratório de Ensino e Material Didático – LEMADI

É ligado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP

Serviços: produção de mapas táteis e capacitação de professores

Av. Professor Lineu Prestes, 338 - Cidade Universitária

CEP 05508-900 São Paulo, SP

Tel. (11) 3091-3737

Fax (11) 3091-3737

E-mail: lemadidg@edu.usp.br

Site: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/lemadi/index.htm>

CAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado

Rua Pensilvânia, 115 - Brooklin

CEP 04564-000 São Paulo, SP

Tel. (11) 5091-3700

E-mail: cape@see.sp.gov.br

Site: <http://www.educacao.sp.gov.br>

MEC – SEESP (Secretaria de Educação Especial)

O Portal de Ajudas Técnicas tem por finalidade apoiar a escola e contribuir com o profissional de educação, no sentido de encontrar soluções para minimizar limitações funcionais, motora e sensoriais do aluno com deficiência física, no que se refere a recursos pedagógicos adaptados a situações educacionais.

Apresenta algumas dicas sobre como elaborar adaptações e um banco de idéias, com a foto dos recursos, destinados a educação infantil, estimulação ao raciocínio lógico e matemático, leitura e escrita.

Este material pode ser consultado através do link <http://www.mec.gov.br/seesp/ftp/seesp.pdf>

Livros e teses

Livros

CARVALHO, ROSITA EDLER. ***A nova LDB e a Educação Especial - 3a edição***
Rio de Janeiro : WVA, 1997

CARVALHO, ROSITA EDLER. ***Uma Promessa de Futuro: Aprendizagem para todos e por toda a vida.*** Porto Alegre : RS Editora Mediação, 2002

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.) ***A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.*** São Paulo: Memnon, 1997.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. ***Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.*** São Paulo : Cortez, 1996.

Ministério da Educação; SEESP (Secretaria de Educação Especial) – ***Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.*** Brasília : SEESP, 2001.

Ministério da Educação – ***Salto para o Futuro : Educação Especial : tendências atuais*** / Secretaria de Educação a Distância. Brasília : Ministério da Educação, SEED, 1999.

Ministério da Educação - ***ProInfo : Informática e formação de professores*** / Secretaria de Educação a Distância. Brasília : Seed, 2000.

Ministério da Educação – ***ProInfo : Projetos e ambientes inovadores*** / Secretaria de Educação a Distância. Brasília : Seed, 2000.

Patto, M.H.S. ***A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.*** São Paulo: T A Queiroz, 1990.

Regen, Mina . ***Uma Creche em Busca da Inclusão.*** São Paulo : Memnon edições científicas Ltda., 1998.

Sassaki, Romeu Kazumi. ***Inclusão: construindo uma sociedade para todos***. Rio de Janeiro : WVA, 1997.

Werneck, Cláudia. ***Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva***. Rio de Janeiro : WVA, 1997.

Teses

Escolhemos estas teses, sobre Educação Inclusiva, dentre as muitas existentes, porque você pode consultá-las pela Internet.

Nenhum de nós é tão esperto como todos nós: construindo histórias de sucesso na inclusão de crianças com deficiência na creche.

Tese de doutorado de Celina Camargo Bartalotti
São Paulo, SP. PUC-SP 2004.
Disponível em: <http://biblio.pucsp.br/>
Biblioteca da PUC-SP

Da integração desejável à possível do portador de deficiência mental na classe comum da rede de ensino do estado de São Paulo

Tese de doutorado de Magali Bussab Picchi
São Paulo, SP. USP 1999.
Disponível em: Biblioteca: <http://www.fe.usp.br/biblioteca/>

Experiências de Pais de Múltiplos Deficientes Sensoriais – surdocegos: do Diagnóstico à Educação Especial

Tese de mestrado: Susana Maria Mana de Araújo
São Bernardo do Campo, SP. UMESP. 1999.
Disponível em: <http://biblioteca.metodista.br/>

Anexos

Legislação Brasileira

Constituição Federal – República Federativa do Brasil 1988

Capítulo III

Da Educação, da Cultura e do Desporto

Art. 208. III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino

Lei de Diretrizes e Bases

Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo V

Da Educação Especial

Art. 58. Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidade especiais.

§1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial.

§2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3ª . A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art.60 –Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação de atendimento dos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente de apoio das instituições previstas neste artigo.

Documentos internacionais

A Declaração de Salamanca

Sobre princípios, política e prática em educação especial

Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas “Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações inter- governamentais naquela Conferência Mundial.

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

2. Acreditamos e Proclamamos que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,

- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

3. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

- atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
- desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
- estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.

- encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.
- invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.
- garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

Fatores relativos à escola

24. o desenvolvimento de escolas inclusivas que ofereçam serviços a uma grande variedade de alunos em ambas as áreas rurais e urbanas requer a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão financeira adequada - um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas - um programa extensivo de orientação e treinamento profissional - e a provisão de serviços de apoio necessários. Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extra-curriculares.

31. Tecnologia apropriada e viável deveria ser usada quando necessário para aprimorar a taxa de sucesso no currículo da escola e para ajudar na comunicação, mobilidade e aprendizagem. Auxílios técnicos podem ser oferecidos de modo mais econômico e efetivo se eles forem providos a partir de uma associação central em cada localidade, aonde haja know-how que possibilite a conjugação de necessidades individuais e assegure a manutenção.

32. Capacitação deveria ser originada e pesquisa deveria ser levada a cabo em níveis nacional e regional no sentido de desenvolver sistemas tecnológicos de apoio apropriados

à educação especial. Estados que tenham ratificado o Acordo de Florença deveriam ser encorajados a usar tal instrumento no sentido de facilitar a livre circulação de materiais e equipamentos às necessidades das pessoas com deficiências. Da mesma forma, Estados que ainda não tenham aderido ao Acordo ficam convidados a assim fazê-lo para que se facilite a livre circulação de serviços e bens de natureza educacional e cultural.

Declaração da Guatemala

Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência - 1999

OS ESTADOS PARTES NESTA CONVENÇÃO,

REAFIRMANDO que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano;

CONSIDERANDO que a Carta da Organização dos Estados Americanos, em seu artigo 3, j, estabelece como princípio que “a justiça e a segurança sociais são bases de uma paz duradoura”;

PREOCUPADOS com a discriminação de que são objeto as pessoas em razão de suas deficiências;

TENDO PRESENTE o Convênio sobre a Readaptação Profissional e o Emprego de Pessoas Inválidas da Organização Internacional do Trabalho (Convênio 159); a Declaração dos Direitos do Retardado Mental (AG.26/2856, de 20 de dezembro de 1971); a Declaração das Nações Unidas dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Resolução N° 3447, de 9 de dezembro de 1975); o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência, aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas (Resolução 37/52, de 3 de dezembro de 1982); o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, “Protocolo de San Salvador” (1988); os

Princípios para a Proteção dos Doentes Mentais e para a Melhoria do Atendimento de Saúde Mental (AG.46/119, de 17 de dezembro de 1991); a Declaração de Caracas da Organização Pan-Americana da Saúde; a resolução sobre a situação das pessoas portadoras de deficiência no Continente Americano [AG/RÉS. 1249 (XXIII-0/93)]; as Normas Uniformes sobre Igualdade de Oportunidades para as Pessoas Portadoras de Deficiência (AG.48/96, de 20 de dezembro de 1993); a Declaração de Manágua, de 20 de dezembro de 1993; a Declaração de Viena e Programa de Ação aprovados pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, das Nações Unidas (157/93); a resolução sobre a situação das pessoas portadoras de deficiência no Hemisfério Americano [AG/RÉS. 1356 (XXV-0/95)] e o Compromisso do Panamá com as Pessoas Portadoras de Deficiência no Continente Americano [AG/RÉS. 1369 (XXVI-0/96)]; e

COMPROMETIDOS a eliminar a discriminação, em todas suas formas e manifestações, contra as pessoas portadoras de deficiência,

CONVIERAM no seguinte:

ARTIGO I

Para os efeitos desta Convenção, entende-se por:

1. Deficiência

O termo “deficiência” significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

2. Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência

a) O termo “discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência” significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou

passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

b) Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constituirá discriminação.

ARTIGO II

Esta Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade.

ARTIGO III

Para alcançar os objetivos desta Convenção, os Estados Partes comprometem-se a:

I. Tomar as medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade, entre as quais as medidas abaixo enumeradas, que não devem ser consideradas exclusivas:

- medidas das autoridades governamentais e/ou entidades privadas para eliminar progressivamente a discriminação e promover a integração na prestação ou fornecimento de bens, serviços, instalações, programas e atividades, tais como o emprego, o transporte, as comunicações, a habitação, o lazer, a educação, o esporte, o acesso à justiça e aos serviços policiais e as atividades políticas e de administração;

- medidas para que os edifícios, os veículos e as instalações que venham a ser construídos ou fabricados em seus respectivos territórios facilitem o transporte, a comunicação e o acesso das pessoas portadoras de deficiência;
- medidas para eliminar, na medida do possível, os obstáculos arquitetônicos, de transporte e comunicações que existam, com a finalidade de facilitar o acesso e uso por parte das pessoas portadoras de deficiência; e
- medidas para assegurar que as pessoas encarregadas de aplicar esta Convenção e a legislação interna sobre esta matéria estejam capacitadas a fazê-lo.

2. Trabalhar prioritariamente nas seguintes áreas:

- prevenção de todas as formas de deficiência preveníveis;
- detecção e intervenção precoce, tratamento, reabilitação, educação, formação ocupacional e prestação de serviços completos para garantir o melhor nível de independência e qualidade de vida para as pessoas portadoras de deficiência; e
- sensibilização da população, por meio de campanhas de educação, destinadas a eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais, permitindo desta forma o respeito e a convivência com as pessoas portadoras de deficiência.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos

Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem

Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos satisfação das necessidades básicas de aprendizagem

Jomtien, Tailândia

5 a 9 de março de 1990

Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem

Educação para todos: Objetivos

ARTIGO 1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem

Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.

A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver sua herança cultural, lingüística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente.

Outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação, é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. É nesses valores que os indivíduos e a sociedade encontram sua identidade e sua dignidade.

A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acre	126
Alagoas	129
Alvorada do Oeste	128
Amapá	126
Amazonas	126
Anápolis	135
APAE	23, 118, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133 134, 135, 136, 137, 138 139, 140, 143, 145
Aracaju	134
Araguaia	129
Associação Brasileira de Tecnologia Educacional	117
APABB	124
Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do Banco do Brasil	124

B

Bahia	130
Belém	128
Belo Horizonte	138
Bibliotecas	114, 115, 119, 127, 139 140, 141, 142, 144, 146

Biblioteca Braille do Centro Cultural São Paulo	141
Biblioteca Campus SENAC	140
Biblioteca Interativa de Vila Nogueira	142
Biblioteca Monteiro Lobato	142
Biblioteca Nacional	115
Biblioteca Pedagógica Profª. Alaíde Bueno Rodrigues	141
Biblioteca Pública de Joinville	146
Biblioteca Pública do Estado do Amazonas	127
Biblioteca Pública do Paraná	144
Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro	114
Blumenau	146
Boa Vista	129
Brasília	136

C

Cabixi	129
Campo Grande	137
Ceará	131
Ceilândia	136
Centro de Apoio Educativo ao Cego	147
Centro de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE	118, 121, 126 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134

	135, 136, 137, 138, 139, 140
	143, 145, 146, 149
Centro de Reabilitação e Prevenção de Deficiências	.116
CRPD	.116
Centro de Terapia Ocupacional	.116
Centro de Vida Independente – CVI Brasil	.123
CONADE	.120
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	.120
Conselho de Teresina	.134
Conselhos Tutelares	.118, 126, 127
	128, 129, 130, 131
	132, 133, 134, 135, 136
	137, 138, 139, 144, 145, 146
Constituição Federal	.152
Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	.119
CORDE	.119
Cuiabá	.136
Curitiba	.143

D

Declaração da Guatemala	.157
Declaração Mundial sobre Educação para Todos	.160

Declaração de Salamanca	.154
Diadema	.142
Distrito Federal	.136

E

Eduk - Comunidade de professores	.117
Edutecnet – Rede de Educação e Tecnologia	.117
Entre Amigos	.116
Espírito Santo	.137

F

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos	.124
Feneis	.124
Florianópolis	.145
Fortaleza	.131
Fundação Dorina Nowill Para Cegos	.122
Fundação Telefônica	.2

G

Goiânia	.135
Goiás	.135
Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego	.125
Guarulhos	.142

I

Imperatriz	132
Instituto Benjamin Constant	122

J

João Pessoa	132
Joinville	146
Juazeiro do Norte	131

L

Laboratório de Ensino e Material Didático	148
Laboratório de Estudos em Reabilitação e Tecnologia Assistiva	148
Legislação Brasileira	152
Lei de Diretrizes e Bases	152
LEMADI	148
Libras	58, 64, 94
Livros	150

M

Macabal	132
Macapá	126
Maceió	130
Manaus	127

Maranguape	131
Maranhão	132
Maringá	145
Mato grosso	136
Mato grosso do sul	137
Minas gerais	138
MEC	120
Ministério da Educação	120

N

Natal	134
Nazaré	131
Núcleo de Informática na Educação Especial	117
Núcleos de Apoio e Produção de Braile	122

P

Palmas	129
Pará	128
Paraíba	132
Paraná	143
Pernambuco	133
Piauí	133
Porto Alegre	145
Porto Velho	129

R

Reata	148
Recife	133
Rede SAC	8
Região Centro Oeste	135
Região Nordeste	130
Região Norte	126
Região Sudeste	137
Região Sul	143
Rio Branco	126
Rio de Janeiro	122, 139, 147
Rio Grande do Norte	134
Rio Grande do Sul	145
Rio Largo	130
Rondônia	128
Roraima	129

S

Salvador	130
Santa catarina	145

Santarém	128
São Gonçalo	139
São José	146
São Luis	132
São Paulo	122, 140, 148
Secretaria de Educação Especial ..	149
Sergipe	134

T

Teresina	133
Teses	151
Tocantins	129

U

Uberaba	138
Uberlândia	139

V

Bibliotecas Virtuais	114
Vitória	137

